



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**LAURIANE BRITO ROCHA**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS:  
SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DA POBREZA?**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2014**

LAURIANE BRITO ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS: SUPERAÇÃO  
OU MANUTENÇÃO DA POBREZA?

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Serviço Social, sob a orientação da Msc. Monique Soares Vieira.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R672p Rocha, Lausiane Brito .  
O Programa Bolsa Família em Miracema do Tocantins: : Superação ou manutenção da pobreza? . / Lausiane Brito Rocha. – Miracema, TO, 2014.  
131 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2014.  
Orientadora : Monique Soares Vieira  
1. Política de Assistência Social. 2. Família. 3. Programa Federal. 4. Bolsa Família. I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LAURIANE BRITO ROCHA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS: SUPERAÇÃO  
OU MANUTENÇÃO DA POBREZA?

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Serviço Social, sob a orientação da professora Msc. Monique Soares Vieira.

Data de Aprovação: 10/10/2014

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Monique Soares Vieira - Orientadora – UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Gomes da Costa - Examinadora – UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Msc. Janaína Augusta Neves de Sousa - Examinadora – UFT.

Ao meu esposo Jozielton meu porto seguro,  
pelo amor incondicional. Com certeza minha  
vida não teria o mesmo brilho sem tua  
presença e o teu amor.

E a todos que direta ou indiretamente  
contribuíram para que esse sonho se tornasse  
realidade. A vocês presto uma singela  
homenagem.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o apoio das pessoas, é partilhar satisfação, gratidão, pois este trabalho só foi possível graças às pessoas que, de diversas maneiras e em diversos momentos, colaboraram para que fosse realizado, meu sincero agradecimento!

A Deus pela vida, saúde e força que me concedeu em todos os momentos para vencer todos os obstáculos e ter chegado a essa conquista vitoriosa. Obrigada Senhor sem Ti eu nada seria.

Estes outros dois merecem tanto a minha gratidão, que nada do que eu relate aqui será capaz de expressá-la, por isso agradeço “apenas” pelo seu amor, pois sou incapaz de agradecer de maneira justa, por tudo que fizeram por mim, meu querido Pai Lauro Ribeiro (in memoriam), que foi um dos maiores homens que conheci. A minha mãe Geracina, pessoa simplesmente incrível, Mãe, você é um exemplo de mulher, persistente, lutadora, és minha grande amiga e a minha inspiração. Tenho muito orgulho de ser sua filha, e hoje o que eu sou devo tudo a você! O meu carinho eterno... Amo Vocês!

O que falar a você Jozielton? Meu companheiro, amigo, namorado, esposo, aquele que mais me motivou, me dizendo que faltava pouco para acabar, e que eu ia vencer. O seu incentivo meu amor foi primordial para a concretização deste objetivo, obrigado pela compreensão, carinho que tem dedicado a mim sempre, que me incentivou e acompanhou em todos os momentos difíceis dos meus estudos. Obrigada por me proporcionar momentos de alegria pelas coisas simples que gostamos de compartilhar. Eu Te Amo...

A todos os meus irmãos, em especial a Naiara, Marcos, Lucrecia e Agostinho por estarem ao meu lado em todas as etapas de minha vida.

A você minha princesa Isabella karolliny, que chegou pra fazer a alegria de todos, titia te ama muito...

A vocês meus “filhos” Lucas, Ana Flavia, ate tu André kkkk, pelo respeito e carinho.

À minha segunda família (meu sogro Deuselio, minha sogra Elzina e minha cunhada Elziane, as primas postizas Laine e Nilma) pelo apoio e incentivo, sempre querendo a festa de formatura, agora sai...

Acredito que ao longo da vida, Deus coloca anjos em nossos caminhos, para tornar a nossa vida mais doce. No meu, nesse final de curso, ele colocou você Prof<sup>ra</sup>. Monique Soares Vieira como minha orientadora. Como falar dela uma mulher que cativa, reuni qualidades, brilhantismo e humildade? Não tenho palavras, só agradeço por suas valiosas contribuições acadêmicas. Mas também pela pessoa generosa e sensível que é capaz de nos surpreender com

sua consideração e carinho. Obrigada, pela força que me destes no momento em que eu mais precisei de ajuda, não poderia ter tido orientação melhor, mostrou confiança no meu trabalho, sempre com esse sorriso lindo e meigo que encanta qualquer um. Foi uma grande honra tê-la como orientadora, vou sentir muita saudade.

A minha amiga Eloá que durante todo esse período sempre estivemos juntas uma apoiando a outra. Obrigada pela Sincera Amizade...

Aos meus companheiros e colegas de curso e estágio que passamos belos momentos juntos um contribuindo com o outro e mesmo nas dificuldades, nós vencemos com alegria. Edileusa, Maurício, Crys, Tati, Bruna, Elton, Juliana, Daiely, Ludimila. O meu carinho Especial.

Aos meus tios, Domingos e Rita. Obrigada Pelo carinho...

A minha querida supervisora de campo Mirian de Jesus pela sua valiosa contribuição durante o meu estágio, contribuiu e muito com meu aprendizado. Obrigada pela força incentivo e dedicação que me orientou, motivando-me sempre com seu jeito doce e alegre de ser, dentro e fora do campo do estágio. O meu carinho Especial...

Agradeço às professoras Renata Gomes e Janaína Augusta que tão prontamente aceitaram o convite para participarem de minha apresentação, compondo a banca examinadora. Tenho certeza que suas críticas, sugestões e reflexões sobre esse trabalho serão de grande importância para minha formação profissional.

A todos do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Violência - GEPEVI/UFT, obrigada pelo apoio.

A todas as famílias que cordialmente cederam às entrevistas e confiaram a mim a sua identidade e intimidade. Com muito respeito e admiração, registro aqui o meu agradecimento mais do que especial pelas riquíssimas contribuições.

Enfim, a todos (as) que fizeram parte dessa caminhada: o meu muito obrigada!

Sonhe com aquilo que você quiser.  
Seja o que você quer ser,  
porque você possui apenas uma vida e nela  
só se tem uma chance  
de fazer aquilo que quer.  
Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.  
Dificuldades para fazê-la forte.  
Tristeza para fazê-la humana.  
E esperança suficiente para fazê-la feliz.  
As pessoas mais felizes não têm as melhores  
coisas.  
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades  
que aparecem em seus caminhos.  
felicidade aparece para aqueles que choram.  
Para aqueles que se machucam.  
Para aqueles que buscam e tentam sempre.  
E para aqueles que reconhecem a importância  
das pessoas  
que passam por suas vidas.

Clarice Lispector

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso versa acerca da execução do Programa Federal Bolsa Família (PBF) junto às famílias beneficiárias e atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Miracema do Tocantins. Para tanto, realizou-se uma apreensão da realidade local a partir da teoria social crítica buscando-se adentrar e apreender as mediações que se estabelecem na implantação do PBF e seus impactos na vida dos usuários. A pesquisa teve cunho qualitativo, utilizando-se da pesquisa documental para análise de 10 (dez) prontuários das famílias bem como foram entrevistadas cinco (05) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com aplicação de formulário contendo perguntas abertas referentes à percepção destes sujeitos sobre a execução do programa social. Para a análise da realidade optou-se pelo método dialético-crítico a partir de três categorias: historicidade, totalidade e contradição. No que tange a análise dos dados coletados na pesquisa, elegeu-se a análise de conteúdo por meio do Método de Sistematização da Prática. A análise dos dados coletados permitiu apreender que a proteção social das famílias não acontece efetivamente no município de Miracema, as configuram-se como práticas fragmentadas não havendo mediações com outras políticas sociais. As ações, nesse sentido, não garantem a integralidade do atendimento tornando-se focalizadas apenas nos aspectos de controle das condicionalidades impostas pelo PBF. Assim, o presente estudo identificou-se diversos obstáculos que revelam que a Política de Assistência Social ainda desenvolve ações de cunho caritativo e filantrópico, expressando uma cultura pautada nos padrões de apadrinhamento e benemerência estatal.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Família. Programa Federal. Bolsa Família.

## **ABSTRACT**

This Labor Course Completion versa on the implementation of the Federal Family Grant Program (PBF) with the beneficiary families and attended by the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of the municipality of Miracema Tocantins. For this, we used an apprehension of local reality from critical social theory seeking to enter and seize the mediations settle in the implementation of PBF and its impacts on the lives of users. The research was qualitative nature, using the documentary research for analysis of ten (10) records of families and were interviewed five (05) families receiving the Federal Family Grant Program with application form containing open questions regarding their perception on the subject implementation of the social program. For the analysis of reality was chosen dialectical-critical from method three categories: historicity, totality and contradiction. Regarding the analysis of data collected in the survey, was elected the content analysis via the Method of Systematic Practice. The analysis of collected data allowed to learn that the social protection of families does not happen effectively in the municipality of Miracema, the appear as fragmented practices with no mediations and other social policies. The actions in this sense does not guarantee the completeness of the attention becoming focused only on aspects of controlling the conditions imposed by the PBF. Thus, the present study, a number of obstacles that reveal that the Social Welfare Policy also develops actions of charitable and philanthropic, expressing a guided patterns of patronage and state charitable culture.

**Key Words:** Social Welfare Policy. Family. Federal Family. Grant Program.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Impactos esperados pelo PAIF .....	98
Gráfico 1 - Faixa Etária .....	82
Gráfico 2 - Escolaridade .....	87
Gráfico 3 - Estado Civil do Titular do Cartão Bolsa Família.....	89
Gráfico 4 - Número de Filhos .....	92
Gráfico 5 - Extrema Pobreza com e sem Bolsa Família.....	107

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Taxa de Desemprego e de Informalidade.....	85
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MPE – Pesquisa Mensal de Emprego  
MSP – Método de Sistematização da Prática  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PBF – Programa Bolsa Família  
PET – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PRGM – Programa de Garantia de Renda Mínima  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>20</b>
<b>2 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Problema de pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Tipo de pesquisa .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Instrumentos e técnicas .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 O MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO .....</b>	<b>24</b>
<b>2.5 Categorias explicativas da realidade .....</b>	<b>29</b>
<b>2.6 Análise dos dados.....</b>	<b>31</b>
<b>2.7. Devolução dos dados da pesquisa.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>35</b>
<b>3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 O processo histórico da política de assistência social no contexto brasileiro.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 O contexto de emergência dos programas de transferência de renda no Brasil.....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>54</b>
<b>4 A FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOHISTÓRICAS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS, CONTEXTOS E DINÂMICA.....</b>	<b>54</b>
<b>4.1 Contextualização sociohistórica da família .....</b>	<b>54</b>
<b>4.2 A constituição da família na sociedade brasileira.....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 A concepção de família na política de assistência social no Brasil.....</b>	<b>68</b>
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>76</b>
<b>5 DESVENDANDO A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS: ENTRE A NEGAÇÃO E A GARANTIA DE DIREITOS .....</b>	<b>76</b>
<b>5.1 O perfil das famílias beneficiárias do programa bolsa família atendidas no CRAS de Miracema do Tocantins .....</b>	<b>80</b>
<b>5.2 O direito a voz: a percepção dos usuários acerca da implantação do programa bolsa família em Miracema do Tocantins .....</b>	<b>93</b>
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>110</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>130</b>

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem o intuito de apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no ano de 2014 no município de Miracema do Tocantins junto às famílias atendidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e que são beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família (PBF). Nesse sentido, buscou-se também apreender qual a percepção das famílias acerca da execução deste programa no município e dos impactos do PBF na vida das famílias beneficiárias, buscando-se também descrever as condições e seus modos de vida, com vistas a delinear o perfil das famílias beneficiárias do município de Miracema do Tocantins.

A perspectiva de empreender uma análise sobre o processo de implantação da Política de Assistência Social em Miracema, mais especificamente, do Programa Bolsa Família adveio das vivências acadêmicas junto ao Estágio Supervisionado em Serviço Social no ano de 2012, na Unidade Básica de Saúde (Policlínica de Miracema do Tocantins), que propiciara maior proximidade com as famílias em situação de vulnerabilidade social do município. Por meio de sucessivas, constantes e instigantes observações acerca das ações interventivas do Serviço Social, constatara-se que as demandas que chegavam para o atendimento do assistente social em sua grande maioria eram de famílias beneficiárias do PBF. Assim, por meio dessa vivência e dos diálogos estabelecidos com os usuários surgiu o interesse em desenvolver uma análise mais profunda sobre o programa e procurar desvelar os reais impactos do PBF na vida das famílias e essencialmente, apreender como elas avaliam a execução desse programa de transferência de renda em Miracema do Tocantins.

Nessa trajetória vem-se trilhando uma incessante caminhada para apreender o contexto da realidade social e local, o que se torna um desafio constante, pois “não é numero de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa [...] é preciso aprofundar o conhecimento em relação aquele sujeito com o qual estamos dialogando” (MARTINELLI, 1999, p. 24).

A pesquisa buscou desvendar as relações cotidianas das cinco famílias, que participaram do estudo, buscando compreender o contexto social e familiar destes sujeitos, *in loco*, uma vez que a coleta de dados deu-se por meio de visitas domiciliares realizadas durante o processo da pesquisa no ano de 2014. Assim, o presente estudo objetivou analisar como o Programa Bolsa Família é visto pelas famílias e como elas se vêem nesse programa federal.

Além disso, buscou apreender se as ações proposta pelo programa, objetivam a superação da pobreza, ou seja, como tem se efetivado os serviços ofertados pelo programa em Miracema.

A pesquisa se faz necessária para o Serviço Social, pois a mesma busca conhecer a realidade por meio da investigação, ou seja, sistematizando a realidade, para que o profissional possa alcançar uma maior aproximação do real, podendo assim construir um caminho para sua intervenção. Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva, que atua frente a realidade social dos sujeitos, torna-se necessário conhecer e desvelar, o contexto, o modo e as condições de vida dos sujeitos usuários do Serviço Social, a fim de propor uma atuação mais efetiva no enfrentamento as expressões da questão social.

Desta forma, este estudo instituiu a sua importância, por acreditar que o desvendamento da realidade dessas famílias, bem como, os fatores que as levam a situação de vulnerabilidade contribuirá para uma melhor compreensão do fenômeno, além de oferecer subsídios para Serviço Social questionar e elaborar alternativas de intervenção junto as famílias de Miracema do Tocantins que se encontram em situação de vulnerabilidade. É imprescindível aos assistentes sociais apreenderem a totalidade e as mediações que se interconectam nas múltiplas expressões da questão social que são trazidas pelos usuários no cotidiano profissional e institucional dos serviços, programas e projetos da Política de Assistência social, a fim de não culpabilizar e responsabilizar o indivíduo, desconsiderando uma análise estrutural e macroscópica da realidade social brasileira bem como das particularidades dos usuários que deverão ser elevadas a universalidade, garantindo assim uma perspectiva de totalidade na intervenção profissional.

Vislumbra-se que o presente estudo seja o diferencial no processo de aprendizagem a partir da construção de um conhecimento científico que realmente possibilite uma compreensão crítica do objeto, por meio de aproximações sucessivas em direção a essência do fenômeno. Pois, para o pensamento dialético “nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos [...] a marcha do conhecimento aparece como uma perpetua oscilação entre as partes e o todo”. (GOLDMANN, 1979, p. 06). Eis o desafio! Desta forma, buscou-se por meio da análise dos dados obtidos durante o processo de pesquisa, gerar novos elementos para o debate acadêmico, político e social, podendo assim imprimir novas propostas para se pensar, gestar e operacionalizar políticas públicas no âmbito do enfrentamento a situação de vulnerabilidade social que se encontra os sujeitos pesquisados.

Além disso, salienta-se que o presente estudo poderá contribuir fornecendo subsídios para que os sujeitos pesquisados se reconheçam como usuários dos serviços públicos, como sujeitos políticos, capazes de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia,

desvencilhando-se das artimanhas do assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e das políticas públicas.

O segundo capítulo - *Processo Metodológico da Pesquisa* - refere-se ao processo metodológico e possui a finalidade de apresentar a metodologia que norteou a realização da pesquisa. A pesquisa teve cunho qualitativo, utilizando-se da pesquisa documental para análise de 10 (dez) prontuários das famílias bem como foram entrevistadas cinco (05) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com aplicação de formulário contendo perguntas abertas referentes à percepção destes sujeitos sobre a execução do programa social. Também se recorreu a abordagem quantitativa dos dados, visto que nesta articulação as abordagens qualitativa e quantitativa deixam de ser percebidas como opostos para serem vislumbradas como complementares.

O estudo teve como suporte analítico orientador o método dialético-crítico e suas três categorias - historicidade, totalidade e contradição -. No que tange a análise dos dados coletados na pesquisa, elegeu-se a análise de conteúdo por meio do Método de Sistematização da Prática proposto pela autora María Mercedes Gagnetten, que possibilitou atingir à apreensão acerca dos fatos que originaram a investigação, construindo, assim, informações novas e, sobretudo, visando responder as necessidades humanas que se apresentam cotidianamente aos profissionais do Serviço Social frente a questão social. O processo de análise dos dados obtido pela pesquisa ocorreu durante o mês de julho e agosto do ano de 2014.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, respeitou-se a vontade da profissional Coordenadora do Programa Bolsa Família no município de Miracema em participar ou não do estudo, sendo que a mesma optou por não conceder a entrevista, deixando uma lacuna no trabalho sendo que o mesmo tinha como objetivo desvelar os dois lados: os usuários e a gestão.

O terceiro capítulo - *A Política de Assistência Social: perspectivas e desafios contemporâneos* -, teve como objetivo contextualizar a trajetória da Política de Assistência Social, possibilitando assim a apreensão da atual configuração assumida pelo Sistema de Proteção Social Brasileiro. Buscando compreender como fora se desenvolvendo historicamente esta política desde os seus primórdios. Salienta-se que a Política de Assistência Social, fora primeiramente apreendida como uma forma de ajudar o próximo era vista a partir da *filantropia* e da *benemerência*, realizada através de organismos atrelados a Igreja Católica e a sociedade civil.

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como *política pública não-contributiva*, pautando-se no

princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, ao lado da Saúde e da Previdência Social, compondo o tripé da Seguridade Social brasileira apontando o seu cariz de política de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desta forma, o capítulo trás em sua estrutura: *O Processo Histórico da Política de Assistência Social no Contexto Brasileiro* e o *Contexto de Emergência dos Programas de Transferência de Renda no Brasil*.

O quarto capítulo - *A Família e suas transformações sociohistóricas: uma análise dos conceitos, contextos e dinâmica* - realiza um percurso sociohistórico da família no decorrer do desenvolvimento da sociedade discorrendo acerca das principais transformações no seio da instituição familiar trazendo as novas configurações assumidas na cena contemporânea. Nesse sentido, este capítulo percorre um breve curso histórico da família desde a civilização romana até os dias atuais, trazendo as principais mudanças sociais, culturais e históricas que vem atingindo a família em especial, a brasileira. Além disso, discute-se a conceituação contemporânea inaugurada pela Carta Constitucional de 1988.

Deste modo, o propósito deste capítulo é fornecer subsídios que possibilitem problematizar criticamente a família e principalmente, apreendê-la a partir da Política de Assistência Social brasileira. Para tanto, o capítulo se estrutura da seguinte maneira: *Contextualização Sociohistórica da Família, A Constituição da Família na Sociedade Brasileira, A Concepção de Família na Política de Assistência Social no Brasil*.

O quinto capítulo - *Desvendando a percepção das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Miracema do Tocantins: entre a negação e a garantia de direitos* - possui a finalidade de apresentar a análise dos dados referente à pesquisa realizada com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em atendimento no CRAS de Miracema do Tocantins, realizando uma problematização dos resultados obtidos durante o processo investigativo acerca da análise do programa federal na perspectiva dos usuários. Traz a luz, o perfil das famílias usuárias do PBF, bem como reflete sobre os impactos do Programa Bolsa Família junto às famílias beneficiárias, explanando as vivências, anseios e as percepções destes sujeitos. O capítulo divide-se em dois momentos: discussão do perfil das famílias e a problematização dos dados relativos ao cotidiano das famílias, em estudo, contemplando análise e interpretação dos dados obtidos pela pesquisa.

No sexto e último capítulo, apresentam-se as considerações finais acerca do que emergiu durante o trabalho de pesquisa, os desafios e os obstáculos durante o processo investigativo. Os entrevistados se mostraram inseguros ao responder as perguntas realizadas em relação ao Programa federal Bolsa Família, pois receavam ser alvo de denúncias devido ao

caráter fiscalizatório do programa. Contudo, fora informado que se tratava de um estudo acadêmico e que seria respeitado o anonimato de suas identidades.

Com as reflexões deste estudo, fora possível apreender que o PBF impactou na vida dessas famílias, ainda que no âmbito da imediatividade venha suprindo as necessidades mínimas dos sujeitos, contudo ressalta-se que o PBF apresenta diversas limitações devendo ser fortalecido numa perspectiva que seja capaz de ir além da manutenção de certo nível da pobreza. E notório que a proteção social das famílias não acontece efetivamente no município de Miracema, configurando-se por meio de práticas fragmentadas não havendo mediações com outras políticas sociais.

As ações, nesse sentido, não garantem a integralidade do atendimento tornando-se focalizadas apenas nos aspectos do controle das condicionalidades impostas pelo PBF. Além disso, a Política de Assistência Social ainda desenvolve ações de cunho caritativo e filantrópico, expressando uma cultura pautada nos padrões de apadrinhamento e benemerência estatal.

Esta pesquisa assume fundamental importância para o Serviço Social no que se refere aos estudos sobre as múltiplas expressões da pobreza, sendo que esta não se reduz somente à privação material, mas também cultural, política, social e de carência de direitos e de possibilidades. As reflexões contidas nesse trabalho poderão contribuir para o desenvolvimento das ações, projetos e programas voltados para a proteção as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Miracema e ao mesmo tempo se constituir em um instrumento para fundamentar estratégias das políticas sociais e de formulação de intervenção social.

Por fim, apresenta-se as referências utilizadas neste trabalho e foram anexados em apêndices, os documentos que permitiram a coleta dos dados tais como: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Roteiro de Análise Documental e o Formulário aplicado aos sujeitos pesquisados.

## CAPÍTULO II

### 2 O PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o processo metodológico que embasou a realização da investigação, possibilitando assim, descrever os procedimentos a serem seguidos para se atingir a finalidade da pesquisa, sendo que a organização destes procedimentos irá variar de acordo com as particularidades de cada pesquisa. (GIL, 2007). Portanto, requer a apresentação do caminho metodológico adotado para se chegar a finalidade da pesquisa, nesse sentido, o capítulo trás em sua estrutura, as técnicas utilizadas, tipo de pesquisa, os instrumentos, o método dialético-crítico e suas categorias trabalhadas no presente estudo, as categorias explicativas da realidade, a coleta e análise de dados e também a devolução dos dados da pesquisa.

Evidencia-se a importância e contribuição da presente pesquisa para a reflexão e produção de conhecimentos na área do Serviço Social, o que de acordo com as palavras de Baptista (2006) é parte integrante do processo da pesquisa:

A pesquisa, [...] implica um processo de reflexão, de análise e produção de conhecimento de explicações e de ações, que busca compreender como se operam as mudanças nas condições da sociedade e como uma atuação pode ocorrer para o alcance dos avanços considerados necessários. (BAPTISTA, 2006, p. 71).

A pesquisa em Serviço Social tem a possibilidade de articular a investigação com a intervenção. São os processos que, interligados, atuam de forma a dinamizar a atuação do Serviço Social frente ao objeto de seu trabalho – as refrações da questão social. A articulação investigação/intervenção tem como propósito viabilizar a esses profissionais uma ação mais eficaz nos seus processos interventivos, uma vez que concede ao assistente social a possibilidade de conhecer e desvelar os fenômenos para após delinear uma linha de ação, deste modo:

O Serviço Social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto, a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionados aos modos de agir sobre elas (BAPTISTA, 2006, p. 17).

A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos, que são também capazes de conhecer e

intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas. (BOURGUIGNON, 2008).

Neste sentido, o processo metodológico pode ser compreendido como um caminho que se traça para atingir um objetivo qualquer podendo ser também o modo de resolver problemas e buscar respostas para as necessidades e dúvidas, desenvolvendo percursos independentes para a construção do conhecimento e para a operação da ação. (VIEIRA, 2010).

## **2.1 Problema de pesquisa**

Segundo Cervo (1996, p. 44) “a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos”. Toda pesquisa se inicia com algum tipo de indagação ou problema; portanto a pesquisa científica vem buscar soluções para este determinado problema que é considerado o cerne da pesquisa. O problema formulado para responder aos questionamentos que permearam esta pesquisa consistiu em “compreender como tem se dado a execução do Programa Bolsa Família junto às famílias beneficiárias residentes no Setor Novo Horizonte I e II”? Buscou-se assim verificar como tem se dado à atuação da Política de Assistência Social junto a essas famílias, especificamente, o Programa Federal Bolsa Família, a partir da apreensão dos sujeitos sobre o referido programa?

De forma a complementar o problema de pesquisa e clarificar o caminho a ser percorrido para a investigação, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: Como as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família compreendem a execução do programa? Qual o perfil das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Miracema do Tocantins? Quais os impactos que o Programa Bolsa Família vem produzindo na condição socioeconômica das famílias beneficiárias do Setor Novo Horizonte I e II?

A partir das questões norteadoras, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa, em que o objetivo geral constituiu-se em: Analisar como tem se dado a execução do Programa Bolsa Família, juntos às famílias beneficiárias do município de Miracema do Tocantins. Nesse sentido, buscou-se também apreender qual a percepção das famílias acerca da execução deste programa no município. Os objetivos específicos buscaram descrever as condições e modos de vida das famílias em estudo, com vistas a delinear o perfil das famílias beneficiárias do município de Miracema do Tocantins, conhecer a percepção dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF), acerca das ações desempenhadas pelo Programa e identificar os

impactos que o Programa Bolsa Família vem produzindo na condição socioeconômica dessas famílias.

O presente estudo visou também contribuir a partir da análise dos dados com subsídios para a atuação do Serviço Social junto ao Programa Bolsa Família no município de Miracema do Tocantins, bem como fornecer elementos para discussão que possam imprimir a articulação deste programa com as outras políticas sociais visando a construção de estratégias para o fortalecimento da família, com ações efetivas para superação das condições de vulnerabilidade em que se encontram.

## **2.2 Tipo de pesquisa**

A presente pesquisa possuiu enfoque qualitativo, porém se recorreu a abordagem quantitativa, pois nas pesquisas qualitativas a busca para compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, não deve se descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões, concretas de sua realidade (BOURGUIGNON, 2008). Segundo Bourguignon (2008) na perspectiva dialética esta articulação é necessária a uma pesquisa comprometida ética e politicamente com as demandas sociais. O sujeito está presente – ou pela sua história ou pelos dados que expressam as barbáries do mundo contemporâneo – em qualquer processo de pesquisa. Por meio do enfoque qualitativo, foi possível apreender a complexidade das relações e dos processos sociais, ou seja, o contexto social em que essas famílias estão inseridas.

Frente a isso, a pesquisa qualitativa procura vislumbrar e conhecer o modo de vida dos sujeitos, não os reduzindo a quantificações. A análise qualitativa foi utilizada com o objetivo de analisar as falas dos sujeitos coletadas durante as entrevistas, pois a pesquisa qualitativa preocupa-se em desvelar uma realidade que não pode ser reduzida à operacionalização de variáveis. Nesse processo levam-se em consideração os anseios, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser estudados quantitativamente. (MINAYO, 2003).

A abordagem quantitativa dos dados fora utilizada para análise dos prontuários dos beneficiários do Programa Bolsa Família, visando assim a quantificar a faixa etária dos sujeitos, a situação socioeconômica, a composição familiar, as condições de moradia, o grau de escolaridade, dentre outros, a fim de delinear o perfil das famílias beneficiárias do PBF no município de Miracema do Tocantins. Deste modo, a pesquisa fora de natureza quanti-

qualitativa, visto que nesta articulação as abordagens qualitativa e quantitativa deixam de ser percebidas como opostas para serem vislumbradas como complementares.

Partindo desta premissa, considera-se que “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular”. (GOLDENBERG, 2005, p. 62).

Dessa forma, infere-se que a premissa básica da integração repousa na ideia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance de outro. Nesta perspectiva, não há contradição entre a investigação quantitativa e qualitativa, pois a investigação quantitativa atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa, ao contrário, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões dos sujeitos pesquisados. Visto que, a integração entre estas duas abordagens de pesquisa na coleta de dados fornece uma maior compreensão do objeto pesquisado e dos resultados alcançados. Deste modo, o pesquisador tem de utilizar todos os recursos disponíveis que possam auxiliar na compreensão do fenômeno estudado.

### **2.3 Instrumentos e técnicas**

As técnicas de pesquisa que segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 176) consistem em “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. Dentre as técnicas que foram utilizadas para a coleta e obtenção de dados, está a análise documental, onde “a pesquisa é elaborada com base em documento, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem – se de maneira significativamente diversas”. (GIL, 2007, p. 87).

A análise documental aconteceu em 10 (dez) prontuários das famílias usuárias do Programa Federal Bolsa Família que atualmente estão em atendimento no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Miracema do Tocantins. Outra técnica utilizada para a coleta de dados fora a entrevista, que permite ao pesquisador conhecer a realidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa por meio do diálogo. O tipo de entrevista empregada na pesquisa foi a entrevista do tipo semiestruturada, que é compreendida como:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de

interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As entrevistas foram realizadas a partir da aplicação de formulário contendo questões abertas com a finalidade de obter uma maior compreensão acerca do cotidiano e todo contexto vivenciado pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, facilitando assim a obtenção das informações a serem coletadas, bem como permitiu que a coleta fosse realizada de forma precisa para que se pudesse alcançar o objetivo proposto pela pesquisa. O formulário é compreendido como “um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”. (MARCONI; LAKAOTS, 2007, p. 214). Assim participaram do levantamento de dados cinco (05) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de Miracema do Tocantins.

A pesquisa buscou desvendar as relações cotidianas das cinco famílias, que participaram do estudo, buscando compreender o contexto social e familiar destes sujeitos, *in loco*, uma vez que a coleta de dados deu-se por meio das visitas domiciliares realizadas durante o processo da pesquisa no ano de 2014. As entrevistas foram concedidas nas residências dos sujeitos, possibilitando assim observar o cenário em que essas famílias se encontram.

Contudo, é importante salientar que foi respeitada a vontade das famílias em participar ou não do estudo. Neste sentido, quando houve aceite em participar, foi explicado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que constou a autorização dos sujeitos no que diz respeito à divulgação das entrevistas para fins da pesquisa. Outro importante procedimento para a realização de uma pesquisa é preservar a identidade dos sujeitos envolvidos, pois se constitui como um compromisso ético do pesquisador. Para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos no estudo, utilizaram-se abreviações fictícias dos nomes, para identificar as falas e as respostas coletadas.

## **2.4 O método dialético-crítico**

A opção pelo método dialético-crítico deu-se pelo entendimento de que o contexto de vulnerabilidade social em que se encontram essas famílias bem como o cenário onde se gesta a Política de Assistência Social pode ser visto como um espaço permeado por interesses antagônicos, produção e reprodução de desigualdades sociais, econômicas e políticas. Tais

contradições permeiam também a formulação e implementação de políticas sociais, visto que, a complexidade da realidade e as sucessivas transformações históricas criam e recriam novos cenários, que exercem influência nos modelos de proteção social não contributiva existentes e conseqüentemente na forma de acesso e usufruto aos direitos sociais.

A dialética materialista busca além do questionamento dos fenômenos e do contexto, a sua transformação em um processo histórico, que envolve categorias de análise, nas quais foram escolhidas para este estudo três categorias, historicidade, contradição e totalidade. Tais categorias do método dialético-crítico buscam desvendar a realidade concreta a partir dos aspectos sociais, culturais e econômicos dos sujeitos pesquisados, visto que, não é um método que pretenda conhecer todos os aspectos da realidade, porém prioriza o seu desvendamento, procurando não fragmentá-la e priorizando a busca da essência do fenômeno, permitindo assim ao pesquisador apreender a realidade do sujeito dentro do todo.

No que se refere ao método dialético-crítico para análise da realidade, é importante compreender que ele não é um método que pretende conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções e oferecer um quadro total do real na infinidade dos seus aspectos e propriedades. Portanto, esse método procura uma visão distinta da realidade, dentro da lógica do movimento, da evolução, da mudança, “buscando compreender o fenômeno para se atingir a essência”. (KOSIK, 1976, p. 16).

Nesse sentido, o que se pode apreender é que a dialética manifesta-se, sobretudo, no fato de que o homem para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis: *para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem de primeiro entrar em contato com elas*. (KOSIK, 1976). O método dialético-crítico prevê três momentos para a investigação, que segundo Kosik (1976) sem o seu domínio, a dialética não passa de especulação vazia, visto que graças a estes momentos, o fenômeno pesquisado se torna transparente, racional, compreensível. Os três momentos evidenciados pelo autor, são estes:

1º minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; 2º análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3º investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento. (KOSIK, 1976, p. 37).

Para o conhecimento da realidade o movimento do fenômeno deve ter como objetivo a reprodução desse real em suas múltiplas determinações. Para que se possa chegar ao real

concreto, inicialmente é necessário ultrapassar as aparências, não sendo, portanto uma tarefa simples. Adverte Kosik (1976):

[...] a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como campo em que exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. (KOSIK, 1976, p. 14).

Nesse contexto, a dialética busca desvendar o mundo da aparência, do pensamento comum para conhecer o mundo real; buscando assim a visão concreta da realidade. Portanto, “tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia” (KOSIK, 1976, p. 20). O autor expõe ainda que a destruição da pseudoconcreticidade se efetua como:

1) crítica revolucionária da práxis da humanidade, que coincide com o devenir humano do homem, com o processo de ‘humanização do homem’, do qual as revoluções sociais constituem as etapas-chaves; 2) pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência da aparência para atingir a realidade e a ‘coisa em si’; 3) realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, uma criação própria, espiritual, como social-histórico. (KOSIK, 1976, p. 23-24).

Nesse sentido o autor expõe ainda que:

A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade [...] ao invés da intuição fetichista coincide com a liberalização do objeto, posto que a realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto. (KOSIK, 1976, p. 24).

Portanto, a destruição da pseudoconcreticidade (falsa aparência ou superficialidade da realidade) que o pensamento dialético tem de efetuar, nas palavras de Kosik (1976, p. 20-21) “não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentado, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado”.

Sendo que para Novack (2005) a dialética é a lógica da matéria em movimento e, portanto, a lógica das contradições, porque a evolução é intrinsecamente auto-contraditória. Enfim, a dialética é uma lógica que expressa um modo de compreender o mundo como realidade concreta e, portanto, contraditória, dinâmica e dialética. Para Kosik (1976) o concreto ou a realidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o

agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, e sim, a estrutura significativa para cada fato, a totalidade.

No entanto Kosik refere que:

A totalidade concreta [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudocreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética di individual e do ser humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno. Da sua função objetivo e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1976, p. 61).

Vale elucidar, por conseguinte, que totalidade não significa que devemos abarcar todos os fatos da realidade investigada, não é essa a compreensão do que é a realidade, mas sim a análise da “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”. (KOSIK, 1976, p. 44). Neste sentido, inclui-se também a utilização de regras do pensamento dialético, tais como:

Não devemos nos contentar em olhar ou mesmo em observar as coisas. É preciso penetrar ativamente nelas. Deve-se captar o fenômeno característico, essencial, e deixar os outros de lado. Deve-se buscar a lei não fora do fenômeno, mas nele, em seu lado ou aspecto universal. É preciso não esquecer de interrogar de novo o fenômeno, para assegurar-se de que nada importante foi omitido. (LEFEBVRE, 1991, p. 222).

Nesse sentido, pode-se apreender que a dialética é o modo de refletir as contradições da realidade, o modo de capturar a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Segundo Konder (2008, p. 35) ela busca a verdade, pois “a verdade é o todo” e se não enxerga-se o todo, corre-se o risco de atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada, prejudicando assim a compreensão da essência da coisa. Visto que a essência não se manifesta direta e imediatamente, mas torna-se necessário apreender a coisa conhecendo-lhe a estrutura. “A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo”. (KOSIK, 1976, p. 18).

A *totalidade* é uma das categorias do método dialético-crítico e a resposta para a pergunta “o que é a realidade”. (KOSIK, 1976, p. 34). Essa categoria representa uma exigência metodológica e um princípio epistemológico do conhecimento da realidade como totalidade concreta. O conhecimento se realiza separando o que é secundário do que é

essencial, o que é fenômeno do que é essência. Nesse modo de apropriação do mundo pelo homem, comenta Kosik (1976) cada coisa em que o homem concentra a sua ação, olhar, atenção, emerge no horizonte de um determinado todo não expresso, que permite entendê-la de modo mais profundo e não aparente abstrato ou concreto indeterminado.

Diante disso o método dialético-crítico:

[...] considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, por conseguinte, também no conjunto dos aspectos e manifestações daquela realidade de que ele é fenômeno, aparência ou aparecimento mais ou menos essencial [...] O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera. (LEFEBVRE, 1991, p. 238).

Por isso, Kosik (1976) considera que o “princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo”. (KOSIK, 1976, p. 49).

A historicidade enquanto categoria de análise possibilita a compreensão dos processos de mudanças dos sujeitos, dos fenômenos e dos processos sociais, constituídos na sociedade de forma processual e que provocam mudanças na própria sociedade. A apreensão do traço da historicidade em qualquer objeto não pressupõe apenas inseri-los numa dada dinâmica histórica, mas deve se buscar a historicidade no interior mesmo do objeto pesquisado, tomando-o como componente do processo histórico e não apenas como resultado. (PONTES, 2002).

O autor infere que o traço sistemático do historicismo manifesta-se exatamente no ponto em que “sua dialética não separa momentos históricos, mas busca captar a legalidade histórica imanente aos processos históricos, que não são separados, mas vinculados por esta legalidade sistemático-histórica”. (PONTES, 2002, p. 66). Portanto, a categoria historicidade busca compreender os determinantes econômicos, históricos, políticos e culturais, de modo a considerar, essencialmente, a complexa realidade social dos sujeitos nos vários momentos históricos. Nesse sentido Martinelli (1993, p. 139) pontua que, “o homem é um ser contraditório e complexo, é parte de uma totalidade social. Ele nunca é produto e sim processo [...] conhecê-lo, portanto, implica em conhecer suas histórias, sua vida material”.

Sendo assim, a categoria da *contradição* busca conceder a realidade dentro de um processo de constante movimento, ou seja, considera que tanto a realidade quanto o pensamento estão sempre em transformação, não os dispendo como algo estático, isolados e imutáveis, concede que o principal aspecto da contradição:

[...] é já a negação e negação da negação, visto que as contradições estão em luta efetiva, desse choque, que não é um choque no pensamento, no abstrato, no plano subjetivo (embora dê lugar a um choque de pensamentos) surge uma promoção mais elevada do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito. (LEFEBVRE, 1991, p. 240).

Desse modo a contradição busca, por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que está posto, imbricando assim uma constante procura pela essência do fenômeno, que nas palavras de Kosik (1976) é central se é pretendido a destruição da pseudoconcreticidade. A falsa realidade “impede o pensamento de estacionar, ‘impele-o para frente’, ao mesmo tempo porque o pensamento só é verdadeiro em movimento e porque o real é móvel” (LEFEBVRE, 1991, p. 260). Dessa forma, não é possível conhecer a realidade no seu todo, pois a cada fenômeno podem-se acrescentar novos aspectos e facetas, ou mesmo fatos esquecidos ou ainda não descobertos.

Sendo assim o processo de investigação começa por meio da busca pela apreensão do fenômeno para se atingir a essência, pois o fenômeno diferentemente da essência se manifesta primeiro e com maior frequência, sendo a essência ao contrário dos fenômenos não se manifesta diretamente devendo ser descoberto mediante pesquisa, sendo que “a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seria inúteis” (KOSIK, 1976, p. 17).

O método dialético-crítico por meio das suas três categorias – historicidade, contradição e totalidade, busca compreender o fenômeno, no caso deste estudo o Programa Bolsa Família e as contradições que o permeiam, de forma a apreender a realidade para compreender o contexto social e local em que estão inseridos os beneficiários do referido programa federal.

## **2.5 Categorias explicativas da realidade**

As categorias explicativas da realidade são construções teóricas, que buscam agrupar informações, sendo definidas a partir do objeto de estudo o qual o pesquisador pretende desvendar (MINAYO, 2003). As categorias elegidas nesse estudo foram: *Política de Assistência Social, Família e Proteção Social*.

Ao integrar a Seguridade Social juntamente coma Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social ganha estatuto de política pública e passa a compor o Sistema de Proteção Social brasileiro, na condição de política de proteção social, sob a responsabilidade do Estado, como direito social não-contributivo, logo, um direito de cidadania extensivo aos cidadãos

que dela necessitam. A inclusão da assistência social como política pública de proteção social tem provocado transformações legais e institucionais, regulamentadas em diversas legislações, que vem estabelecendo uma nova agenda no sistema de proteção social, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), e o Sistema Único de Assistência Social (NOB\SUAS, 2005), e outras normas técnicas, que promoveu uma mudança de paradigma no trato da assistência social e nas suas formas de gestão, que se encaminham para consolidar, sua condição de política pública a cargo do Estado (BOSCHETTI, 2003).

Essa concepção e direção da intervenção são reafirmadas na vigente Política Nacional de Assistência Social – PNAS\2004, que define como uma de suas diretrizes “centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços e projetos”, e como um de seus objetivos “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL/PNAS, 2004, p. 33).

Diante disso, cabe lembrar que o acesso aos direitos sociais se vinculam as famílias em situação de vulnerabilidade social, e que o acesso vai ocorrer por meio de programas de transferência de renda (MIOTO, 2010). Embora a política de assistência social, a partir da promulgação da LOAS, tenha encetado um avanço significativo, “ela ainda não tem consolidada a inserção da família na perspectiva do direito” (MIOTO, 2010, p. 11). Nesse sentido deve se mencionar que através do eixo estruturante da Matricialidade Sociofamiliar, o atendimento na Política de Assistência Social, passa a ter centralidade na família e seus membros, pois considera -se que nela encontram-se todos os segmentos.

Isso significa que a assistência social dá “primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimação entre seus membros” (BRASIL/NOB/SUAS, 2005, p. 28). A centralidade na família em programas e políticas sociais, nas últimas décadas, pode ser exemplificada pelo Programa Bolsa Família, que traz no seu bojo a família como unidade de intervenção voltada para a pobreza, mediante uma estratégia de transferência de renda condicionada.

A família em suas múltiplas determinações que na atualidade assume configurações diversificadas, mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores, e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. A família vem sendo socialmente construída e possui mobilidade e por estar sempre em movimento, tal como a sociedade é uma perspectiva reducionista tecer uma única concepção de família, pois ela depende do contexto no qual a família está inserida. Szymanski (2002) infere que a família é:

[...] o agrupamento como núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se atendem os idosos, formam crianças e adolescentes. (SZYMANSKI, 2002, p. 10).

A atenção à família de acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2008, p. 10) “constitui as formas - às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas - que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. A formação da proteção social tem origem nas necessidades da sociedade de impedir ou diminuir os impactos de determinados riscos sobre os indivíduos ou grupos sociais. Entretanto, a atenção das políticas sociais se apresenta de forma bastante tensionada entre propostas distintas, denominadas por Saraceno (1992) de “familistas” que preconizam a centralidade da família, apostando na sua capacidade de cuidado e proteção, enquanto canal natural de proteção social. Já na função protetiva, outro ponto enfatizado pela política de assistência social no trato com a família, afirma-se que a capacidade de cuidados e proteção da família está diretamente relacionada à proteção que lhe é garantida através das políticas públicas, como instância a ser cuidada e protegida. De qualquer forma, é possível verificar um processo em que o social torna-se campo de lutas e de manifestações dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e de clientelismo do estado brasileiro no trato com a questão social (COUTO, 2008). Trata-se, pois de uma relação que sob a aparência de inclusão reitera a exclusão, e oferece como bem-estar o que na verdade é direito.

## **2.6 Análise dos dados**

Como forma de analisar os dados desta pesquisa optou-se pela técnica de análise de conteúdo, que busca contextualizar as informações obtidas através dos depoimentos fornecidos pelos entrevistados durante o desenrolar das entrevistas, de modo a enriquecer a leitura dos dados coletados e posterior socialização. Conforme Triviños (1987) o processo de análise de conteúdo consiste na organização e catalogação dos dados para em seguida haver sua interpretação. Por se tratar de uma amostra pequena, composta por apenas 05 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família foi possível analisar o conteúdo desses depoimentos relacionando-os com a análise dos prontuários, ou seja, os demais resultados obtidos na pesquisa.

Para Minayo (2003) a análise de conteúdo, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, ela busca

desvelar o que está por trás dos conteúdos manifestos. Tal metodologia pode ser aplicada tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas. Inicialmente, montou-se uma tabela contendo as respostas dos entrevistados e buscou-se identificar como as categorias teóricas apareciam em cada questão, identificando aproximações e divergências. Posteriormente, verificou-se o surgimento de novas categorias que emanaram da expressão dos sujeitos no momento das entrevistas que, acrescidas às primeiras, permearam os núcleos de significação a partir dos quais se buscou articular inferências e reflexões teóricas. O processo de análise dos dados obtidos pela pesquisa ocorreu durante os meses de agosto e setembro de 2014.

Para a análise de conteúdo optou-se pelo Método de Sistematização da Prática (MSP), proposto pela autora María Mercedes Gagneten. O MSP compreende que as fases metodológicas do método estão dialeticamente relacionadas, não podendo desarticulá-las ou até mesmo fragmentá-las de modo a obstaculizar o processo, para sistematizar e analisar de forma coerente e integradora os dados obtidos por meio da realização da pesquisa. A autora sugere a realização de um processo que envolve sete fases metodológicas para a análise dos dados obtidos pela pesquisa, que são eles: 1º Reconstrução, 2º Análise, 3º Interpretação, 4º Conceituação, 5º Generalização, 6º Conclusões e 7º Propostas (GAGNETEN, 1987).

Fazendo-se uso das sete fases metodológicas indicadas por Gagneten (1987), em um primeiro momento realizou-se uma leitura precisa das entrevistas e dos prontuários, que possibilitou interpretar as histórias, as compreensões e percepções dos sujeitos beneficiários do Programa Bolsa Família procurando assim captar a realidade a ser analisada. A reconstrução, fase considerada o ponto de partida para o conhecimento de uma realidade, visa possibilitar a deslocação de um segmento da realidade a um contexto posterior para a interpretação científica dentro do Método de Sistematização da Prática. Segundo Gagneten (1987, p. 70) esta fase “permite unir as dimensões de tempo e espaço da realidade de uma dimensão única: a situação vivida”.

A análise é apreendida como um empenho de compreender o todo por meio do conhecimento e da captação das partes. Implica assim segundo Gagneten (1987, p. 78) “desagregar elementos constitutivos de um todo”. Ainda conforme o autor, na análise, o pesquisador deverá estar atento às contradições e tensões existente no meio, nos sujeitos e nos fatores, analisando separadamente cada um dos elementos que o compõem. A interpretação é entendida como uma busca pela síntese, de arranjo de um todo por meio da reunião de suas partes, deste modo, uma vez interpretados os resultados com o auxílio de determinado marco teórico, viabiliza o reordenamento dos dados permitindo uma nova compreensão sobre eles. A

interpretação também significa reduzir termos emergentes a seus núcleos significativos, ou seja, clarificar seus determinantes, o seu contexto e o seu real significado.

A conceituação diz respeito em unir as mais diversas interpretações que vão aparecendo na prática, dispondo-as dentro de um todo coerente. Assim, o ato de interpretar demanda conhecimento teórico sobre a temática discutida, sendo que os objetivos e as questões norteadoras da pesquisa deverão estar presentes de forma aberta, para que o entrevistador possa “dialogar” com os dados coletados. Pode-se então afirmar que a conceituação tem por finalidade de sua aplicação, no processo de sistematização da prática, a superação dialética das aparências que compõem e envolvem a prática, bem como da realidade social, em que se está inserido (GAGNETEN, 1987).

A generalização “extraí o universal do particular em diferentes espaços, em um mesmo tempo possível de confrontar-se” (GAGNETEN, 1987, p. 99). Compreende – se dessa forma, que a generalização tem como objetivo fundamental a explicação de determinadas essências oriundas da realidade que assim permitam prever ações necessárias para a prática.

As conclusões e as propostas de acordo com Gagneten (1987) se interagem, essas etapas são essenciais, pois possibilitam ao entrevistador dar materialidade a sua pesquisa, podendo considerar a experiência, os entraves, as conquistas do processo, avaliando se os objetivos foram alcançados. Visto que as conclusões dizem respeito ao estabelecimento de uma relação objetiva entre a prática de uma dada realidade e a sociedade global da qual procedem e fundamentem-se ações desejáveis, para realizar-se no futuro, levando-se em conta a direção dos acontecimentos atuais. E as propostas sugerem a construção de alternativas durante o desenvolvimento da prática, podem sinalizar contrapropostas as alternativas já existentes, ou seja, é a criação de novas formas para o enfrentamento das desigualdades sociais.

## **2.7 Devolução dos dados da pesquisa**

A devolução dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes irá acontecer após a defesa final deste trabalho, por meio de um encontro organizado pela orientadora responsável, no qual participarão após prévio convite, os sujeitos pesquisados, acadêmicos e professores, onde se oportunizará um debate reflexivo sobre os resultados alcançados, mantendo, obviamente por questões éticas, informações que comprometam ou ainda constrojam os participantes envolvidos na pesquisa.

A importância do retorno e alcance social do conhecimento produzido refere-se a uma intenção de fazer o caminho de volta, isto é, retornar à realidade que sustentou a produção do conhecimento e mobilizar ações e propostas que venham a transformá-la. Infere-se que a devolução dos dados da pesquisa poderá instigar outros estudos, pois após as conclusões deste, muitas questões surgirão, assim como muitas questões precisarão de maior aprofundamento e retorno a realidade social.

Conforme Bourguignon (2008) no que tange a centralidade dos sujeitos pesquisados, o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no Projeto Ético-Político da profissão e necessita ganhar maior relevância tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas. Portanto, reconhecer a centralidade do sujeito na pesquisa é não perder de vista o contexto sociohistórico em que se insere.

Por isso, a importância da devolução dados, dando aos sujeitos maior visibilidade a sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando assim alternativas de superação das condições de privação e exclusão social que permeia a o cotidiano dos sujeitos pesquisados.

## CAPÍTULO III

### 3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O presente capítulo pretende contextualizar a trajetória da Política de Assistência Social, possibilitando assim a apreensão da atual configuração assumida pelo Sistema de Proteção Social Brasileiro. Nesse sentido, torna-se fundamental a compreensão de como fora se desenvolvendo historicamente esta política desde os seus primórdios.

A Política de Assistência Social fora primeiramente apreendida como uma forma de ajudar o próximo, era vista a partir da *filantropia* e da *benemerência*, realizada através de organismos atrelados a Igreja Católica e a sociedade civil. A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como *política pública não contributiva*, pautando-se no princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, ao lado da saúde e da previdência, compondo o tripé da Seguridade Social brasileira.

A inserção da assistência social na Seguridade Social apontou o seu cariz de política de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

A partir da década de 1980, a assistência social ganhou um novo estatuto sendo reconhecida como política pública e como direito do cidadão no conjunto da Seguridade Social, passando a ser um direito do cidadão e não um favor do Estado ou das entidades filantrópicas e sim uma responsabilidade do mesmo. Diante desse novo cenário, a assistência social assume o patamar de política pública garantidora de direitos, preconizada conforme o artigo 203 da Constituição Federal brasileira como “*dever do Estado e um direito de quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social*”.

#### 3.1 O processo histórico da política de assistência social no contexto brasileiro

A instituição de um sistema de proteção social público nasceu no século XIX, com a industrialização e a constatação de que a vulnerabilidade e a insegurança social vinham-se ampliando à medida que se precarizam ainda mais as relações de trabalho assalariadas. O

processo de expansão do modo de produção capitalista teve como principais consequências a crescente industrialização e a urbanização das cidades, provocando o inchaço populacional nos grandes centros urbanos e ocasionando no aparecimento dos bolsões de pobreza nas metrópoles brasileiras. Até então, as sociedades vinham garantindo a proteção social de seus membros basicamente assentadas na perspectiva da solidariedade (JACCOUD, 2009). Como refere Mestriner:

Longe, portanto de assumir o formato de política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. (MESTRINER, 2008, p. 160).

Concorda-se com a autora, pois no Brasil historicamente, na relação entre Estado e sociedade civil, a assistência social sempre esteve atrelada a tutela, ao favor e ao clientelismo. Tais conceitos não representam direitos sociais, apenas benevolência de um *Estado Mínimo* que reforça sua posição de recuo, desobrigando-se do seu “dever social de Estado”. Tanto no Brasil como nos países da Europa, os direitos sociais se organizaram pela via do seguro social, excluindo durante décadas, os grupos sociais não participantes do mercado de trabalho formal. Se por um lado a instituição do seguro social permitiu minimizar a situação de insegurança e vulnerabilidade que marcava a situação de trabalhador assalariado, destituindo as proteções tradicionais baseadas na filantropia, por outro “o seguro obrigatório está muito longe de promover uma seguridade generalizada” (CASTEL, 1998, p. 382).

Cabe lembrar que as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a Seguridade Social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores (BOSCHETTI, 2003). O chamado modelo **bismarckiano** fora considerado como um sistema de seguros sociais, este esquema contemplava o seguro saúde, o seguro para acidentes de trabalho e a aposentadoria. Este modelo, de acordo com Boschetti (2003) vinculava-se exclusivamente ao trabalho e por isso, só atendia os indivíduos formalmente empregados, mediante contrato e prévia contribuição.

Diferentemente do modelo bismarckiano, outro modelo de seguridade social se constituía baseado em outros princípios e critérios, conforme Pereira (2011) durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1942, é formulado na Inglaterra o **Plano Beveridge**, considerado a *pedra angular do Sistema de Proteção Social no mundo moderno*, que apresentava diversas críticas ao modelo bismarckiano vigente até então.

No sistema **beveridgiano**, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios. (PEREIRA, 2011, p. 18).

A autora expõe ainda que o **sistema beveridgiano** caracterizado por ser unificado e universal, abrangendo não só trabalhadores, mas todos que por uma questão de direito, deveriam ter suas necessidades básicas satisfeitas, apesar de privilegiar o seguro social, possuía uma vertente não contributiva que se identifica com a assistência social. Contudo, fica evidente que os benefícios assegurados pelo **modelo bismarckiano** se destinavam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, já o **modelo beveridgiano** tinha como principal objetivo a luta contra a pobreza. Foi a partir destes dois paradigmas que houve o surgimento de diferentes modelos de Seguridade Social nos países capitalistas, como Boschetti ressalta:

No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social. (BOSCHETTI, 2003, p. 03)

Nesse sentido, pode-se compreender que o surgimento do modelo de proteção universal representado pela Seguridade Social não substituiu o modelo anterior do seguro social. A experiência internacional mostra que o conjunto dos países deram respostas diferentes às demandas por proteção social, instituindo distintos modelos para garantir a proteção social. Entretanto, as medidas dos governos não foram suficientes para definir a existência das políticas sociais, dando ênfase ao surgimento do *Welfare State* ou Estado de Bem- Estar Social, que teve como marco a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha a partir de 1883, que também passaram a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes direcionadas apenas para a pobreza extrema.

O Estado de Bem Estar Social teve seus pilares construídos a partir da solidariedade social, do período pós-guerra da crise de 1929. Os princípios estavam relacionados à responsabilidade estatal, a universalidade dos direitos sociais e a implantação de uma rede de seguranças e serviços socioassistenciais (COUTO, 2008). Entretanto, a partir dos anos de 1970, surgem persistentes questionamentos quanto à viabilidade econômica de um Estado de Bem Estar universalista com influência beveridgiana e keynesiana.

A crise econômica dos anos 1970 (crise do petróleo entre os anos de 1973 a 1979), de acordo com Couto (2008) foi marcada por grandes mobilizações dos trabalhadores em busca da ampliação do Estado no atendimento de suas demandas. O aumento da inflação e a redução do crescimento econômico também caracterizaram esse período. Sendo que: “[...] o movimento organizado da classe trabalhadora pressionou o Estado para atender mais e mais as suas demandas. Além disso, a estrutura etária da população mundial ampliou-se, incorporando uma nova demanda ao campo das políticas sociais”. (COUTO, 2008, p. 67).

Essas mudanças que ocorreram na sociedade alteraram as relações de trabalho levando a uma crescente instabilidade do emprego, tendo como principal consequência o aumento no número de trabalhadores desempregados e o agravamento da pobreza. Este processo ocasionara a ruptura entre o trabalho e a proteção social, já que as políticas sociais se desenvolviam em uma sociedade estruturada em torno do trabalho formal e sustentada pela possibilidade da população viver e contribuir por meio de sua inserção no mercado de trabalho. Segundo Couto (2008) diante destas condições históricas de organização econômica e política e da iminência das novas expressões da questão social<sup>1</sup>, alteram-se as experiências contemporâneas dos sistemas de proteção social. Fora nesse “momento que o ‘social’ passou a ocupar um lugar mais preciso entre a organização política e o sistema econômico” (PEREIRA, 2009, p. 32). Fora neste contexto que o sistema vigente com todas suas desigualdades sociais, em que a burguesia se afirmou como classe dominante e o proletariado tomou consciência de sua própria classe, surgiu assim a chamada *‘questão social’*, cuja característica fundamental é a contradição entre o capital e o trabalho, uma vez que a produção é cada vez mais coletiva e apropriação da riqueza socialmente produzida fica concentrada *nas mãos de poucos* sendo que a grande maioria da população, encontra-se espoliada dos frutos da produção, tendo como principal consequência o agravamento das desigualdades sociais.

Neste sentido, Iamamoto pontua que:

[...] a ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 2008, p. 168).

---

<sup>1</sup> A questão social diz respeito à divisão da sociedade em classes e a luta pela apropriação da riqueza socialmente produzida. Como refere Iamamoto (2009, p. 27), a questão social é “apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade”.

No entanto, para que se condicionasse o embate político tornara-se necessária uma nova configuração do Estado. A construção de um Estado Ampliado com a plena articulação entre sociedade civil e sociedade política, como afirma Simionatto, ao realizar debruçamento teórico acerca da concepção Gramsciana de sociedade civil e política.

Diz que se pode chamar de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos ditos “privados” e o da “sociedade política ou Estado” o que corresponde à função de “hegemonia” e de “domínio direto” ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico, ou seja, existem dois planos superestruturais que se referem respectivamente ao “aparato de hegemonia (sociedade civil) e aparato de coerção ou domínio (sociedade política ou Estado)”. (SIMIONATTO, 2004, p. 67).

Como ressalta Simionatto (2004, p. 68) “a junção da sociedade política com a sociedade civil forma o Estado Ampliado, que pertence à esfera da superestrutura e exerce ao mesmo tempo a hegemonia (atributo da sociedade civil) e a coerção (atributo da sociedade política)”. Isso remete que a *sociedade política* e a *sociedade civil* distinguem-se pela função que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das relações de poder. É isso que torna o Estado uma instituição contraditória, pois ao mesmo tempo em que exerce a dominação pura e simples, ele também usa de mecanismos de consenso para se legitimar perante o conjunto da sociedade, tendo, portanto, de atender demandas e necessidades das classes subalternas, estabelecendo uma relação de constante movimento, onde há tanto a presença do Estado garantindo direitos, quanto à existência de regras democráticas possíveis à luta política (PEREIRA, 2009).

Neste contexto, o Estado pode ser considerado lugar de encontro e a expressão de todas as classes porque embora zele pelos interesses da classe dominante e tenha, ele mesmo, um caráter de classe, esse zelo se dá de forma contraditória, ele se relaciona com todas as classes, inclusive com a dominada incorporando os interesses da mesma, para poder se legitimar, preservando o próprio bloco no poder. É através dessa relação com todas as classes que ele exerce “o controle político e ideológico entre elas”, assumindo um caráter de poder político (IANNI, 1986 apud PEREIRA, 2009).

Sendo assim, o Estado mantém relações com todas as classes sociais, assumindo diversas responsabilidades, como as de atender as reivindicações de toda sociedade e não somente de uma classe social, abrangendo com isso todas as dimensões da vida social. Diante deste contexto, o Estado passa a assumir uma maior responsabilidade diante à desigualdade social, tornando-se um mecanismo que deveria intervir nas múltiplas expressões da questão social, sendo tais refrações frutos de um modo de produção baseado na exploração e opressão do homem pelo homem.

Apesar das variações históricas e culturais é preciso não perder de vista que é nos primórdios da industrialização, quando a questão social é explícita pela primeira vez, que se transformam radicalmente os mecanismos de proteção social dos indivíduos desenvolvidos até então, principalmente pelas famílias, ordens religiosas e comunidades, por meio de regimes de obrigações pessoais. (YAZBEK, 2010, p. 01).

O enfrentamento dessas situações de risco e privações sociais, através da iniciativa pública é chamada de proteção social, que para Silva, Yasbek e Giovanni (2008, p. 10) “constituem sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Esta proteção segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 33) será ofertada a “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos”.

Sobre os conceitos de vulnerabilidade e risco social, Janczura, refere que:

[...] podem ser entendidos como um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para tratar seus objetos, são conceitos distintos. O primeiro conceito se refere à situação de grupos e o segundo deve ser usado para a situação fragilizada de indivíduos. (JANCZURA, 2012, p. 307).

De acordo com Janczura (2012) a vulnerabilidade e o risco social seguem para além da questão da subsistência, portanto, é preciso ser analisados de forma ampla, pois em sociedades baseadas em economia de mercado, entende-se que a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente, em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social. Jaccoud (2009, p. 58) define a rede de proteção social “como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Entretanto, estas estratégias para diminuir a multiplicidade dos fatores que surgem da vulnerabilidade social requerem ações em várias frentes, requerendo o planejamento para que elas sejam executadas de forma integrada e complementar (JANCZURA, 2012).

Diante disso, percebe-se a contradição existente entre *ideal* e o *real*, a realidade socioeconômica em que se estabelecem as relações sociais e políticas e as premissas postas pela proteção social. Nesse sentido é possível afirmar que: de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita utilizando o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação e, de outro a expansão da assistência social recoloca duas novas questões: “o

retrocesso no campo dos direitos já consolidados e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho” (MOTA, 2008, p. 137). Por isso:

O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais. (MARANHÃO, 2008, p. 42-43).

Noutros termos a tendência é expansão e integração dos serviços ofertados, porém ao mesmo tempo impõem novas condicionalidades de acesso aos benefícios sociais. O Estado ao invés de ser gestor de políticas sociais, se torna fiscalizador e, assim os usuários ao invés de se tornarem sujeitos de direitos se transformam em solicitantes de um direito controlado. Nessa perspectiva de análise, Behring (2008) infere que *é mais mercado livre e menos Estado social*. Ou seja:

A retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social. (BEHRING, 2008, p. 58).

Desse modo, o **neoliberalismo** estabelece a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de *políticas redistributivas fragmentadas, paliativas e focalizadas*. Além disso, o neoliberalismo prevê que o Estado não deva intervir na relação do comércio exterior e nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais tem como garantia uma maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais, assim, de acordo com Anderson:

O Neoliberalismo nasceu depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é ‘O Caminho da Servidão’, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995, p. 09).

O **neoliberalismo** tem como principais consequências às privatizações, o crescimento do desemprego e das desigualdades sociais, o aumento dos impostos e a redução de gastos com políticas públicas sociais. A partir da premissa neoliberal o mercado passa a se expandir mundialmente, extinguindo as fronteiras comerciais e o Estado passa a ser protecionista da

expansão do capital, pormenorizando políticas públicas que possam garantir direitos sociais à população. Considerando as condições referidas Silva, Yazbek e Giovani, salienta-se que:

O enfrentamento da pobreza no país vem sendo orientado por uma lógica, de um lado, representada pela adoção de um conjunto desarticulado, insuficiente e descontínuo de programas sociais compensatórios, que na década de 1990 passam a se orientar pelos princípios da “focalização”, da “descentralização” e da parceria assentados no ideário neoliberal da “Solidariedade” e da reedição da filantropia e da caridade, agora estendida ao âmbito empresarial. De outro lado, é mantido o modelo econômico baseado na sobre-exploração do trabalho e na concentração da riqueza socialmente produzida, cuja expressão é o aumento do desemprego, o incremento do trabalho instável e precarizado; a diminuição da renda do trabalho e a consequente expansão da pobreza. (YASBEK; GIOVANI, 2008, p. 31).

O neoliberalismo no Brasil teve início na década de 1990, década esta que é marcada pelo desenvolvimento do Projeto de Contra-Reforma do Estado, contexto recessivo onde são reduzidas as possibilidades de financiamento dos serviços públicos. Presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do “*enxugamento do Estado*” em suas responsabilidades sociais. Dentre os exemplos estão: a flexibilização nas relações de trabalho, as privatizações e sua relação com capital estrangeiro e os ataques a Seguridade Social. São vários os aspectos que recaem sob a influência do neoliberalismo na vida social, como a complexificação das desigualdades sociais, e a precarização das políticas públicas no atendimento às necessidades sociais.

Diante do exposto, evidencia-se que a política social surge como forma de enfrentamento das expressões da questão social, logo após o proletariado começar a mobilizar-se. Dessa forma, foi através da ação organizada, dos trabalhadores e de suas famílias que ascendem à esfera pública, colocando suas reivindicações na agenda política e colocando em evidência que a sua pobreza era resultante da forma de estruturação da emergente sociedade capitalista. As desigualdades sociais não apenas são reconhecidas, como reclamam a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e trabalho desses trabalhadores. Nesse contexto, e com o desenvolvimento da industrialização e urbanização são institucionalizados no âmbito do Estado mecanismos complementares de proteção social, configurando a emergência da Política Social nas sociedades industrializadas (YAZBEK, 2010).

Nesse sentido, a política social “visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados na lei, ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos na lei” (PEREIRA, 2008, p. 95). Sinaliza, portanto, conquista da sociedade e só tem aplicabilidade

por meio de políticas públicas, as quais por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços sociais.

Porém, cabe ressaltar que historicamente o estudo das políticas sociais é marcado pela necessidade de compreendê-las em relação ao binômio *concessão ou conquista*. Segundo reflexões de Couto (2008) é possível apreender as políticas sociais a partir do binômio supracitado, assim de um lado: as políticas sociais caracterizam-se pelo seu compromisso em manter a acumulação e reproduzir a força de trabalho, buscando a legitimação do sistema capitalista, o que traduziria a sua concepção de concessão. De outro lado, as políticas sociais são apreendidas como campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa para ampliar direitos sociais ganham visibilidade, introduzindo assim, a perspectiva de que elas se constituiriam numa conquista (COUTO, 2008, p. 60). Sendo possível identificar esses dois movimentos na constituição das políticas sociais, que, como instrumento do estado, tem incorporado às características próprias do momento histórico onde são gestadas, com todos condicionantes econômicos, culturais, políticos e sociais que dão sustentação e base para a sociedade. Diante disso é possível afirmar que as políticas sociais se configuram nesse cenário, por meio de um discurso ideológico. Behring confirma o seguinte em relação às políticas sociais brasileiras:

[...] elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social, daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, - já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político- vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital. (BEHRING, 2008, p. 64).

Nesse sentido, percebe-se que as políticas sociais teriam o encargo de apaziguar as reivindicações dos trabalhadores e proporcionar o mínimo para sua manutenção, visto que, a princípio o desenvolvimento de tais políticas sociais eram em sua maioria voltadas ao âmbito dos trabalhadores, enquanto os outros segmentos continuavam em precárias condições de vida. Essas características, persistentes ao longo da trajetória do Estado brasileiro, constituíram um entrave à concretização dos direitos, sejam eles: civis, políticos ou sociais.

Dessa forma não se pode deixar de fazer menção ao período dos governos brasileiros, no final da década de 1980, marcada pelo fim dos governos militares e a retomada da democracia com propostas que do ponto de vista do discurso oficial, buscavam romper com o clientelismo e com a assunção patrimonialista do Estado e propunham mudanças no sistema político, econômico e social.

De acordo com Couto (2008) o que se pode observar é que os inúmeros planos econômicos e a própria construção da Constituição de 1988 não foram suficientes para cumprir com as promessas feitas à população no que se refere à melhoria das condições e de vida dos segmentos sociais vulneráveis. Ainda Segundo Couto:

[...] as demandas da população foram apresentadas por meio de programas fragmentados, assistemáticos e seletivos, como o do leite de José Sarney; o da participação comunitária, de Collor de Mello e o da Comunidade Solidária de Fernando Henrique Cardoso. Repetiam-se, assim, programas de forte apelo popular, de cunho pontual, buscando sempre a legitimidade junto à população mais pobre, segmento destinatário dos mesmos. (COUTO, 2008, p. 153).

Fica evidente neste período que as demandas da população foram atendidas pelos governos através de ações pontuais, programas focalizados tendo como viés a solidariedade, ou seja, uma *retomada das práticas clientelistas*. Se por um lado houve importantes e significativos avanços, citando o governo de José Sarney (1985-1990), que segundo Pereira (2011) reconhecia a enorme “dívida social” do país, a fragilidade dos direitos sociais se comprometendo a fazer “tudo pelo social”. Emanado de discursos com princípios de democracia, promovera a mobilização pelas “*Diretas Já*”, cujo governo ficou conhecido como o governo da *transição democrática*, que teve como resultante a Constituição Federal de 1988. Por outro lado, houve articulação das forças conservadoras, que tornaram inacabadas a reforma prevista na Carta Magna, dando início as orientações de recorte teórico neoliberal junto à agenda econômica, política e social no Brasil. Vale ressaltar que todas as garantias constitucionais que foram consubstanciadas em legislações<sup>2</sup>posteriores passaram a ser alvo de desmontes pelos governos que sucederam a Carta Constitucional de 1988.

No período correspondente aos anos de 1990 a 1992, o governo Fernando Collor de Mello, tinha como plataforma a moralização da política, com discurso eleitoral de um projeto de Estado Social Democrata. As propostas de campanha continham retóricas como “amigos dos pobres”, dos “descamisados” e “perseguidor das elites econômicas ou dos marajás”, indicava prioridade ao resgate da dívida social, o que, na realidade, não se confirmou nas ações do seu governo, predominando programas sociais com caráter populista, clientelista e assistencialista atrelados ao viés neoliberal. (PEREIRA, 2000 apud COUTO, 2008).

Com o impeachment de Collor, em 1993, o vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República, frente ao cenário de estagnação e de destruição do sistema de proteção social. Entretanto, cabe enfatizar o cenário do grande marco para a assistência social

---

<sup>2</sup> Lei nº8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), Leis nº8.212 e nº8.213/91 (Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social) e a Lei nº8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), entre outras.

no país, contraditoriamente foi no governo de Itamar Franco que foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Sendo fruto de lutas e embates políticos dos segmentos progressistas da sociedade civil, juntamente com as categorias profissionais, que executam a política, na proposição da organização da Assistência Social brasileira.

Inegavelmente, a LOAS não apenas introduz novo significado para a assistência social, diferenciando-a do assistencialismo e situando-a como política de seguridade voltada à extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados da população brasileira, mas também aponta o Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania. (COUTO, 2008, p. 175).

A LOAS surgiu como objetivo de regulamentar o que já vinha sendo proposto pela Constituição Federal de 1988, ao que se refere ao social. Todavia com a Constituição Federal de 1988 e a LOAS, a assistência social tornou-se uma política pública a cargo do Estado sendo direito do cidadão e, portanto política estratégica no combate à pobreza. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos anos de 1995 a 2002, pode-se afirmar que as políticas neoliberais foram implantadas pelo Estado brasileiro. Segundo Couto (2008, p. 143) o governo FHC se caracterizou como sendo “democrático de orientação neoliberal, de recorte clientelista que preconizou a agenda econômica em detrimento do social”. Contudo, o mesmo desenvolveu uma política apoiada na “solidariedade social”, passando a responsabilidade dos programas sociais para a sociedade civil, operando um verdadeiro “*desmonte da nação*”. Nesse sentido, Couto (2008) pontua que:

Ao final do governo, contabilizaram-se: um aumento da concentração de renda, um altíssimo índice de desemprego; uma tentativa constante de desmontar os direitos trabalhistas construídos por longas décadas; um processo de privatização intenso; e várias reformas na Constituição de 1988, principalmente no que se refere ao campo dos direitos sociais. (COUTO, 2008, p. 150).

Diante desse contexto de emendas no texto constitucional que resultou em declínio dos direitos sociais, apontando a fragilidade do sistema de proteção social, fica explícito que as demandas da população foram apresentadas por meio de programas fragmentados, assistemáticos, seletivos e de cunho pontual. No entanto, foi diante desta realidade que a Política de Assistência Social<sup>3</sup>, instituída com a Constituição Federal de 1988, dentro de um novo conceito de Seguridade Social, por meio do tripé *Assistência Social, Saúde e*

---

<sup>3</sup> Sobre a Política de assistência social, a mesma será abordada em seu contexto atual no capítulo de análise de dados.

*Previdência Social*, mas enquanto políticas públicas fundamentadas na solidariedade, na atuação filantrópica, no voluntariado e nas ações do terceiro setor e com fortes influências das políticas de governo, sempre lhes impondo caráter assistencialista.

Embora a concepção de Assistência Social parta de uma dimensão de provisão social que tem por base a noção de direitos sociais, a mesma é plasmada no contexto de uma sociedade que historicamente vincula o campo dos direitos sociais à versão de compensação aqueles que pelo trabalho eram merecedores de ser atendidos socialmente. Sendo assim, o campo dos direitos na sociedade brasileira é marcado por um processo contraditório, próprio da relação de acumulação do capital versus distribuição de renda. (COUTO, 2008, p. 167).

Assim, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) tem suas diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS (1993), que são as seguintes: a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os municípios e o comando único das ações em cada esfera de governo; a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo. (BRASIL, 2004)

A Política Nacional de Assistência Social preconiza a diminuição das desigualdades sociais e a universalização do acesso aos direitos básicos, tendo como público-alvo cidadão e grupos que se encontram em situação de risco social. Em suma, o direcionamento que se dá a Assistência Social a situa diretamente com as desigualdades sociais, tornando-se um desafio consolidar políticas menos repressivas e mais humanizadas e que partam do pressuposto de que no contexto brasileiro são muitos os desafios que ainda se interpõem na direção da construção de um sistema amplo de proteção social, uma vez que tais políticas públicas defrontam no cotidiano de sua operacionalização com a magnitude e complexidade da questão social e a histórica fragilidade do Estado brasileiro em dar respostas eficazes e efetivas às demandas postas pela sociedade.

Nota-se que a Política de Assistência Social como as demais esteve submetida às necessidades da política econômica, a serviço dos interesses das elites e do processo de produção capitalista. Tratá-la, portanto separadamente da política econômica é cair na ilusão de que uma é possível sem a outra. Porém, uma política social de cunho universalista baseada nos princípios da Seguridade Social exige uma política econômica radicalmente oposta da que vem sendo implementada até os dias atuais, que preconiza a redução dos gastos sociais e o alvitamento dos direitos de cidadania.

### 3.2 O contexto de emergência dos programas de transferência de renda no Brasil

A Política de Assistência Social foi regulamentada com a promulgação da LOAS, em que é bastante clara em sua definição, estabelecendo critérios para a organização da assistência social no Brasil. De acordo, com o artigo 1º da LOAS (1993), a Assistência Social passa a ser considerado um direito do cidadão e dever do Estado, *ou seja, “é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”*. A Assistência Social efetivou-se em estratégia pública, objetivando minimizar as situações oriundas das desigualdades sociais e para o enfrentamento da pobreza. Ocorre, então, o surgimento de políticas públicas de proteção social voltada aos chamados “*mínimos sociais*” nos programas governamentais brasileiros. Tendo como objetivos da ação dessa política pública, os que seguem a seguir:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993, p. 01).

Segundo Couto (2008, p. 173) a definição e os objetivos da Assistência Social, “abre um leque de condições para que esse campo passe a ser considerado como de direito social, indicando a responsabilidade do Estado, apontando a noção de solidariedade social, e a população-alvo de seus programas”. Não obstante, de forma genérica, de acordo com Couto (2008) ao citar a provisão de *mínimos sociais* para atender às *necessidades básicas*, estabelece uma controvérsia, pois estes termos possuem distintas e importantes interpretações conceituais dificultando assim, o entendimento do que são os “mínimos sociais” e do que podem ser consideradas “necessidades básicas”. Contrapondo a idéia de provisão dos “mínimos sociais” previsto na referida Lei, Pereira (2008) ao realizar estudos sobre a conceituação teórica destas terminologias, afirma que “mínimo” e “básico” são conceitos distintos, pois enquanto o primeiro tem a conotação de menor, de menos, aproximando-se da

desproteção social, o segundo sinaliza o contrário e, portanto, o *básico* expressa algo que é fundamental na vida dos sujeitos:

[...] enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia neoliberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados [...] enquanto o mínimo nega o “ótimo” de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo. (PEREIRA, 2008, p. 26).

Desta forma, ao contrário do que tem inferido na LOAS, o mínimo e básico do ponto de vista empírico, conceitual e político não são compatíveis entre si, pois para que a provisão social prevista na *Lei* seja coerente com as necessidades básicas ela tem que deixar de ser mínima ou menor para ser básica e essencial. Paradoxalmente ao que está definido na LOAS, a Política Nacional de Assistência Social não tem como objetivo o atendimento das necessidades básicas das famílias e sim a provisão dos mínimos sociais.

Como visto anteriormente, a Política de Assistência Social começa a fazer parte da agenda social, dentro do tripé da Seguridade Social, sendo utilizada como mecanismo de enfrentamento às desigualdades sociais. Tais desigualdades são decorrentes das configurações do sistema vigente e das formas de proteção social desenvolvida pelo Estado. No momento atual, de acordo como Silva (2010) os programas de transferências de renda tem-se constituído como estratégia principal da Política de Assistência Social e do sistema brasileiro de proteção social como possibilidade de enfrentamento ao desemprego e a pobreza.

Partindo do entendimento de que os programas de transferências de renda, no Brasil, denominados, por exemplo, Renda mínima e Bolsa-Escola<sup>4</sup> podem ter orientações político-ideológicas e motivações diferenciadas, que vão desde uma perspectiva de apoio à funcionalidade do mercado, apresentando, portanto caráter meramente compensatório e residual, até uma perspectiva orientada pelo entendimento de que a riqueza socialmente deve de alguma forma ser redistribuída aos membros da sociedade, e que é possível se desvendar o significado do desenvolvimento histórico e a natureza desses programas no Brasil. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 42).

Inicialmente foram implantados Programas de Transferência de Renda em diversos países da Europa a partir dos anos 1930, porém somente ganham visibilidade no plano

---

<sup>4</sup> O primeiro programa era denominado de Programa de Garantia de Renda Mínima “para toda criança na escola” (PGRM), criado em dezembro de 1997, regulamentado em 1998 e iniciado sua implementação no segundo semestre de 1999, sendo substituído pelo Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a Educação – “Bolsa Escola” ,cuja implementação foi iniciada em julho de 2001que beneficiava famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com a concessão do benefício as crianças de 6 a 15 anos que deveriam estar matriculadas na escola com uma frequência de 85%. Esses dois programas juntamente com o Bolsa Alimentação, Vale Gás e o Programa Fome Zero chamados de programas remanescentes foram integrados ao programa Bolsa Família (SILVA, 2007).

internacional nos anos 1980. Sobre os programas de transferência de renda na América Latina, Mattei (2010) aponta que, considerando o fato de que na América Latina não se constituiu um Estado de Bem-Estar Social como na Europa e que os níveis de proteção social ainda são muito baixos frente aos altos índices de fome e pobreza, fato que remete a um problema histórico, a América Latina continua sendo a região que apresenta uma das mais altas taxas de concentração de renda do mundo o que reproduz a exclusão social de importantes camadas da população. Diante desta realidade, observa-se que recentemente diversas iniciativas foram sendo implementadas por órgãos governamentais e pelas agências multilaterais no sentido de reduzir ou até mesmo erradicar a fome e a pobreza no Continente Latino-Americano.

Para o autor o fato é que:

Tais programas são de natureza diversa e encontram-se atuando a partir de duas formas básicas, como amortecedores dos efeitos provocados pelas crises econômicas, ou como instrumentos alternativos às ações das redes tradicionais de proteção social que enfrentam dificuldades nas esferas econômicas e política para atingir seus objetivos. (MATTEI, 2010, p. 09).

As políticas de renda mínima na América Latina surgem pautadas na idéia de focalização das ações de política pública e têm o mesmo desenho, uma vez que transferem recursos às famílias visando elevar seu orçamento doméstico, com destaque no que se referem às condicionalidades nas áreas de saúde e de educação. De um modo geral pode-se dizer que este debate situa-se no âmbito das grandes transformações econômicas, sociais e no mundo do trabalho, direcionando-se para o enfrentamento da questão social. Essa é representada, sobretudo, pelo desemprego e empobrecimento crescente das populações no contexto da reestruturação produtiva e dos programas de ajuste econômico (SILVA, 2007).

No Brasil, a temática começa a fazer parte da agenda pública só a partir de 1991, quando foi apresentado e aprovado, no Senado Federal, o Projeto de Lei n. 80/1991 do Senador petista Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Silva (2007) refere que o ano de 1991 fora considerado como o primeiro momento deste processo que é a instituição do debate sobre a transferência de renda na agenda pública. Todavia, a autora revela que o *segundo momento*:

[...] foi a introdução da ideia de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação. É então proposta uma transferência monetária equivalente a um salário mínimo a toda família que mantivesse seus filhos ou dependentes de sete a catorze anos de idade frequentando regularmente a escola pública. (SILVA, 2010, p. 19).

Observa-se que há o objetivo de se articular uma política compensatória a uma estruturante, como condição de enfrentamento da pobreza, numa conjuntura socioeconômica marcada pelo aumento acentuado do desemprego, seguido do incremento de formas de trabalho precária, instáveis e sem a proteção social garantida pela previdência social. Como consequência desse processo há um rebaixamento do rendimento da renda proveniente do trabalho, “crescimento da violência, principalmente, nos grandes centros urbanos e ampliação dos índices de desigualdade social”. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 130).

O *terceiro momento* desse processo iniciou em 1995, com a implementação de experiências municipais em Campinas, em Ribeirão Preto e em Santos, ambos municípios do estado de São Paulo e em Brasília (DF), concretizando, a possibilidade da adoção de políticas públicas de transferência de renda no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro. A partir daí, segundo Silva (2007) muitas outras propostas e experiências foram seguidamente desenvolvidas em vários municípios e nos demais estados brasileiros, sendo que em 1996 são iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal, com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>5</sup> e com o início da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993).

O *quarto momento* inicia-se em 2001, no penúltimo ano do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no seu segundo mandato (1999–2002). Com a expansão dos programas de iniciativa do Governo Federal criados em 1996 como o BPC, o PETI e a criação de novos, com destaque ao Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e o Programa Fome Zero). Já o *quinto momento* iniciou-se em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde houve a unificação do Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e o Programa Fome Zero em Programa Bolsa Família. De acordo com Silva (2010) essa unificação dos programas de transferência de renda representou:

[...] uma evolução e inovação no âmbito desses programas. Propõe-se a uma maior racionalização e simplificação de acesso da população aos referidos programas, cujo objetivo central é elevar a efetividade no combate, à fome e a pobreza, prioridade social do governo brasileiro a partir de 2003. (SILVA, 2010, p. 33).

---

<sup>5</sup> O surgimento do PETI se deu em 1996 inicialmente foi implementado em fase de teste em alguns Estados do país e nos anos depois foi lançado a nível nacional com objetivo de atuar na área da proteção da criança, que tem como importante missão contribuir para a erradicação do trabalho infantil, tendo como público principal, crianças com idade inferior a 16 anos, que estejam em situação de trabalho infantil. Foi integrado ao Bolsa Família a partir de 2006, mas mantém sua especificidade enquanto programa direcionado para o combate do trabalho infantil precoce e penoso, com a manutenção das crianças das famílias beneficiárias na escola e em atividades complementares ao período escolar (BRASIL, 2010).

Enfim, o Programa Bolsa Família (PBF) surge de acordo com a Lei 10.386 em 2004, com uma proposta ampla de beneficiar famílias em situação de pobreza tendo o objetivo de efetivar direitos e cidadania (SILVA, 2010). É um programa que articula dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, com condicionalidades a serem seguidas. Os objetivos básicos do PBF, em relação aos seus beneficiários, fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) são:

- I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV - combater a pobreza; e
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004, p. 02).

Enquanto programa focado na pobreza e condicionado ao cumprimento de determinadas exigências, três pressupostos os orientam, conforme Silva (2010) pontua:

- (a) a transferência monetária direcionada as famílias pobres possibilita a complementação de renda dessas famílias; (b) a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes (educação, saúde e trabalho); (c) as condicionalidades são consideradas contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, visando certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representando o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e inclusão social. (SILVA, 2010, p. 22).

O debate acerca das condicionalidades do PBF a serem seguidas pelas famílias beneficiárias abarca diferentes posições, de acordo com os idealizadores do PBF estas são consideradas contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar, visando certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e a inclusão social sustentável (SILVA, 2007). Entretanto, não se pode deixar de pontuar que as condicionalidades trazem um paradoxo, onde ao mesmo tempo em que o programa de transferência de renda é um direito, as condicionalidades a serem seguidas para seu recebimento, de acordo com Silva (2007, p. 1436) “ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade”.

Contata-se que a questão das condicionalidades impostas pelo programa necessita de uma ampla discussão, torna-se imprescindível o investimento em serviços públicos de

qualidade para que os beneficiários possam ter acesso a serviços básicos, porém com qualidade, para que assim realmente possa vislumbrar melhorias para este país, no que se refere a garantia de condições dignas de vida. Pois, como afirma Silva,

[...] os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros, mesmo no campo da educação, da saúde e do trabalho são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda. Nesse sentido, as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado, nos seus três níveis e não às famílias. (SILVA, 2007, p. 1436).

Sobre essa perspectiva, interessa analisar o conteúdo e a dimensão das ações de controle e acompanhamento das condicionalidades adotadas pelos formuladores do Programa e traduzidas na legislação, pois como observa Monnerat (2007, p. 1461) “a rigor, a idéia-chave do acompanhamento das condicionalidades deveria englobar ações sociais mais amplas com vistas a potencializar uma rede de proteção social em torno dos beneficiários do programa”.

A perspectiva de punir as famílias que não cumprirem as condicionalidades é incompatível com os objetivos de promoção social do PBF, colocando em pauta o paradoxo entre o direito ao benefício e a exigência de contrapartidas. Nesta direção, não se pode deixar de considerar as condições que as famílias pobres dispõem para atender as requisições impostas, tendo em vista as dificuldades cotidianas de sobrevivência em que a maioria está exposta e a fragilidade dos serviços ofertados, tanto na capacidade de absorção da demanda como na qualidade dos serviços.

No entanto, uma questão crucial colocada pelo Programa Bolsa Família, diz respeito à fragilidade da institucionalidade pública para acompanhar o cumprimento das condicionalidades, o que permite que se questione a capacidade dos municípios para realizar esta tarefa e os prováveis *efeitos positivos* do ponto de vista da “ampliação do acesso à educação e saúde, notadamente de uma fração da população que historicamente apresenta baixo poder de utilização destes serviços” (MONNERAT, 2007, p. 1461). Contudo, o cumprimento das condicionalidades impostas as famílias, indica apenas um parco incentivo ao acesso de tais sujeitos as políticas sociais, em que o Estado oferta somente o que de mais básico está previsto no elenco de direitos sociais, isto é, as ações de saúde e educação, como refere Monnerat:

[...] se o incentivo do governo federal para deslanchar o acompanhamento das condicionalidades se resumir ao financiamento há o risco de disseminação de uma concepção restrita da questão, cuja consequência é o desenvolvimento de mero

controle da frequência escolar e da adesão às ações de saúde. (MONNERAT, 2007, p. 1461).

Desse modo, as condicionalidades impostas pelo PBF na realidade acabam conduzindo o programa para algo distante do esperado. Por um lado, essa perspectiva do acompanhamento vinculado à concepção de condicionalidade, enquanto uma estratégia que visa interferir nas situações estruturais responsáveis pela persistência da pobreza. Por outro lado, a legislação que regulamenta a forma de gestão do acompanhamento das condicionalidades, se aproxima mais da concepção de punição e fiscalização do que propriamente dos objetivos enunciados para a emancipação e inserção social.

A luta pela materialização dos direitos sociais deve balizar o reconhecimento da assistência social como política pública e não como historicamente vem acontecendo ao ser concebida como não-política e desresponsabilizando o Estado no trato da questão social. Portanto, faz-se necessário que a sociedade atue para a efetivação de medidas não repressivas aos segmentos sociais mais vulneráveis e busque no horizonte nas políticas públicas ações humanizadas e não reforçadoras de estigmas e estereótipos. Tais conquistas incidirão, essencialmente, na garantia dos direitos para o atendimento as necessidades básicas da população atendidas pelos programas de transferência de renda no Brasil. A Política de Assistência Social tem um grande desafio a enfrentar: concretizar direitos de cidadania posto constitucionalmente no bojo de uma ordem capitalista liberal contrária a esses direitos e a sua concretização.

## CAPÍTULO

### **4 A FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOHISTÓRICAS: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS, CONTEXTOS E DINÂMICA**

O presente capítulo tem como objetivo realizar o percurso sócio-histórico da família no decorrer do desenvolvimento da sociedade discorrendo acerca das principais transformações no seio da instituição familiar trazendo as novas configurações assumidas na cena contemporânea.

Nesse sentido, este percorre um breve curso histórico da família desde a civilização romana até os dias atuais, trazendo as principais mudanças sociais, culturais e históricas que vem atingindo a família em especial, a brasileira. Além disso, discute-se a conceituação contemporânea inaugurada pela Carta Constitucional de 1988. Deste modo, o propósito deste capítulo é fornecer subsídios que possibilitem problematizar criticamente a família e principalmente, apreendê-la a partir da Política de Assistência Social brasileira.

#### **4.1 Contextualização sociohistórica da família**

Percorrendo a etimologia da palavra família, encontra-se os primeiros registros na antiga Roma, em que o termo derivado do latim, *famulus* referia-se escravo doméstico e designava a família como sendo o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. *Famulus*, fora um termo criado pelos romanos para instituir um novo organismo social, cujo chefe matinha seu poder (absoluto) sobre a mulher, os filhos e seus escravos (ENGELS, 2010). Na antiga Grécia, tinha-se uma palavra muito significativa para designar a família – *epístion* -, que significa literalmente “*aquilo que está perto do fogo*” (ENGELS, 2010, p. 59).

Desse modo, apreende-se que a família era um grupo de pessoas as quais a religião permitia invocar as almas dos antepassados e oferecer o banquete fúnebre. Para Coulanges (2006), as crenças relativas aos mortos e o culto que lhes era devido constituíram a família antiga e lhe deram a maior parte de suas regras.

De modo que o homem, depois da morte, era considerado uma pessoa feliz e divina, com a condição, porém, de que os vivos lhe oferecessem continuamente banquetes públicos. Portanto, na Roma e na Grécia, “a religião foi o princípio constitutivo da família antiga” (COULANGES, 2006, p. 56). Sendo que a organização familiar na Antiguidade Greco-Romana, conforme Coulanges (2006) se fundava na autoridade exercida pelo *pater familias*,

que ao mesmo tempo era chefe político, sacerdote e juiz que submetia ao seu comando todos os que integravam a família e que jamais poderia ser questionada sua autoridade sacerdotal. O que une os membros da família antiga é algo mais poderoso que o nascimento, que o sentimento, que a força física: é a religião do fogo sagrado e dos antepassados. A família antiga nos estudos de Coulanges (2006, p.70) “é mais uma associação religiosa que uma associação natural”. Essa religião faz com que a família forme um só corpo nesta e na outra vida: “[...] não foi a religião que criou a família, mas foi certamente a religião que lhe deu regras, resultando daí que a família antiga recebeu uma constituição muito diferente da que teria tido se houvesse sido constituída baseando-se apenas nos sentimentos naturais” (COULANGES, 2006, p. 71).

Sendo que nem o afeto, nem o parentesco eram o fundamento da família romana tal fundamento devia residir no poder do pai ou do marido. Esse poder fora constituído como uma espécie de instituição primordial, formando-se pela superioridade da força física do homem sobre a mulher, ou do pai sobre os filhos. O casamento era considerado o assento da família, e, por ser uma cerimônia religiosa sagrada, muitas vezes nos escritos latinos e gregos tinha a mesma designação que ato religioso. Por esta cerimônia, a mulher afastava-se de sua religião doméstica original para integrar-se à do seu marido, abandonando, assim, o culto aos antepassados de sua família para passar a adorar os antepassados de sua nova família, mais especificamente de seu marido (COULANGES, 2006).

Nesse sentido, na Antiguidade o casamento não tinha por finalidade o prazer, seu objetivo principal não estava na união de duas pessoas que desejavam unir-se para a felicidade ou sofrimentos da vida. O efeito do casamento, aos olhos da religião e das leis era a união de dois seres no mesmo culto doméstico, dar origem a um terceiro, no caso os filhos, apto a perpetuar esse culto (COULANGES, 2006).

No entanto, Ariès (1981) em seus estudos através de uma multiplicidade de documentos (fotos, diários, músicas), utilizara-se também de imagens iconográficas da Idade Medieval, inferindo que no passado até o século XVII, a família era vivida em público, ou seja, não existia quase nenhuma intimidade, pois a densidade social tomava todo o lugar da família. O autor refere ainda que a família já existia como realidade vivida, embora ela ainda não existisse como sentimento ou como valor. Segundo Ariès (1981) esse sentimento de família nasce e se desenvolve a partir do século XV e no século XVIII, ele se estende a todas as camadas da população, acompanhado de mudanças significativas em relação às crianças, quando elas se tornaram um elemento indispensável da vida cotidiana o que

consequentemente levou os adultos a preocuparem-se com sua educação, bem-estar e proteção.

A partir do século XV, conforme Ariès (1981) a imagem da família começa a ser construída, representando o reconhecimento do que é a família, “a mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem na sala ou nos campos” (ARIÈS, 1981, p. 197), porém não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes, os filhos não ficam juntos com os pais. Não havia sentimento profundo entre pais e filhos, “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÈS, 1981, p. 231) e o sentimento que era desconhecido na Idade Média vai assumindo um novo lugar, começando a se delinear a *família nuclear burguesa*.

Neste sentido, para se entender a dinâmica da família na contemporaneidade, é preciso apreender os aspectos e fatores que determinaram as mudanças estruturais no seu interior. Dentre tais fatores destaca-se, o advento do capitalismo e o início do processo de industrialização que sinalizou intensamente a divisão de classes sociais e, consequentemente, atingiu a constituição e a dinâmica da unidade familiar, agora expressa pela família burguesa e pela família proletária. O modelo de família, burguesa ou nuclear surge “como a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista avançada do século XX” (POSTER, 1979, p. 186). Este novo modelo de família, segundo Poster (1979) é definida como uma unidade conjugal limitada a poucos filhos, não se pautando na manutenção das tradições e na continuação da linhagem, mas sim na acumulação de capital e no valor da escolha individual, no amor romântico.

Deste modo, Poster (1979) alerta que a história da família não fora linear e homogênea constituindo-se em padrões familiares distintos, *cada família com sua própria história*. Para tanto a família neste contexto passa por todo um processo de mudanças que contribuem para uma nova forma de conceber e viver a vida cotidiana. Com isso a família muda de sentido e:

Deixa de ser uma unidade econômica e tende a tornar-se um lugar de refúgio, onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos e lugar (bom ou mau) de atenção a infância. A família desenvolve novas funções: absorve o indivíduo, recolhendo-o e defendendo-o. Por outro lado, enquanto grupo, a família separa-se mais nitidamente do que antes do espaço público. O pai de família torna-se uma figura moral que inspira respeito a toda a sociedade. (BRUSCHINI, 2009, p. 58-59).

Portanto, a família burguesa é a unidade “onde o padrão emocional é definido pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos, uso de ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez de castigos físicos” (AZEVEDO, 2009, p. 59). De acordo com Poster (1979) o processo de industrialização e o avanço do capitalismo

fizeram surgir além da família burguesa outra unidade familiar - a proletária – família trabalhadora, oriunda da divisão desigual das classes sociais do sistema capitalista, apresenta condições de vida extremamente precária sendo a sua única fonte de garantia de subsistência a venda da força de trabalho de cada membro que constitui o núcleo familiar (AZEVEDO, 2009).

No que tange a sua organização econômica, a família proletária submetia-se a salários muito baixos e a péssimas condições de vida, implicando deste modo o trabalho na esfera pública – fábricas, indústrias, comércios – para todos os membros da família, não havendo a nítida divisão das funções econômicas evidenciadas no modelo burguês – homem esfera pública e mulher e crianças esfera privada. As mulheres tinham suas tarefas duplicadas, pois, além dos afazeres domésticos inerentes naquela época ao âmbito feminino, contribuía também no sustento familiar. Já os filhos, na família proletária, eram criados sem o constante zelo e dedicação da mãe, pois esta em grande parte do seu tempo livre (quando se encontrava no lar), estava constantemente envolvida com as atividades domésticas. Diferentemente das famílias burguesas no cotidiano da unidade familiar proletária, o trabalho das suas genitoras era visto como algo extremamente necessário para a sobrevivência dos membros da família (BRUSCHINI, 2009).

O cuidado com os filhos restringia-se ao pouco tempo em que as mães se encontravam no ambiente doméstico, em decorrência disto, Poster (1979) sinaliza que a disciplina era dirigida na própria fábrica – local de trabalho destas mães, nas quais muitas delas levavam seus filhos - uma vez que as crianças não recebiam a disciplina adequada no âmbito privado. Frente a isto, Poster (1979) pontua que as crianças oriundas deste modelo familiar eram amamentadas ao peito forçosamente dentro da fábrica por suas mães, que na grande maioria, encontravam-se subalimentadas, exaustas e em condições precárias de vida laboral.

Aquém do fator pobreza, também a forma de como a família trabalhadora organiza-se a diferencia da família burguesa. As mulheres pertencentes à família proletária além dos afazeres domésticos (cuidado do lar e trato com os filhos) exerciam também a função de provedora do sustento da prole juntamente com os demais membros, diferente da mulher burguesa que se restringia aos afazeres domésticos não exercendo função de provedora (AZEVEDO, 2009).

Aos poucos a realidade das famílias vai mudando, Áries (1981) expõe que a introdução da educação a partir do século XV, fez com que houvesse mudanças nos sentimentos entre pais e filhos e nas formas de organização familiar. Outra característica que surge na família com a Modernidade segundo Áries (1981) é a privatização da família, a casa,

que antes era um local público para reunir-se com amigos, parentes protegidos, clientes, empregados e aprendizes passou a ser um local íntimo, com cômodos independentes, a fim de preservar a privacidade da família. Este contexto contribuiu para que a família se recolhesse cada vez mais no seu lar, reforçando as relações intrafamiliares. Neste contexto proliferaram as escolas que cumpriam o papel de educar e disciplinar, pois antes o conhecimento era transmitido às crianças, de geração em geração, ou através da participação das crianças na vida dos adultos, aos poucos muda-se esse contexto e estas ganham maior visibilidade dentro da organização familiar.

Importante salientar, que as mudanças no processo educativo não fora de imediato e não se estendeu a todas as classes sociais, havendo também distinção de gênero no acesso e no nível da educação a ser disponibilizada a meninos e meninas. Ariès (1981) afirma que a escolarização das meninas somente se difundiu entre o final do século XVIII e início do XIX, anteriormente as meninas eram educadas pela prática e pelo costume em casas alheias, as crianças eram criadas pelas amas de leite e aos sete anos eram mandadas para a casa de outras pessoas para fazerem serviços domésticos, aprendendo o ofício de aprendizes e estes serviços acabavam sendo uma forma de educação.

No que se refere à educação dos meninos, a escolarização se estendeu a “camada média da hierarquia social, porém de modo geral, a transmissão de conhecimento era feito de uma geração a outra” (ARIÈS, 1981, p. 230). É a partir deste cenário que começa a se desenhar o perfil de família influenciada por um modelo imposto pelo discurso das instituições e atualmente pela mídia sendo apresentado não só como jeito “certo” de se viver em família, mas também como um valor. Nesse sentido, constrói-se a família pensada, que pode ser sinteticamente descrita como:

A união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvida e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem de hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai – mãe – filhos estável. (SZYMANSKI, 2000, p. 25).

Entretanto é importante perceber que o núcleo familiar é palco de muitas interpretações, produzem-se diversas teorias que buscam descrever o mundo particular de relações. As expectativas, regras, crenças e valores que cada um traz para dentro da família, quando a está constituindo, vão aos poucos construindo novas culturas familiares, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar as comunicações, com suas

regras, ritos e jogos que vão formando um enredo cuja trama compõe o universo do mundo familiar.

É importante mencionar que as primeiras famílias modernas - dos meados do século XVII e início do XVIII – representadas na iconografia familiar através de retratos e gravuras eram famílias de homens ricos e importantes. Segundo Ariès (1981) a evolução da família medieval para a família moderna, durante muito tempo, se limitou a nobreza, a burguesia, os artesãos e aos lavradores ricos. No século XIX a população mais pobre permanecia “vivendo como nos tempos medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais” (ARIÈS, 1981, p. 271). População esta que vivia de forma semelhante aos agregados da casa grande patriarcal do Brasil da mesma época.

Poster (1979) comenta que nas famílias aristocráticas do antigo regime (séculos XVI e XVII) atribuía-se pouco valor a privacidade, domesticidade, cuidados maternos, amor romântico e relações íntimas com as crianças. A autoridade e o amor estavam repartidos por ampla rede de parentes e aldeões, as relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou intensidade emocional.

Nesse período Ariès (1981) traz que os laços de linhagem, característica da Idade Média se enfraquecem e paralelamente reforça o poder do marido e dos homens em geral, estabelecendo a desigualdade entre o homem e a mulher. O fortalecimento da figura do homem passa a ser a tônica da família e a partir de então começa-se o desenvolvimento da família moderna. Reflete-se que a partir desse modelo erigido na figura masculina contribui significativa para a construção de relações familiares desiguais, entre homem e mulher e adultos e crianças. Ressalta-se ainda que a distribuição rígida entre os papéis de homens e mulheres e a desigualdade socialmente construída irá perpassar também as demais esferas da vida, sejam elas privadas ou públicas.

A restrição ao modelo de família burguesa como norma e não como modelo construído historicamente, segundo Szymanski (2000, p. 24) acarreta na aceitação de “seus valores, regras, crenças e padrões emocionais”. Aceitar como verdade estabelecida, a relação baseada na hierarquia e subordinação, poder e obediência, com a autoridade masculina no topo e conseqüente relações desiguais, fixando o mundo externo como espaço masculino e a casa, como feminino. Neste contexto aceita-se, como verdade estabelecida, a relação baseada na hierarquia e subordinação, poder e obediência, com a autoridade masculina no topo e conseqüente relações assimétricas. Nesta linha, a instituição do casamento monogâmico aparece na história como a consagração deste jugo masculino sob as formas culturais, morais e jurídicas. Engels (2010) demonstra que a monogamia não aparece na história como uma

reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Ao contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história (ENGELS, 2010, p. 87), e sinaliza que o “primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes; com a opressão do sexo feminino pelo masculino”.

Engels (2010) infere que juntamente com monogamia surgiu também a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo e, o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam à custa da dor e da opressão de outros. Dessa forma, seguindo ainda com Engels (2010, p. 64) “o predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais”, entendia-se que a igualdade entre homem e mulher dar-se-ia pelo estabelecimento de direitos iguais entre ambos, não havendo, portanto, uma estrutura patriarcal centralizando o poder no homem, mas sim com a divisão igualitária dos papéis e funções dentro da unidade familiar e social.

Neste sentido, Engels (2010) acreditava que quando os meios de produção passassem a ser propriedade comum com a instituição de um Estado Socialista, a família individual deixaria de ser a unidade econômica da sociedade. A família para Engels (2010) atua como a mediadora entre o mercado de consumo e o trabalho que dentro da instituição familiar, aconteceria em um processo interligado entre o consumo das mercadorias produzidas pelo mercado e o fortalecimento da força de trabalho para produzir mercadorias para o mercado.

Frente a isso, ao analisar a família desde a Idade Média até os dias atuais é possível apreender que essa instituição sofreu significativas mudanças no decorrer da história. Carvalho (2000), revela que é preciso olhar a família no seu movimento que acontece por meio do processo da organização-reorganização, em que torna-se visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Para evitar a naturalização da família é preciso enxergar a diversidade da sua organização, tanto no que se refere à composição quanto no que diz respeito às formas de sociabilidade, pois a família vem se modificando e se reestruturando ao longo da história e essa compreensão se contrapõe ao entendimento de que a família é um grupo natural, limitado a essência biológica do homem e a sua continuidade através da consanguinidade. Faz-se necessário compreendê-la como um grupo social

dialeticamente articulado e contraditório, cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização mantém estreita relação com o contexto sociocultural.

Em síntese, a apreensão da família deve ser realizada dentro de um processo histórico, permeada por mudanças de acordo com as transformações da sociedade em seu interior, em relação a sua composição e as relações com seus componentes, quanto as normas de sociabilidades existentes externamente, fato que demonstra seu caráter dinâmico e dialético. Se partindo do pressuposto de que no contexto brasileiro as políticas sociais indicam a centralidade histórica da família; primeiramente é preciso analisar as particularidades de cada família e entender as transformações contemporâneas.

Contudo, faz-se necessário entender os significados dessa instituição, que na atualidade diversifica-se e deixa de ser constituída unicamente pelo casamento formal (civil, religioso ou ainda pela união estável), sendo constituída também por grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos ou pela união de pessoas do mesmo sexo. A organização e as formas de constituição da família vêm se alterando há séculos, mas foi a partir da metade do século XIX, com avanço do capitalismo, com instituição da família moderna burguesa, a interferência da Igreja Católica e da escola, que as principais mudanças foram ocorrendo, uma vez que ambas possuem presença efetiva na construção dos valores familiares como instâncias normatizadoras da vida em sociedade (ACOSTA, 2008).

Nesse contexto ao se discutir família, cabe enfatizar os novos arranjos familiares que hoje se ampliam, com novas composições familiares, que de acordo com Szymanski (2002), podem ser distinguidos em nove tipos de composição familiar ou de família na contemporaneidade, assim como modos diferentes de atribuir significados aos agrupamentos familiares:

**1) Família Nuclear:** são as famílias formadas por pai, mãe e filhos biológicos, ou seja, é a família formada por apenas duas gerações; **2) Famílias Extensas:** são as famílias formadas por pai, mãe, filhos, avós e netos ou outros parentes, isto é, a família formada por três ou quatro gerações; **3) Famílias Adotivas Temporárias:** são famílias (nuclear, extensa ou qualquer outra) que adquirem uma característica nova ao acolher um novo membro, mas temporariamente; **4) Famílias Adotivas:** são as famílias formadas por pessoas que, por diversos motivos, acolhem novos membros, geralmente crianças, que podem ser multiculturais ou birraciais; **5) Famílias de Casais:** são as famílias formadas apenas pelo casal, sem filhos; **6) Famílias Mono parentais:** são as famílias chefiadas só pelo pai ou só pela mãe; **7) Famílias de casais homossexuais com ou sem criança:** são as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, vivendo maritalmente, possuindo ou não crianças; **8) Famílias reconstruídas após o divórcio:** são famílias formadas por pessoas (apenas um ou o casal) que foram casadas, que podem ou não ter crianças do outro casamento e **9) Famílias de varias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mutuo:** são famílias formadas por pessoas que moram

juntas e que, mesmo sem ter a consangüinidade, são ligados fortemente por laços afetivos. (SZYMANSKI, 2000, p. 10).

Tal diversidade requer a mudança no foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, pois como destaca Saraceno (1992, p. 24) “as famílias realmente existentes não são homogêneas entre si no que diz respeito a recursos, fase do ciclo de vida, mas também modelos culturais e organizativos, [...] não se trata de um bloco homogêneo e necessariamente harmonioso”. Deste modo, a família nuclear burguesa vem se modificando e construindo novas relações a partir de transformações vivenciadas pela sociedade, segundo Szymanski (2000, p. 24) “este modelo possuía uma composição que configurou um padrão, em que toda e qualquer família considerada ‘*normal*’ deveria ser constituída por um pai, mãe e filhos, com os papéis definidos vivendo numa casa”.

Quando a família se afastava da estrutura proposta por este modelo era considerada “*desestruturada*” ou “*incompleta*”. Neste momento, o foco estava na estrutura da família e não na qualidade das relações que abarcam o movimento interno desta organização. Assim, as famílias que se diferenciam do modelo burguês (pai, mãe e filhos) não estão em desorganização ou desestruturação, mas compreendem outra forma de organização familiar, por isso as discussões atuais sobre família vêm ampliando o foco e não mais se pautando apenas no modelo tradicional de família (nuclear).

É relevante assinalar que, tais mudanças afetaram e ainda continuam aceleradamente afetando a esfera da vida social familiar, transformando-a profundamente, em todos seus níveis. É preciso pensar em tais mudanças, refletindo, por um olhar crítico, capaz de compreender o significado das mudanças recentes, tanto nas relações internas da família quanto no universo familiar (composição e configuração). Nessa direção, Sarti (2000, p. 39) ao estudar a dinâmica familiar infere que “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação”. Desse modo, constata-se que a diversidade nos ritmos de mudanças na família, uma vez que tais mudanças dependem da situação na qual a família se encontra e também do contexto em que está inserida. Nesse sentido, há fatores que influenciam os novos modelos de família, sendo que Carvalho (2000) aponta alguns: o processo de Reforma do Estado, as concepções políticas e econômicas no sentido global, as novas demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, a revolução informacional, a transformação produtiva, desemprego e precarização nas relações de trabalho assim como a expansão da pobreza e constante aumento das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva Sarti compreende que:

[...] vivemos numa sociedade aonde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. (SARTI, 2000, p. 43).

Nesse caminho, Kaloustian (2010, p. 12) refere que a família é um espaço “indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando”. Entretanto, o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores, e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar esses aspectos de acordo com Szymanski (2000, p. 27) “é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações em uma *camisa-de-força*, de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar”. Portanto, necessita-se entender que a família:

[...] não é uma instituição natural, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou grupos sociais heterogêneos, o modelo nuclear de família, que nos parece tão natural, só se consolidou por volta do século XVIII, segundo nos informam os estudos históricos, A mutabilidade seria, portanto, outra característica do grupo familiar. (BRUSCHINI, 2009, p. 57).

Desta forma, a variabilidade histórica da instituição familiar desafia qualquer conceito geral de família, pois ao mesmo tempo em que a generalização do termo “família” para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, também “termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social” (BILAC, 2000, p. 31). Em cada momento histórico, em cada contexto e formação social, a família vem sendo construída e possui mobilidade e por estar sempre em movimento, tal como a sociedade é uma perspectiva reducionista tecer uma única concepção de família, pois ela depende do contexto no qual a família está inserida. Percebe-se que a família vivencia uma ação deliberada, buscando emancipação, por meio da instituição dos novos padrões de comportamento, justamente pelo fato de ter ocorrido mudanças profundas na realidade exterior à família, portanto na medida em que a sociedade se complexifica, segundo Bilac (2000) passa a haver uma crescente especialização institucional, cada dimensão da sociedade tem suas instituições próprias. Do mesmo modo, a reprodução passa a ser organizada por instituições específicas e a família pode ser concebida como instituição fundada na e para a reprodução cotidiana e geracional dos seres humanos. É preciso observar que ao mesmo tempo em que há esta

delimitação das esferas e das instituições, há simultaneamente o estabelecimento de novas relações entre elas (BILAC, 2000).

Considerando a diversidade a família pode ser definida “como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços consanguíneos” (MIOTO, 1997, p. 120), ou ainda, como destaca a autora: “[...] estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenhem uma com as outras, de modo contínuo, estável e não-casual [...] quando subsiste um empenho real entre as diversas gerações” (MIOTO, 2004, p. 14-15).

Logo, essa perspectiva diz respeito a uma visão ampliada e atual sob a família, posto que as pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura podem ser um homem e uma mulher e seus filhos biológicos, mas também um casal do mesmo sexo, ou apenas a mulher com seus filhos legítimos ou adotados e outra infinidade de arranjos. Existe assim uma imensa diversidade nas formas de constituição da família contemporânea, tanto no que se refere ao modo de composição do seu núcleo quanto às formas de sociabilidade no seu interior. Contudo, a família ainda continua sendo o primeiro e privilegiado espaço para socialização de seus membros, onde se transmite valores, normas e modelos de conduta. Nesse sentido, a família de acordo com Romanelli (2000) desenvolve a orientação dos seus membros no sentido de tornarem-se sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e público. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresenta, ela se constitui num canal de inicialização e aprendizado dos afetos e das relações sociais.

Ao adentrar no percurso histórico da família, apreende-se que o relacionamento entre pais e filhos era exercido pela autoridade parental, o que acabava por ocultar e até mesmo distanciar todo tipo de afetividade. Nessa forma de relacionamento, frutos do modelo hegemônico da família nuclear, a ação socializadora do pai estabelece uma diferença com a ação socializadora da mãe, ou seja, uma estrutura hierarquizada, no qual o marido/ pai exerce a autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e sua prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mãe e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual, que reprime a sexualidade feminina e reforça a livre sexualidade masculina (TEIXEIRA, 2013).

Essa diferença no relacionamento entre os filhos e seus pais era compatível com o modelo hegemônico de família nuclear, que atribuía ao pai a condição de provedor e a mãe à

responsabilidade de socialização dos filhos e adoção de afeto, característica feminina de tempos mais remotos, havendo aí uma desigualdade na distribuição de papéis - a mulher tendo a incumbência de preparar seus filhos para a sociedade - (ROMANELLI, 2000). A partir das mudanças na estrutura familiar, juntamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o homem passou a participar mais da educação e dos cuidados com os filhos. Tal mudança fora de suma importância na busca pelo rompimento das relações desiguais entre homens e mulheres no seio família, uma vez que o homem não possui o poder absoluto dentro da instituição, tampouco é o único provedor da família, compartilhando também com a mulher a função de educação e cuidado com os filhos.

#### **4.2 A constituição da família na sociedade brasileira**

A formação histórica da família no Brasil fora constituída, essencialmente, por dois modelos em que se destaca: a família patriarcal, modelo instaurado no Brasil Colônia e a família burguesa, no processo de industrialização brasileira. Na família patriarcal caracterizava-se pela hierarquização na divisão dos papéis, tinha o chefe da família (conhecido como o *patriarca*) que representava a figura do poder e da autoridade masculina. O patriarca de acordo com Álvares (2008) era o responsável pelo controle dos negócios, o sustento material da família, a manutenção da *ordem familiar*, primando pela indissolubilidade do patrimônio e centralização do poder.

Este modelo familiar era encontrado principalmente nos latifúndios, que na época colonial se baseavam em matrizes escravocratas e na monocultura (produção açucareira), ocorrendo com maior predominância no nordeste do país. Essas famílias desempenhavam funções econômica e política, e exerciam influências sob Igreja e instituições econômicas e poderes locais. (ÁLVARES, 2008, p. 10).

As transformações, ocorridas durante o século XIX com o advento da urbanização e o início da industrialização, afetaram diretamente a conformação da família. A ampliação e diversificação das oportunidades de trabalho, a valorização da capacidade intelectual, o ingresso da mulher na força de trabalho são algumas transformações advindas com a urbanização que provocaram mudanças profundas na configuração das famílias. Os casamentos começam a ser realizados por interesses individuais, o namoro se desloca do espaço privado para espaços abertos, começa a haver maior intimidade entre pais e filho e uma relativa igualdade entre os sexos, controle da natalidade, maior número de separações e de novos casamentos (BRUSCHINI, 2009). Entretanto, esta “*nova família*” preserva um traço

típico da família anterior: “o predomínio da dupla moral sexual, que reprime a sexualidade feminina, mantendo o tabu da virgindade e a intolerância para com o adultério feminino” (BRUSCHINI, 2009, p. 77). Reforça ainda no homem a prática da sexualidade, trazendo em seu bojo a tolerância da sociedade para com o adultério masculino e para com a prostituição, seu complemento *natural e necessário*.

Nesse sentido, percebe-se que a família é uma esfera social marcada pela diferença na relação entre homem e mulher e entre pais e filhos. O caráter relacional da família corresponde à lógica de sua própria constituição, há duas áreas em que essas mudanças incidiram de forma significativa, alterando a ordem familiar tradicional: a autoridade patriarcal e a divisão dos papéis familiares, modificando substancialmente as relações entre no interior da família (SARTI, 2000).

O outro modelo que influenciou fortemente a concepção de família existente na atualidade fora a família burguesa, introduzida no Brasil no começo do século XX com o início do processo de modernização, urbanização e industrialização do país. Neste modelo familiar é atribuído à mulher o papel de boa esposa e mãe, o amor à família é um dos sentimentos ressaltados e cultivados e a mulher é considerada o sustentáculo do lar e da família (BRUSCHINI, 2009). Na família burguesa a divisão de tarefas e os papéis a serem desempenhados pelo homem e a mulher eram rigorosamente estipulados. Ao marido, considerado a maior autoridade do lar, era destinada a função de provedor econômico. Já, para a esposa, era designado os cuidados com o ambiente doméstico e a educação dos filhos, sendo esta submissa ao marido.

Deste modo, o desempenho, a dedicação ao marido e a administração do lar eram as prioridades da mulher – mãe e esposa - (ÁLVARES, 2008). No entanto, Samara (2002) contesta o modelo patriarcal utilizado na obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala, escrita no início do século XX, conforme a autora as imagens da família extensa do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e com menor número de integrantes.

A descrição de Freyre (1987) para as áreas de lavoura canavieira do Nordeste, foi impropriamente utilizada e deve ser reelaborada nos estudos de família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população. (SAMARA, 2002, p. 02).

No entanto, apesar das variações nos modelos familiares a família extensa era predominante, estando suas relações baseadas no modo patriarcal onde se agregava indivíduos

que possuíam laços de amizade, parentesco ou de lealdade e pertencimento ao chefe da família, sendo que o mesmo mantém domínio sobre essas pessoas, também tem a incumbência de controlar os negócios, prover o lar, manter a “ordem” e preservar sua linhagem.

Mudanças econômicas que ocorrem a partir dessa época, vão afetar o conjunto da sociedade e provocar alterações no estilo de vida de seus habitantes. A descoberta das minas de ouro na década de 1690 constituiu um polo novo de colonização, deslocando o eixo econômico, antes localizado no Nordeste, para o Sul. Com uma vida urbana mais intensa, a região mineira atraiu pessoas em busca do enriquecimento e da aventura, canalizando o tráfico de escravos durante o século XVIII. A sociedade que aí se formou era uma mescla de raças e origens diversas e mais difícil de ser controlada, apesar das tentativas da Igreja e da Coroa portuguesa (SAMARA, 2002). A autora infere ainda que o número de celibatários era alto, proliferavam os concubinatos e a ilegitimidade era comum. Mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico e as solteiras com prole natural chefiavam famílias.

Cabe notar que nessa fase a vida continuou girando em torno da família, o marido continuava legalmente com a designação de chefe de família e as mulheres casadas ainda eram legalmente incapacitadas e, apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família. Para tanto, cabe ressaltar que a restrição ao modelo de família burguesa como norma e não como modelo construído historicamente, acarreta na aceitação de valores e padrões preestabelecidos pela sociedade. Por isso, torna-se necessário desconstruir a idealização da família nuclear burguesa, (formada pelo pai, mãe e filhos), uma vez que apreender a família no contexto atual é não se pautar num modelo único, pois novos arranjos vão surgindo, o que obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear, como modelo a ser seguido, para a consideração das novas configurações. Conforme Bruschini (2009, p. 23) “tem que dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo – a como criação humana mutável, em constante relação com a realidade social”. Visto que, a família nuclear ainda é muito presente, embora tenha perdido muito da sua hegemonia patriarcal é importante considerar hordienamente a grande diversidade nos arranjos familiares, apreendendo a família como uma unidade contraditória e conflituosa e heterogênea. A família vem configurando-se e reconfigurando-se através de constantes modificações influenciadas pelas transformações ocasionadas dentro de sua própria organização familiar e transformações originadas na sociedade contemporânea, portanto, não é um modelo único ou norma universal, mas sim um fenômeno historicamente construído.

### 4.3 A concepção de família na política de assistência social no Brasil

A promulgação da Constituição Federal de 1988 fora um marco histórico para a ampliação da concepção sobre família na legislação brasileira, abarcando significativas mudanças desde a alteração de normativas sobre sua estruturação, sua dissolução e definição de seus direitos e deveres. O artigo 226, da Carta Constitucional determina que a família é a base da sociedade tendo especial proteção do Estado. Com esse artigo, a Constituição Federal de 1988 inaugurou no Brasil um novo direito de família, ampliando o reconhecimento de suas diversas formas de organização, passando a ser concebida de forma mais ampla, assim a família esta não mais constituída apenas pelo casamento formal. As Constituições anteriores a 1988, determinavam somente que a família merecia proteção do estado, mas não definiam qual o significado dessa proteção.

Nesse sentido, na ausência de direitos sociais, os indivíduos buscavam na família o apoio para lidar com suas dificuldades. A família é revalorizada em sua função socializadora, sendo “convocada a exercer a autoridade e definir limites” (CARVALHO, 2000, p. 16). Esperava-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes, a família é concebida ao mesmo tempo como beneficiária e parceira, caracterizada conforme Carvalho (2000) como uma mini-prestadora de serviços de proteção e inclusão social, havendo assim, um retrocesso em termos de cidadania social, visto que a intervenção pública se estabelece no momento em que se exaurem as capacidades protetivas na família, recaindo no campo da ajuda social.

A atuação da política de assistência social na atenção a família diz respeito ao fortalecimento da sua função protetiva e provisão de bem-estar dos indivíduos, assim, a família passa a ser considerada por esta política social como uma instância de proteção social de seus membros. Contudo, ressalta-se que o Estado não deve responsabilizar a família pela garantia dos direitos, uma vez que ela também vivencia os processos de expropriação e espoliação dos direitos sociais.

Cabe mencionar que as Constituições Federais brasileiras, sempre colocaram sob sua proteção apenas a família denominada legítima, constituída pelo casamento, indissolúvel sob proteção do Estado, uma visão extremamente discriminatória com relação à família. O Código Civil elaborado em 1916, regulava a família constituída unicamente pelo matrimônio. Impedia sua dissolução, fazia distinções entre seus membros e trazia qualificações discriminatórias às pessoas unidas sem casamento e aos filhos havidos dessas relações. As referências feitas aos vínculos extramatrimoniais e a filhos ilegítimos eram punitivas, exclusivamente para excluir

direitos (DIAS, 2007). A evolução pela qual passou a família quer pela emancipação da mulher, quer pela descoberta dos métodos contraceptivos e pela evolução da engenharia genética, dissociaram os conceitos de casamento, sexo e reprodução. O moderno enfoque dado à família pelo direito volta-se muito mais à identificação do vínculo afetivo que enlaça seus integrantes acabou instituindo alterações legislativas.

Desta forma a Constituição Federal de 1988, no artigo 226 e em seus incisos, definiu novos paradigmas no âmbito da instituição familiar. Os incisos 3º e 4º reconhecem como entidade familiar a união estável entre homem e mulher e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. O inciso 5º provê a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade e nos cuidados com a família. Já o inciso 6º legitima o divórcio; o inciso 7º contempla o planejamento familiar é livre decisão do casal; e o inciso 8º coíbe a violência no âmbito da família. Segundo Dias (2007) com a nova Constituição Federal de 1988, uma simples frase teve o efeito de revogar praticamente todo o capítulo sobre família do Código Civil Brasileiro, ao assegurar que “homens e mulheres têm os mesmos direitos na constância da sociedade conjugal” (DIAS, 2007, p. 16). A Constituição eliminou séculos de subordinação legal da mulher dentro da família.

O artigo 227 determina o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Portanto, essa proteção tem que ser compartilhada, onde a responsabilidade da família, estado e sociedade.

No Brasil, segundo Mioto (2010), a família vem exercendo, ao longo do tempo, o papel de amortecedor das crises econômicas do país, principalmente após os anos 1980, pois embora a assistência social, formalmente considerada como direito de cidadania a partir da Constituição Federal de 1988, historicamente vivencia a tensão entre as concepções de ajuda pública e direito de cidadania. Esta tensão segundo (MIOTO, 2010) pode ser verificada no texto da Lei Orgânica de Assistência Social em que: “no seu artigo 20, afirma a garantia de um salário mínimo de benefício mensal á pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela sua família” (MIOTO, 2010, p. 09).

Essas ponderações remetem que há uma centralidade das políticas públicas sobre as famílias, que são consideradas como responsáveis pela reprodução social de seus membros. Importante salientar, que a atenção pública volta-se a família somente quando esta “falha” na

sua responsabilidade pela reprodução social, uma vez que os benefícios financeiros são ofertados mediante a comprovação da incapacidade da família em prover a própria manutenção. Atualmente, o acesso aos direitos vai ocorrer via programas de transferência de renda e não como direito assegurado pelas LOAS, avançando-se cada vez mais em tensões que se multiplicam entre a afirmação da assistência social como direito de cidadania e a afirmação da responsabilidade da família na provisão de bem-estar social. Nesse contexto é relevante trazer que na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu artigo 20, § 1º define família como:

O conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, assim entendido, o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido. (BRASIL/LOAS, 1993, p. 22).

Diante disso, cabe lembrar que nas definições legais e operacionais da política social brasileira, indicam a centralidade histórica da família na produção de bem-estar e demonstram, que, tanto nos dispositivos legais quanto na operação de programas sociais, é clara a dependência do reconhecimento do direito dos indivíduos as condições da família, o que consagra o princípio do estado como subsidiário em relação a ela (MIOTO, 2010).

Embora a política de assistência social, a partir da promulgação da LOAS, tenha encetado um avanço significativo, “ela ainda não tem consolidada a inserção da família na perspectiva do direito” (MIOTO, 2010, p. 11). Nesse sentido deve se mencionar que através do eixo estruturante da Matricialidade Sociofamiliar, o atendimento na Política de Assistência Social, passa a ter centralidade na família e seus membros, pois considera-se que nela encontram-se todos os segmentos.

A matricialidade sociofamiliar e a centralidade na família fazem parte da agenda das políticas públicas em vigor, conforme se constata nos marcos legais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a mesma entende a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão reconhece as pressões e os processos de exclusão que as famílias brasileiras estão submentidas. Ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004).

Para subsidiar essa reflexão cabe mencionar que as políticas públicas sociais atuais tem estreita vinculação com a família, especialmente as famílias pobres, tidas como foco prioritário dos Programas de Transferência de Renda como o Programa Bolsa Família (PBF), onde as mulheres, por conta das relações de gênero, aparecem como as principais protagonistas. Diante desse contexto, nota – se que a categoria "gênero"<sup>6</sup> não pode ser prescindida das análises acerca das ações estatais, que têm por foco a família. De acordo com Freitas (2012) a um paradoxo, pois em princípio concorda-se com o fato de as mulheres serem tomadas como representantes preferenciais do benefício e isso reflete o reconhecimento do papel e da importância das mulheres na gestão das famílias.

No entanto, as políticas sociais ao mesmo tempo em que valorizam as famílias, centralizando nela as suas ações, contumazmente responsabilização excessivamente essas famílias pelas adversidades vivenciadas, especialmente as mulheres, acarretando na invisibilidade e não participação do homem no que se refere aos assuntos pertinentes aos cuidados com a família, sendo isto, notório nos atendimentos da política de assistência social. A questão é que o princípio da matricialidade sociofamiliar contribuiu para reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável na família, afirmando assim uma centralidade não apenas na família, mas uma centralidade na mulher-mãe (FREITAS, 2012). Uma vez que a categoria gênero pressupõe necessariamente uma dimensão relacional, portanto envolvendo mulheres e homens, pode-se notar que essa dimensão não aparece priorizada em tais políticas. O que podemos inferir é que não há a intenção destas em focar nessas relações, ou muito menos de alterá-las.

Além disso, esta atenção se dá tendo em vista as transformações societárias e a forte pressão que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias, acentuando suas fragilidades e contradições, por isso, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da Política de Assistência Social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas, que precisa também ser cuidada e protegida. Nesse sentido, Miotto entende que:

[...] a centralidade da família no campo da política social abre espaço tanto para incrementar práticas que promovam a proteção e a participação cidadã das famílias

---

<sup>6</sup> Para Saffioti (2004, p. 44-45) o conceito de gênero [...] diz respeito a uma categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico; como símbolos evocadores de representações; conceitos normativos como grade de interpretações de significados; organizações e instituições sociais, identidade subjetiva; como divisões e atribuições assimétrica de características e potencialidades; como numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações Homem-mulher, mas também relações homem- homem e relações mulher-mulher [...] o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

ou, o seu inverso, que reforcem a lógica do controle disciplinador, praticas essas tão presentes na história da assistência social no Brasil. (MIOTO, 2010, p. 08).

A centralidade na família é encontrada nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e é também expressa como eixo estruturante nas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, especificamente, em sua operacionalização, através de programas de proteção operados pelos Centros de Referência, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A proteção social básica é desenvolvida nos CRAS, principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, tendo como objetivo prevenir as situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004). Se dividindo em três serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviços de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2009, p. 03).

Esses serviços devem-se realizar através de ações com famílias baseando-se no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias e, ainda no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Devendo ainda, estarem articulados aos demais serviços, sendo organizados e referenciados ao Centro de Referência da Assistência Social –CRAS. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação (BRASIL, 2009, p. 06)

Entretanto, existe um imenso abismo entre os direitos previstos em lei e a sua concretização na realidade dos sujeitos. Couto (2008) ressalta que há uma batalha sobre em que consistem os direitos, como identificá-los, como protegê-los e como cobrá-los. A ascensão dos direitos sociais tem sido demarcada por movimentos contraditórios, heterogêneos e apontando estágios diferentes conforme a realidade, os sistemas políticos, econômico, social e cultural. A efetivação desses direitos depende essencialmente da intervenção do Estado e sua materialidade acontece por meio de políticas sociais públicas, formuladas e executadas na órbita do Estado, tendo como principal característica sua relação de dependência às políticas econômicas. Importante ressaltar que, na contemporaneidade a família assume centralidade na política da assistência social, em programas de transferência de renda, numa perspectiva contraditória, em que oferece proteção e reconhece a variedade de experiências familiares, em contrapartida ao reforço das suas responsabilizações, dos

tradicionais papéis da família independentemente das transformações que as afetam (BRUSCHINI, 2009).

A inclusão da assistência social na Seguridade Social a partir da Constituição de 1988 e o processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 -, que regulamenta os artigos 203 e 204 da CF, não apenas introduziu novo significado para a assistência social, quando a diferencia do assistencialismo, mas traz a questão para um novo campo, o campo do direito, da universalização dos acessos e da responsabilidade do Estado. Inicia-se, assim, um novo processo que tem como horizonte tornar a assistência social visível como política pública e de direito dos que dela necessitam independentemente de contribuição prévia. Porém convém caracterizar o padrão de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, que devido às particularidades da sociedade brasileira, pesaram forte nesse processo. Assim sendo, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado.

Desse modo tais serviços destinam-se especificamente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais ou que atendem a tais critérios e ainda não foram contempladas; “famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social em decorrência de algum de seus membros apresentarem dificuldades e ainda, pessoas com deficiência e /ou idosos que se encontram em situação de risco social [...]” (BRASIL, 2009, p. 07). “Seus usuários são as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social” (BRASIL, 2009, p. 07).

Conforme o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na proteção social básica, “o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear” (BRASIL, 2004, p. 35). E partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em conseqüência, qualquer forma de atenção e, ou, de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua

vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições (BRASIL, 2004).

Frente ao contexto excludente da sociedade brasileira em que o agravamento das desigualdades, aprofundamento da exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e aniquilamento dos direitos sociais, ressalta-se que esse processo intervém na vida dos indivíduos, asseverando a insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana, trata-se, pois, de condições favoráveis à desqualificação do sistema de proteção social que se gesta com cunho seletivo e distante de um padrão universalista (BARROCO, 2011). Alguns aspectos devem ser destacados entre as inovações constitucionais em relação ao sistema de proteção brasileiro:

A centralidade da responsabilidade do Estado na regulação, normatização, proposição e implementação das políticas públicas no âmbito da proteção social e a proposta de descentralização e participação da sociedade no controle das políticas sociais. A perspectiva de articular e integrar políticas também emerge nesse contexto (TEIXEIRA, 2013, p. 49).

É importante assinalar que essas ações emergem em um contexto de profundas transformações societárias. Contexto no qual a articulação entre trabalho, direitos e proteção social pública sofre os impactos das transformações estruturais do capitalismo, levando à redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Vista que a família é elemento central no modelo de proteção social, *proteção* esta, que se propõem, nas agendas governamentais, medidas de apoio ao núcleo familiar, todavia exige ainda, testes de meios para comprovação da necessidade, com caráter estigmatizante da pobreza.

A família, independentemente dos modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL, 2004).

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência

Social (PNAS). Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.

Diante desta contextualização o próximo capítulo deste trabalho buscou realizar uma problematização dos resultados obtidos durante o processo investigativo acerca da análise do programa bolsa família na perspectiva dos usuários. O próximo capítulo traz o perfil das famílias usuárias do PBF, bem como reflete sobre os impactos do Programa Bolsa Família junto às famílias beneficiárias, explanando de maneira mais detalhada as vivências, anseios e percepções destes sujeitos.

## CAPÍTULO V

### 5 DESVENDANDO A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MIRACEMA DO TOCANTINS: ENTRE A NEGAÇÃO E A GARANTIA DE DIREITOS

Este capítulo possui a finalidade de apresentar a análise dos dados referente à pesquisa realizada com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em atendimento no CRAS de Miracema do Tocantins. O processo de obtenção dos dados da pesquisa aconteceu por meio de entrevistas que foram realizadas a partir da aplicação de formulário contendo questões abertas com cinco (05) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Miracema do Tocantins. A análise documental que aconteceu em 10 (dez) prontuários das famílias usuárias do Programa Federal Bolsa Família. As questões motivadoras da investigação são frutos das inquietações da acadêmica frente a realidade que, dada a sua complexidade instiga a busca, a pesquisa, o novo e, a possibilidade de novos conhecimentos, ou seja, uma maior aproximação do real, no sentido construir de uma *práxis*.

A busca por desvelar o fenômeno adveio das vivências acadêmicas junto ao Estágio Supervisionado em Serviço Social no ano de 2012, que viabilizou o conhecimento das demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social, em suas múltiplas manifestações, em que se pôde perceber, por meio dos relatos das famílias que adentravam a sala do Serviço Social. Dentre as manifestações da questão social constatadas nestas famílias estão: desemprego, exploração do trabalho, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas do Serviço Social.

Além disso, as famílias também vivenciam diversos processos de social e violação dos seus direitos fundamentais. Deste modo, tais manifestações instigaram o desvendamento dessa realidade dentro das relações familiares bem como os fatores culminam para a materialização das várias expressões da questão social. Torna-se deste modo imprescindível aos profissionais atuantes junto a esta demanda desvelar a realidade do fenômeno, sendo este o ponto de partida para o estabelecimento de estratégias de intervenção junto à essas famílias, como Bourguignon ressalta que:

Os Assistentes Sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiada, com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocação para a pesquisa, que atente para as diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras e para a apreensão das formas distintas de subalternidade; formas estas que vão

implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais. (BOURGUIGNON, 2008, p. 305).

A autora expõe ainda que a pesquisa se coloca como uma necessidade imperativa ao Serviço Social à medida que o profissional faz a crítica ao real, localiza seu objeto de intervenção, projeta, desenvolve a sua ação, a avalia e se compromete com o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos individuais e/ou coletivos que alimentam sua prática profissional com demandas concretas. A partir disso, há a possibilidade de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência deste sujeito. A experiência profissional e conhecimento alicerçam-se em dinâmicas concretas da realidade, dinâmicas que precisam ser transformadas através de ações políticas, ações capazes de resgatar a condição de sujeito de direitos, e de romper com as tramas que determinam a condição de subalternidade.

O presente capítulo constitui-se em dois momentos: apresentação do perfil das famílias, apresentação dos dados relativos ao cotidiano familiar. Foi utilizado na presente pesquisa a abordagem quantitativa dos dados com objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis, através da análise dos prontuários dos beneficiários do Programa Bolsa Família, visando assim quantificar a faixa etária dos sujeitos, a situação socioeconômica, a composição familiar, as condições de moradia, o grau de escolaridade, dentre outros, a fim de delinear o perfil das famílias beneficiárias do PBF no município de Miracema do Tocantins. A análise qualitativa foi utilizada com o objetivo de analisar as falas dos sujeitos coletadas durante as entrevistas, visto que na abordagem qualitativa trabalha-se com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões dos sujeitos pesquisados.

Com o intuito de fornecer uma maior compreensão do objeto pesquisado, e dos resultados alcançados se torna necessária a integração entre estas duas abordagens de pesquisa na coleta de dados para superar a mera aparência do fenômeno e buscar apreender a realidade social dessas famílias na sua totalidade. Portanto, este capítulo apresenta uma aproximação com o cotidiano das famílias pesquisadas, dando lhes maior visibilidade e buscando compreender as determinações históricas, políticas, econômicas e culturais, numa perspectiva de totalidade, cuja realidade se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos sujeitos. Por isso não podem passar despercebidos nas pesquisas da área, as diferentes formas como o sujeito se relaciona com a realidade social. O trabalho do Assistente social deverá ser norteado por um plano de intervenção profissional objetivando construir estratégias coletivas para o enfrentamento das diferentes manifestações de desigualdades e injustiças sociais, numa

perspectiva histórica que apreenda o movimento contraditório do real (FRAGA, 2010). Isto pressupõe segundo Martinelli:

1) Pesquisar dados de realidade quantitativos, pois as pesquisas quantitativas são imprescindíveis para trazer retratos da realidade, dimensionar os problemas que se investiga e investigar sobre as informações qualitativas da realidade as metodologias qualitativas aproximam pesquisador/sujeitos pesquisados, permitindo ao primeiro conhecer as percepções dos segundos, os significados que atribuem a suas experiências, seus modos de vida, ou seja, oferece subsídios para trabalhar com o real em movimento, em toda a sua plenitude. 2) Desvendar e problematizar a realidade social, apreendendo os modos e as condições de vida dos sujeitos com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais, e também seus anseios, desejos, necessidades, demandas. 3) Intervir na realidade social com base na apreensão do movimento contraditório do real, a partir do seu desvendamento e problematização, e também de pesquisas sobre dados da realidade dos sujeitos. (MARTINELLI, 1999, p. 44).

Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca de compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não se pode descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda, ocupação, etc. Esta articulação é necessária a uma pesquisa comprometida ética e politicamente com as demandas sociais. O sujeito está presente – ou pela sua história ou pelos dados que expressam as barbáries da sociedade contemporânea.

A atitude investigativa é o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento de desocultamento do real, e também que esse profissional, só investiga aquilo que conhece e o incomoda: “ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2003, p. 17).

Nessa perspectiva, Battini (1994) refere que a atitude investigativa é a permanente busca do novo pela reconstrução de categorias teórico-metodológicas de leitura e intervenção na realidade social, pois:

Pensar os fatos, os acontecimentos, as relações exige questionar, investigar a realidade, criticá-la, tornando-a evidente pela contínua recolocação de questões, fazendo-a emergir de forma cada vez mais rica e viva, recriando-a num contínuo percurso entre a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o universal e o particular, numa visão dialética. (BATTINI, 1994, p. 144).

Assim, de acordo com Fraga (2010, p. 41) parte-se da premissa de que o exercício profissional do assistente social “exige uma atitude investigativa constante para que não se

torne meramente pragmática<sup>7</sup>, sem intencionalidade e clareza de finalidade”. Portanto, a pesquisa através da construção de novos conhecimentos busca desconstruir essa visão pragmática na ação profissional, centrada na imediatividade dos fatos, por conseguinte, faz-se necessária uma postura investigativa e a ruptura com o pragmatismo para se romper com valores conservadores que se perpetuam na Política de Assistência Social, visando a construção de estratégias para o fortalecimento da família, com ações efetivas para superação das condições de vulnerabilidade em que se encontram.

Além disso, é imprescindível que o profissional considere que no contexto brasileiro são muitos os desafios que ainda se interpõem na direção da construção de um sistema amplo de proteção social, uma vez que tais políticas públicas defrontam-se no cotidiano de sua operacionalização com a magnitude e complexidade da questão social e a histórica fragilidade do Estado brasileiro em dar respostas eficazes e efetivas às demandas postas pela sociedade.

O item perfil das famílias pesquisadas foi elaborado a partir da análise dos prontuários das famílias beneficiárias do programa federal em atendimento no CRAS de Miracema, buscando assim delinear, em dados quantificados, o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em atendimento no CRAS do município de Miracema. O intuito de estabelecer o perfil trará aspectos das condições de vida em que vivem estas famílias. Compreendeu, portanto, a quantificação da idade, situação socioeconômica, a escolaridade, composição familiar, etc. Trazendo, por meio da representação de gráficos, formas mais visíveis de materializar os aspectos pertencentes à vida destas famílias no município de Miracema.

A segunda parte deste capítulo consiste na análise das falas dos sujeitos entrevistados, que objetivou desvelar o processo de implantação da Política de Assistência Social em Miracema, especificamente o Programa Bolsa Família, a partir da compreensão do significado que os sujeitos desse processo atribuem a ele. Sabe-se que a realidade não se apresenta no aparente de forma total, por isso Kosik (1976, p. 49) enfatiza que “cada fenômeno é particular, devido a sua constituição específica, mas só ganha significado histórico se sua essência for compreendida em uma totalidade complexa - o contexto social, econômico, político e cultural em que se insere”.

Nessa perspectiva, também são fundamentais as categorias da totalidade e historicidade inseridas no movimento do real, de maneira que seja possível conceber a ação profissional como uma atividade de desvendamento e transformação da realidade, portanto, de

---

<sup>7</sup> Faleiros (1986, p. 5) “o pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata”.

investigação e intervenção social. A partir disso será possível decifrar as questões que se colocam na singularidade do sujeito, conhecer a realidade social em que está inserido. O levantamento do perfil socioeconômico visa conhecer a realidade das famílias pesquisadas, numa perspectiva de totalidade, apreendendo os seus modos e condições de vida com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais, porém também os seus anseios, desejos, necessidades e demandas, permitindo desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos.

Desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social de acordo com Fraga (2010) está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos, na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos.

### **5.1 O perfil das famílias beneficiárias do programa bolsa família atendidas no CRAS de Miracema do Tocantins**

Num primeiro momento da pesquisa, objetivou-se trazer dados quantificados para a análise qualitativa da realidade socioeconômica, educacional e cultural das famílias, assim como a caracterização dos aspectos que delineiam o perfil destas famílias. A pesquisa quantitativa é importante para dimensionar a questão social, em suas múltiplas manifestações, enfim, traz segundo Martinelli (1993) retratos da realidade. No estudo de um fenômeno, os dados quantitativos e as informações qualitativas se completam, os dados quantitativos possibilitam a compreensão da abrangência do fenômeno.

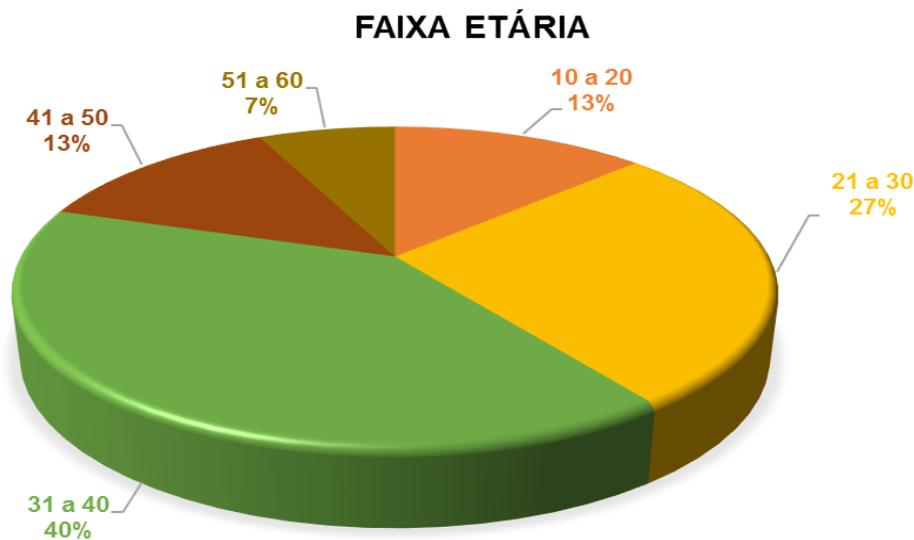
Neste sentido, a pesquisa que busca por meio da categoria mediação apreender a realidade dos fenômenos sociais e da relação desta com os sujeitos, concede-os dentro de um movimento objetivando conhecer a sua existência real e concreta através de indicadores básicos como condição de vida, cultura, socialização, participação, etc. (MARTINELLI, 1993).

A relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação. Segundo Bourguignon (2008) na perspectiva dialética esta articulação é necessária a uma pesquisa comprometida ética e politicamente com as demandas sociais. Frente a essas duas abordagens, esta pesquisa procurou desvelar a compreensão que as famílias possuem acerca da execução do Programa Federal Bolsa Família no município de Miracema a partir dos aspectos, sociais, culturais e econômicos que

envolvem a dinâmica dessas famílias, de forma a não fragmentar a realidade pesquisada, buscando entendê-la e conhecê-la a partir da articulação de todos os fatores que condicionam o contexto, a dinâmica social e familiar destes sujeitos.

Por meio da pesquisa documental realizada nos prontuários das famílias, tornou-se possível a sistematização do perfil destas famílias que estão em acompanhamento no CRAS de Miracema do Tocantins. Frente a esse delineamento ficou constatado como mostra o gráfico 1, que o percentual predominante de beneficiários(a) do programa corresponde á idade de 31 anos a 40 anos de idade, compreendendo 40%, seguindo da faixa etária entre 21 anos a 30 anos com 27%, dos 10 anos a 20 anos de idade, seguindo de 41 anos a 50 anos com igual porcentagem de 13%, finalizando com 51 anos a 60 anos de idade com 7%. Analisando estes dados, observou-se que a maioria dos sujeitos entrevistados esta abaixo dos quarenta anos de idade, o que representa um grupo bastante jovem.

Gráfico 1 - Faixa Etária



Fonte: Roteiro de entrevista com as famílias atendidas pelo PBF Sistematização da autora

Chama atenção a expressividade da população jovem existente, no que se refere ao entendimento de juventude, a Organização das Nações Unidas (ONU) entende como jovens os indivíduos com idade entre 15 a 24 anos de idade. Já o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) que dispõe sobre os direitos dos jovens no Brasil bem como das diretrizes das políticas públicas de juventude e pelo estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, entende como jovens os indivíduos entre 15 e 29 anos ampliando-se essa faixa etária. Com o Estatuto o Estado brasileiro reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento

do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população.

Souza (2004) chama atenção, pois o critério da idade não é suficiente para discutir uma categoria que assumiu contornos tão diferentes. Nem se pode percebê-la como grupo social homogêneo, pois se agrupam sujeitos que só tem em comum a idade. É preciso distinguir a fase da vida e os sujeitos, ou seja, não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade etária.

No Brasil a população jovem de 15 a 24 anos está em cerca de 34 milhões, ou 47 milhões na faixa etária de 15 a 29 anos de idade e os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil (IBGE, 2000). Segundo Souza (2004), o desemprego juvenil aumentou na década de 90 numa proporção superior ao desemprego total. Os jovens chegaram a representar 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado, diante desse cenário, observa-se que as portas do primeiro emprego foram fechadas para os jovens brasileiros.

A realidade do desemprego e a possibilidade de inserção precária, transformou as relações da juventude com trabalho, gerando muitas incertezas, ou seja, “diante da baixa capacidade da economia brasileira, em gerar postos de trabalho, resta aos jovens inserir-se no campo da informalidade” (SOUZA, 2004, p.52). Dentro do quadro global de desigualdades sociais os jovens se apresentam como uma população especialmente vulnerável e demandante de políticas públicas que possam promover a garantia de direitos sociais histórica e sistematicamente negados em ampla escala no Brasil.

Outro aspecto importante diz respeito à situação econômica, pode-se perceber que as famílias pesquisadas, provêm sua subsistência do trabalho informal e do Programa Federal Bolsa Família, compreendendo assim 100% das famílias, evidenciando que a subsistência destas advém estritamente do benefício, e do mercado informal, não havendo outro tipo de renda.

Segundo Antunes (2010) no contexto da reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e, sobretudo, do seu receituário para o enfrentamento da crise do capital diante dos seus processos de mundialização e financeirização, o processo de flexibilização do trabalho e dos direitos são elementos centrais da nova morfologia do trabalho. O autor expõe ainda que nesse movimento de profundas transformações do trabalho e da vida social, consolidou-se o binômio *flexibilização/precarização* e a perda da razão social do trabalho, com a reafirmação do lucro e da competitividade como estruturadores do mundo do trabalho a despeito do

discurso e de programas de responsabilidade social. Ao contrário das idéias que advogam o fim do trabalho e da classe operária, trata-se de um processo complexo e multifacetado, que não atingiu apenas a classe operária, mas, ao contrário, incide fortemente, ainda que de forma desigual, no conjunto dos assalariados e dos grupos sociais que vivem do trabalho (ANTUNES, 2010). Neste sentido, Raichellis pontua que:

No caso do Brasil, onde a precarização do trabalho, a rigor, não pode ser tratada como um fenômeno novo, considerando sua existência desde os primórdios da sociedade capitalista urbano-industrial, as diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego assumem na atualidade novas configurações e manifestações, especialmente a partir dos anos 1990, quando se presenciavam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contra-reforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais. (RAICHELLIS, 2011, p. 04).

Em um contexto societário de transformações no trabalho marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, Raichellis (2011) refere que tais impactos refletem também nos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se ainda as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

Na conjuntura dos grandes desafios a serem enfrentados no mundo do trabalho, mantém-se a perspectiva de avançar na luta coletiva a partir de uma multiplicidade de espaços que possam forjar sujeitos coletivos capazes de fortalecer os espaços de enfrentamento e resistência diante das diferentes formas de o capital subjugar o trabalho vivo os seus interesses particularistas de acumulação e centralização crescentes. (RAICHELLIS, 2011, p. 14).

Outro dado alarmante é que todos os sujeitos pesquisados, provêm sua subsistência do benefício e da informalidade compreendendo um total de 100% das famílias entrevistadas. Sobre a informalidade Antunes (2002) elucida que no Brasil no final do século XIX, início do século XX o crescimento da informalidade tomou o país de forma geral, como sendo a solução vista pela classe-que-vive-do-trabalho de fugir do desemprego e atender suas necessidades básicas como roupa, alimentação, casa, outros, sendo esse trabalho, no entanto instável e precário (ANTUNES, 2002). Ou seja, a informalidade de tal forma, foi se espalhando pelo país e logo foram surgindo vários outros trabalhos informais. Todavia via é viável destacar que, as pessoas passam a aceitar qualquer trabalho, para que no mínimo possa manter o sustento da família.

O trabalho informal é uma alternativa, uma estratégia de sobrevivência, que o trabalhador desempregado encontra. Segundo Mota:

Compondo o cenário das novas necessidades do processo de acumulação capitalista centrada na fratura das alternativas do trabalho -, emprego no horizonte do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalho coletivo, expressa na constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos formais, estes últimos, sujeitos ao trabalho desprotegido. (MOTA, 2006, p. 31).

A própria natureza do trabalho informal é totalmente complexa, não definida somente por trabalhadores por conta própria, onde a maioria não contribui com a previdência social, mas também os trabalhadores sem carteira assinada e não remunerados. Dentre os aspectos do trabalhador por conta própria no ramo informal estão: dificuldades de ingressar no mercado formal, baixa escolarização e a inexistência de trabalho formal. No que tange o trabalhador assalariado, mas sem carteira assinada, essa categoria informal não tem representação sindical e também não têm benefícios e direitos trabalhistas. Contudo, os setores da informalidade

Contribuem para que se efetive a circulação e consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio -doença, licença -maternidade; se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. (ANTUNES, 2011, p. 409).

Assim, o campo da informalidade indica estratégias de sobrevivência para manter o sustento da sua família. Evidenciam-se a tendência contemporânea a um aumento considerável de trabalhadores sendo expulsos do mercado formal de trabalho e impelidos a buscar formas alternativas de trabalho na informalidade. A tabela 1 mostra a redução da taxa de desemprego e da taxa de informalidade mensuradas com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2002 e 2009.

Tabela 1 - Taxa de Desemprego e de Informalidade

<b>Ano</b>	<b>Taxa de desemprego</b>	<b>Taxa de informalidade</b>
2002	9,1%	43,6%
2003	9,7%	42,3%
2004	8,8%	42,5%
2005	9,3%	41,4%
2006	8,4%	40,7%
2007	8,2%	39,1%
2008	7,1%	38,1%
2009	8,3%	37,4%
2009-2002	- 0,8%	-6,2%

Fonte: (PNAD, 2012). Sistematização da autora

Juntamente com a redução na taxa de desemprego, a Tabela 1 mostra que houve uma redução significativa na taxa de informalidade da economia brasileira. No entanto, observa-se que a taxa de informalidade continuou a cair mesmo durante a crise de 2009, diferentemente do que ocorreu com a taxa de desemprego. A Tabela 1 mostra que a informalidade na economia brasileira mensurada pela PNAD (2012) mostra uma taxa de 43,6% em setembro de 2002 com uma queda para 37,4% em Setembro de 2009. Comparando com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME, 2012) a informalidade caiu de 32% em setembro de 2002 para 28,3% em setembro de 2009 mostrando uma queda ainda mais significativa entre 2009 e 2011 com a taxa de informalidade atingindo 22,8% em março de 2012. Ou seja, a queda registrada pela Pesquisa Mensal de Emprego (2012) nos últimos dois anos foi superior a observada nos sete anos anteriores.

Isso ilustra que apesar da queda na taxa da informalidade, o desemprego assumiu contornos tão trágicos em nossa sociedade, pois os sujeitos muitas vezes não possuem o mínimo de qualificação, ou condições para adquiri-la, para ingressar no cada vez mais concorrido mercado de trabalho para assim garantir condições razoavelmente dignas de sobrevivência, o que, em face da insuficiente estrutura de seguridade social existente, torna-se insuportável e perverso para os trabalhadores gerando assim expropriação e violação de direitos.

Nota-se que, o Programa Bolsa Família se torna insuficiente para atendê-los no provimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, as ações e os serviços socioassistenciais não conseguem atingir essas famílias na sua totalidade, deixando-as numa condição de desproteção. O PBF no município de Miracema materializa-se apenas por meio da transferência de renda que atua na melhoria das necessidades imediatas e cotidianas das famílias. Contudo, é necessário implementar estratégias para combater a pobreza absoluta em que a maioria das famílias encontra, através de serviços sociais básicos e de qualidade bem como trabalhar na perspectiva de acessibilidade destas ações por todos os indivíduos que necessitam desse programa. A possibilidade de acessá-los impactaria positivamente sobre a condição de pobreza das famílias beneficiárias propiciando o fortalecimento e capacitação destes indivíduos diante as vulnerabilidades socioeconômicas.

A baixa escolarização favorece a inserção crescente desse público-alvo em trabalhos precarizados com baixa remuneração. Contudo, a fragilidade da rede de programas e serviços locais para atendimento no âmbito da saúde, educação, assistência e habitação, além dos limites de autonomização das famílias beneficiárias decorrente do baixo nível de

escolarização e qualificação profissional, contribui para manter a condição de vulnerabilidade social e do ciclo intergeracional da pobreza no Município.

Outro dado a ser elencado neste trabalho diz respeito ao grau de escolaridade dos responsáveis pelo sustento da família. Constatou-se, conforme o gráfico 2, que 40% dos sujeitos responsáveis pelas famílias possuem escolaridade entre a 3ª e 4ª série, logo em seguida entre a 5ª a 8ª série com 33%. Os responsáveis que possuem o ensino médio, correspondendo o percentual de 27%.

Este contexto mostra de uma maneira geral que entre as famílias entrevistadas apesar de todos saber ler e escrever, há um baixo nível de escolaridade sendo assim apesar do que esta preconizado na Constituição Federal 1988, e no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, não vem acontecendo em sua plenitude, e não condizem com a realidade, estes arcabouços jurídico trás avanços que a sociedade esperava e de que a educação precisa, porem a uma lacuna entre o que esta posto legalmente e a realidade, como ilustra o gráfico abaixo onde se apresenta a escolaridade das famílias pesquisadas:

Gráfico 2 - Escolaridade



Fonte: Roteiro de entrevista com as famílias atendidas pelo PBF Sistematização da autora

A educação é a grande responsável por embasar as perspectivas que interagem com a sociedade e com o processo político que deve ser norteador de todo método educacional para auxiliar na construção de indivíduos críticos e criativos. Segundo Demo (2010, p. 861) “A educação é uma das fontes principais de mudança, sendo via de acesso ao desenvolvimento como oportunidade”, pois a partir do momento em que refletimos e conhecemos algo, podemos reconhecer quando o mesmo acontece e principalmente como ele poder ser modificado e transformado.

Historicamente a discussão sobre a elitização da educação nacional remonta às origens da formação econômica e social do país. Desde o período colonial, a história da educação nacional foi marcada por fatos que evidenciam a luta da população mais pobre para ingressar no sistema formal de ensino. Essa mobilização nacional traduz-se como a luta pela democratização da educação e do ensino no Brasil.

[...] a política educacional é, primeiramente, um resultado do desenvolvimento histórico da formação social brasileira: da forma como tem ocorrido, entre nós, a dominação de classe, como uma ‘elite’ despótica e senhorial, que tem sempre gerido o estado em seu proveito, com a conseqüente exclusão das classes subalternas do acesso a conquistas sociais básicas – como a educação escolar – inerente ao próprio capitalismo. (GERMANO, 2000, p. 126).

Essa questão ainda é vigente, apesar de alguns esforços institucionais para vencer as barreiras impostas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais que ainda pensam em educação como privilégio de poucos abastados economicamente. Diante desse quadro, que leva muitas vezes a aceitação total da realidade da educação, formam-se indivíduos que permanecem alheios as questões de desigualdade e que aceitam as condições sem protestar em nada. No que se refere a educação Camardelo diz que:

Não podemos deslocá-las dos processos políticos econômicos pelos quais passamos, pois estão intimamente imbricados. Hoje, vislumbrando a crise de direção por que passa a burguesia e em decorrência disso a enorme crise do estado brasileiro, vemos a educação cada vez mais inserida nos discursos oficiais e relegada a segundo plano nos orçamentos tanto do país como dos estados e municípios, ficando o ensino público desmontado. (CAMARDELO, 1994, p. 138).

Enfim, o sistema educacional não acompanhou a expansão econômica e as mudanças socioculturais, acarretando uma defasagem entre educação e o modelo de desenvolvimento brasileiro, sendo que na realidade, enfrentamos a marginalização educacional de uma grande maioria da população brasileira, mesmo com o amparo legal que diz que a educação é direitos de todos, estamos aí diante de uma contradição: estão previstas constitucionalmente, mas a

realidade como mostra o gráfico acima é que a grande maioria da população pesquisada apresenta baixo nível de escolaridade.

Cury (2002) infere que o direito à educação é uma arma não violenta de reivindicação e de participação política, como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo. A disseminação e a universalização da educação escolar de qualidade como um direito da cidadania são o pressuposto civil de uma cidadania universal. A educação, com isto, sinaliza a possibilidade de uma sociedade mais igual e humana.

Com relação ao estado civil 53% das entrevistadas declararam vivem em união estável. Logo, a soma de entrevistadas que se declararam solteiras totalizou 33% da amostra. As divorciadas e viúva possui igual porcentagem de 7%. Esses números põem em evidência as transformações sofridas pelas famílias brasileiras na contemporaneidade, nas quais o tradicional modelo de família nuclear burguês, cede espaço para outros modelos familiares. Destacando também a condição de solteira que também indica a diminuição da importância dada ao casamento oficial como identificador de conjugalidade no âmbito familiar.

Gráfico 3 - Estado Civil



Fonte: Roteiro de entrevista com as famílias atendidas pelo PBF Sistematização da autora

Os dados do gráfico 3 revelam que existe assim uma imensa diversidade nas formas de constituição da família contemporânea, tanto no que se refere ao modo de composição do seu núcleo quanto às formas de sociabilidade no seu interior. Conforme Teixeira (2009) no Brasil

a política dirigida à família, mesmo que ofereça proteção, o faz para que ela possa proteger seus membros, o que reforça as suas funções protetivas e a dependência do indivíduo das relações familiares, reforçando o “familismo”, ao invés de ser desfamiliarizante, pois sua rede de serviços é subdesenvolvida face aos benefícios, e atua sempre no sentido de impulsionar as funções familiares na proteção, tidas como insubstituíveis, ampliando ainda mais as pressões sobre as diversas responsabilizações que devem assumir, principalmente no caso das famílias pobres e vulneráveis.

A autora infere ainda que as práticas com famílias tem privilegiado a relação individual, sobretudo com a mulher, uma vez que historicamente na área das políticas públicas a mulher tem sido o elo de ligação entre sua família e o Estado. E em relação a perspectiva da matricialidade sociofamiliar (princípio da atual Política de Assistência Social) coloca-se que não raro, quando são criados serviços públicos destinados as famílias, suas ações e praticas tem por objetivo direcionar o atendimento tendo como apoio a mulher – mãe de família sendo ela um de seus focos para a superação da pobreza. Esse processo não tem considerado o que essas ações trazem de sobrecarga de responsabilidade para as mesmas, que de principio já vivem em situação de opressão originada, por um lado, pela questão de gênero e pela sua própria condição precária de vida. Teixeira infere que:

As obrigações atribuídas às famílias são criadas socialmente, e penalizam as mulheres e outros membros mais frágeis nas relações hierarquizadas dentro das famílias, relações que não são complementares, mas assimétricas e desiguais e que podem ser perpetuadas por políticas públicas que as reproduzem como funções “naturalizadas”. A proteção social de assistência social potencializa as funções da família, reforça suas tradicionais funções, que não corresponde às exigências da contemporaneidade como o trabalho de ambos os cônjuges, ou da mulher como “chefe” de família, com a presença do cônjuge ou sem ele, e outros projetos individuais de vida de seus membros. (TEIXEIRA, 2009, p. 260).

Como destaca Miotto (2006) há o reconhecimento da diversidade familiar na política e no cotidiano dos serviços em geral, no entanto, não é acompanhado com relação às expectativas sobre tarefas e obrigações familiares. Antagonicamente, conforme a autora, essas tarefas continuam preservadas e perpetuadas pela expectativa da política, ou seja, “espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, incluindo-se, por exemplo, a manutenção dos papéis masculino e feminino, conforme aos padrões da família nuclear tradicional” (MIOTTO, 2006, p. 536).

Ao adentrar no percurso histórico da família, apreende-se que esta uma estrutura hierarquizada, no qual o marido/ pai exerce a autoridade e poder sobre a esposa e os filhos; divisão sexual os papeis rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas,

constatando-se ainda, na atualidade, o modelo patriarcal nas relações familiares da sociedade brasileira. Esse contexto é compatível com o modelo hegemônico de família nuclear, que atribuía ao pai a condição de provedor e a mãe a responsabilidade de socialização dos filhos e adoção de afeto, característica feminina de tempos mais remotos, havendo aí uma desigualdade na distribuição de papéis.

Sendo que a apreensão da família deve ser realizada dentro de um processo histórico, permeada por mudanças de acordo com as transformações da sociedade em seu interior, em relação a sua composição e as relações com seus componentes, quanto as normas de sociabilidades existentes externamente, fato que demonstra seu caráter dinâmico e dialético.

Como já salientado, todos os sujeitos entrevistados encontram-se desempregos e/ou inseridos no mercado informal, uma porcentagem alta e preocupante, que pode sinalizar certa fragilidade dos dispositivos municipais na geração de trabalho e renda à população, devendo estes estar articulados com o Programa Bolsa Família, contribuindo para a inclusão social e econômica dessas famílias. Como o valor do benefício do Programa Bolsa Família é irrisório, todas as famílias entrevistadas procura uma ocupação profissional, a fim de amenizar a situação de pobreza, entretanto, as dificuldades são imensas, especialmente a de conseguir um emprego fixo, em decorrência, muitas vezes, da baixa escolarização e qualificação profissional.

Esse contexto, é caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. E flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando os empregos se reduzem, aumenta o desemprego, a degradação social e a barbárie. Se, em contrapartida, o capital retomar os níveis de crescimento, aumentará a destruição ambiental e a degradação da natureza, acentuando a lógica destrutiva do capital (ANTUNES, 2010, p. 634).

As reflexões de Antunes (2010) permite visualizar a crise estrutural que atinge a sociabilidade contemporânea, afetando mais intensamente a classe- que- vive- do- trabalho em escala global. Consequentemente, vem se ampliando o tradicional excedente de mão-de-obra no país, intensificando a seletividade patronal e as dificuldades e desigualdades de acesso aos empregos disponíveis. Isto se traduz em um enorme crescimento do desemprego, na precarização das relações de trabalho e na queda dos rendimentos dos que permanecem ocupados. O quadro apresentado no cenário mundial gera uma conjuntura de “exclusão” de direitos e de possibilidades de vida digna para os trabalhadores.

Trata-se de uma dinâmica que na prática visa submeter de forma ainda mais subserviente os trabalhadores ao julgo do capital. Desse modo, Antunes infere que:

Os trabalhadores redefinem sua condição de classe diante do capital mundializado. As contradições sociais transformam e modificam a classe trabalhadora, fazendo emergir novos sujeitos e novas lutas. Esses novos sujeitos, possuidores apenas de sua força de trabalho, submetidos à espoliação e abandonados por todos, começam a perceber seus interesses comuns. Nesse processo, a luta pela sobrevivência unifica e dá sentido à sua condição de classe (ANTUNES, 2010, p. 636).

Com relação aos números de filhos, é observável, como mostra o gráfico abaixo, que 40% das famílias entrevistadas possui um filho, seguido de 2 a 3 filhos, seguido de 4 a 5 que corresponde igual percentual com 27%, e de 5 a 6 com 6%. De acordo com os dados expostos evidencia uma diminuição no número de crianças na composição familiar.

Gráfico 4 - Número de Filhos



Fonte: Roteiro de entrevista com as famílias atendidas pelo PBF Sistematização da autora

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2014), o índice de fecundidade apresenta queda significativa, pois se em 2000 eram 2,39 filhos por mulheres, em 2014 a taxa de fecundidade chega a 1,74. Segundo Goldani (1994) trata-se de uma generalizada e rápida queda nas taxas de fecundidade e do aumento na expectativa de vida em todo o território brasileiro, que ocasionam impactos na estrutura etária e na longevidade da população. Essa queda vem sendo observada desde os anos de 1960, com a introdução de novos métodos contraceptivos. De acordo com Paiva

(2005), desde os anos sessenta, as mulheres brasileiras vinham processando a ruptura com o clássico e exclusivo papel social que lhes era atribuído pela maternidade, introduzindo-se no mercado de trabalho e ampliando suas aspirações de cidadania. Controlar a fecundidade e praticar a anticoncepção passou a ser aspirações das mulheres, assim como a vivência plena da sexualidade, desvinculando a maternidade do desejo e da vida sexual. Essa conjuntura implicou a necessidade de políticas que permitissem o acesso aos métodos contraceptivos.

Contudo, o governo brasileiro no ano de 1983 formulou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em que prevaleceu o discurso consensual baseado nos princípios do direito à saúde e na autonomia das mulheres e dos casais sobre a definição do tamanho da prole. O programa recomenda ainda que se ofereça o conjunto de tecnologias disponíveis para a anticoncepção e que a atenção ao planejamento familiar seja realizada no contexto da atenção à saúde, portanto sob as diretrizes do princípio da integralidade da saúde. A consagração do direito ao planejamento familiar está explicitada no §7 do art. 226 da Constituição Federal, de 1988 onde dá a liberdade de decisão ao casal e a responsabilidade do estado em atender, prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito. A regulamentação do direito constitucional se deu pela lei n 9263, de 12 de janeiro de 1996.

A rápida transformação do comportamento reprodutivo no Brasil, de alguma forma, é resultado da absorção pelas mulheres de valores difundidos sobre os benefícios de uma prole menor, valores esses coincidentes com os interesses do controle demográfico na redução da natalidade. Essa política de planejamento familiar é uma política demográfica embora representando um passo decisivo em direção à construção da cidadania feminina, na prática, reflete interesses de redução da população brasileira. A posição oficial do Brasil na adoção da livre escolha dos casais pelo tamanho da prole reflete a influência do discurso que desvincula o controle da fertilidade do controle demográfico. Desta forma, estabeleceu-se para o país uma ética política para o planejamento familiar relacionada à autonomia desvinculando-se dos interesses controlistas.

Essa nova configuração da queda nas taxas de fecundidade e do aumento na expectativa de vida em todo o território brasileiro, que ocasionam impactos na estrutura etária e na longevidade da população, traz à tona novas bases para a discussão acerca de políticas dirigidas a determinados segmentos etários, não só em relação às crianças e adolescentes, mas também em relação aos jovens, adultos e idosos, mormente no que concerne às políticas de Emprego e Previdência Social.

Tais aspectos devem ser considerados para a formulação de políticas voltadas para a área social e ser tratados como variáveis fundamentais para o diagnóstico dos processos

sociais em curso e para a seleção das ações a serem implementadas, visto que em decorrência do processo de envelhecimento da população, deve-se, ao se pensar em planejamento de políticas públicas, analisar as especificidades peculiares a cada região e as novas demandas emergente.

Diante desta contextualização, o próximo item deste capítulo procurou desvelar a compreensão que as famílias possuem acerca da execução do Programa Federal Bolsa Família no município de Miracema a partir dos aspectos, sociais, culturais e econômicos que envolvem a dinâmica dessas famílias, de forma a não fragmentar a realidade pesquisada, buscando entendê-la e conhecê-la a partir da articulação de todos os fatores que condicionam o contexto, a dinâmica social e familiar destes sujeitos.

## **5.2 O direito a voz: a percepção dos usuários acerca da implantação do programa bolsa família em Miracema do Tocantins**

A perspectiva de empreender uma análise sobre o processo de implantação da Política de Assistência Social no município de Miracema do Tocantins, visa apreender como estão sendo desenvolvidas as ações para promoção de acesso e usufruto dos direitos sociais das famílias atendidas pelo Programa Federal Bolsa Família. A pesquisa *in loco* realizada com os beneficiários residentes no Setor Novo Horizonte I e II buscou desvendar as relações cotidianas de cinco famílias, buscando compreender a dinâmica social e familiar destes sujeitos no ano de 2014 e os impactos do PBF na vida destes sujeitos.

A presente pesquisa teve cunho qualitativo, porém se recorreu a abordagem quantitativa dos dados, articulação realizada, com vistas a complementar os dados pesquisados. Nesta perspectiva, não há contradição entre a investigação quantitativa e qualitativa, pois a investigação quantitativa atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa, ao contrário, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões dos sujeitos pesquisados. Visto que, a integração entre estas duas abordagens de pesquisa na coleta de dados fornece uma maior compreensão do objeto pesquisado e dos resultados alcançados<sup>8</sup>. A pesquisa teve como norte o método dialético-crítico e três categorias explicativas da realidade: Política de Assistência Social, Família e Proteção Social.

---

<sup>8</sup> Esta articulação já foi trabalhada no capítulo 3 - O Processo Metodológico da Pesquisa -, mas é importante retomar a discussão para que se possa interconectar e entender a articulação da pesquisa.

As entrevistas se deram de forma tensa, mesmo com o esclarecimento aos sujeitos sobre os objetivos do estudo, solicitando o prévio consentimento para sua utilização, assim como a garantia do sigilo quanto à identidade de cada um deles. Os entrevistados mostraram-se inseguros ao responder as perguntas sobre o Programa Federal Bolsa Família, que serviu de base para esta pesquisa, seja pelo fato de ser alvo de constantes denúncias (descumprimento das condicionalidades) ou receio de ser prejudicados diante o caráter fiscalizatório do programa. Cabe também mencionar, que segundo Bourguignon (2008) existe uma lacuna nas pesquisas que não priorizam a centralidade do sujeito demandatário da prática profissional - *usuário das políticas públicas* -, que deve ser considerado como protagonista de sua própria história e não dado ou fonte de informação. A partir da não devolução<sup>9</sup> dos dados da pesquisa os sujeitos se sentem usados sem saber como as informações foram utilizadas.

A socialização das informações, segundo Miotto (2000) está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania. A autora classifica ainda o direito à informação como um direito civil, político e social e destaca a sua centralidade para a construção da cidadania contemporânea. Além disso, Miotto (2000) refere que este direito é um componente fundamental para a viabilização de outros direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para mudar a sua realidade. Nesse sentido, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias.

Cabe mencionar que fora respeitado os critérios éticos exigidos pela Resolução 196/96 que incluem, no caso de pesquisas qualitativas, principalmente: a comunicação do TCLE, preservando a voluntariedade da participação e o respeito à dignidade e decisão do (a) participante da pesquisa; o equilíbrio entre os riscos e benefícios que a pesquisa possa trazer; a realização da pesquisa somente quando há alguma relevância social para os (as) participantes; a manutenção da confidencialidade e da privacidade, garantindo que as informações não sejam usadas para o prejuízo dos (as) participantes; o respeito aos valores culturais e sociais e aos costumes dos (as) pesquisados (as); o compromisso de que o estudo levará benefícios para as pessoas e populações pesquisadas e, a asseguuração do retorno social da pesquisa. (BRASIL, 1996).

A divulgação dos resultados da pesquisa pode trazer benefícios para sujeitos pesquisados que se encontram em situação de vulnerabilidade para que os mesmos possam

---

<sup>9</sup> Ressalta-se que após a Defesa do presente Trabalho de Conclusão de Curso, será realizada a devolução dos dados, conforme informações do Capítulo 2.

entender a conjuntura vivida e se instrumentalizar para reivindicar direitos e lutar por melhores condições de vida. As perguntas foram realizadas de modo que pudessem proporcionar liberdade aos sujeitos e, conseqüentemente garantir a riqueza na coleta dos dados, porém os mesmos se sentiam receosos com a pesquisa envolver o Programa Bolsa Família, não permitindo assim que pesquisadora e entrevistados ficassem a vontade durante o processo. Tal dilema, propiciou menos liberdade quanto aos questionamentos no transcurso das entrevistas, demonstrando muitas vezes atitudes de desconforto, o que levou a depoimentos bastante curtos.

Conforme Nicomedes (2007), os usuários da Política de Assistência Social durante anos foram considerados figurantes e tratados como números, (enquanto que são e sempre foram os sujeitos de direitos). Se a busca é por uma transformação social é indispensável que aconteça antes a transformação na base das relações, os usuários, portanto, devem deixar de ser vistos como meros números e serem vistos como pessoas, passando a ter o reconhecimento e serem tratados como protagonistas da política.

O autor infere ainda que a questão, é que nem sempre eles participam dessas discussões porque não tomam conhecimento ou são convidados. Nota-se aí já a violação de um direito, *o direito à voz*, além do direito ao voto e, fundamentalmente, ao direito de ouvir e de expressar suas percepções sobre as ações nas quais é público alvo. Esse paradigma da não-participação precisa ser quebrado, a Assistência Social não é mais caridade e sim uma política pública de direitos. A ideia de que o usuário tem que ser representado por organizações e técnicos especializados, tem sido pretexto para desqualificar e desmerecer a participação destes sujeitos no processo de tomada de decisão.

Nicomedes (2007) menciona ainda a necessidade de assegurar a participação dos usuários na composição da sociedade civil nos Conselhos Gestores e de Direitos, tendo amplo direito à voz e voto. Os Conselhos devem apoiar e proporcionar a capacitação dos usuários por meio de cursos de formação, participação em encontros, disseminação de conhecimentos técnicos e normativos e possibilitando trocas de experiência e de saberes entre os conselheiros dos três segmentos: organizações, trabalhadores e usuários. Assim busca-se estabelecer os parâmetros mínimos para uma relação de igualdade e não necessariamente de correlação de forças.

As entrevistas contemplarem 05 (cinco) famílias beneficiárias, as particularidades relativas há elas muito contribuíram para uma melhor elucidação do objeto da pesquisa bem como para o alcance dos seus objetivos. Destaca-se que a tarefa de transcrição das entrevistas fora realizada pela própria pesquisadora, conforme recomendação da própria metodologia, no

intuito de garantir a fidedignidade do relato dos sujeitos e, ainda considerando a importância de escutar as entrevistas atentamente, assimilando todos os detalhes trazidos pelos sujeitos. O método utilizado para a análise dos dados foi o Método de Sistematização da Prática que compreende analisar estes dados a partir de sete fases metodológicas<sup>10</sup>.

A escolha dos sujeitos (elegu-se os que estão vinculados ao CRAS) se deu pelo fato deste ser um importante equipamento de proteção básica, prevenindo o rompimento dos vínculos familiares com serviços e programas no âmbito da assistência social. As ações dos CRAS priorizam a convivência, a socialização e o acolhimento familiar, ou seja, são a porta de entrada da rede socioassistencial de proteção básica, atendendo inclusive o público-alvo do Programa Bolsa família em Miracema. A seleção da amostra foi de forma aleatória delimitada aos sujeitos em atendimento no CRAS. Em Miracema o CRAS está localizado no Setor Novo Horizonte I, localidade onde há maior índice de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, sendo este o cenário da presente pesquisa.

No contexto da Política de Assistência Social, as proteções por ela afiançadas são: a proteção social básica, a proteção social especial de média<sup>11</sup> e de alta<sup>12</sup> complexidade. Este estudo tem como foco a proteção social básica, caracterizada pelo aspecto antecipador e proativo para evitar o agravamento de vulnerabilidades, a proteção social básica atua na redução do risco social nos territórios. Além dos serviços socioassistenciais a proteção social básica prevê também Programas de Geração de Trabalho e Renda, Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e mortalidade), Programa Bolsa Família, dentre outros. (NOB/SUAS 2005).

Os serviços de proteção social básica são executados prioritariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. O CRAS, de acordo com a PNAS (2004) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, tendo como metas a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. O

---

<sup>10</sup> A explicitação das sete fases metodológicas encontra-se no capítulo II deste trabalho que compreende o processo metodológico utilizado na pesquisa.

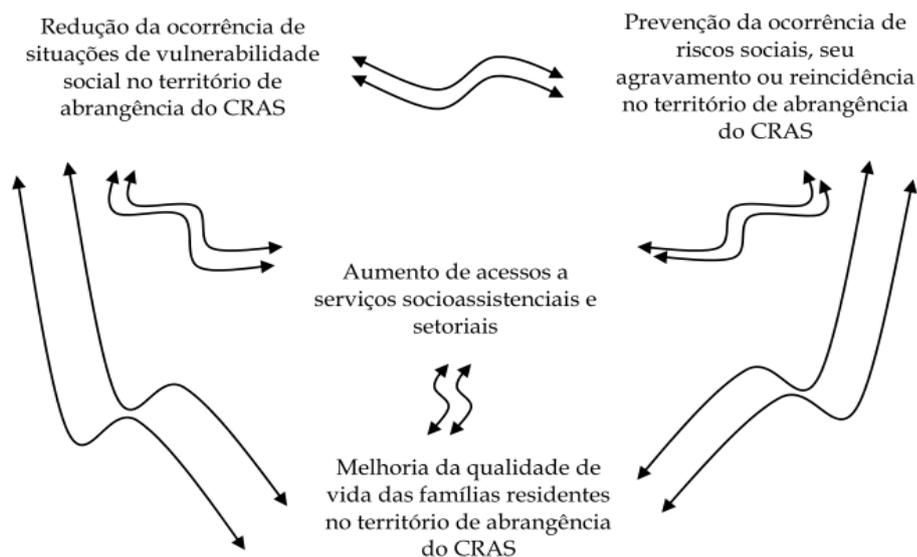
<sup>11</sup> Segundo a PNAS (2004) são considerados serviços de média complexidade “aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A proteção especial de média complexidade são executados prioritariamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (BRASIL, 2004, p. 38).

<sup>12</sup> Os serviços de proteção social especial de alta complexidade, de acordo com a PNAS (2004) “são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (BRASIL, 2004, p. 38).

CRAS oferta, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), serviços para famílias e indivíduos que moram em seu território de abrangência priorizando aí, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Presta orientações para sua população referenciada, realiza acompanhamento familiar, oferta serviços socioeducativos e de convivência, e providencia, quando necessário, o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas; bem como promove a articulação com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania (BRASIL, 2004). Abaixo, na figura 1 segue os impactos esperados do PAIF na vida das famílias atendidas por este serviço.

Figura 1- Impactos esperados do PAIF

Esquemáticamente, são impactos esperados do PAIF:



Fonte: (BRASIL, 2012).

O esquema acima realiza uma explanação dos impactos esperados, através de ações realizadas por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) as famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, seja através de demanda espontânea ou busca ativa. Espera-se por meio das ações de caráter continuado, fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo assim a ocorrência de riscos sociais e seu agravamento, promovendo acesso e usufruto de direitos através dos serviços socioassistenciais, contribuindo assim para melhoria da qualidade de vida das famílias residentes na área de abrangência do CRAS.

Importante salientar a necessidade de entender a família brasileira atual e as transformações contemporâneas, e assim analisar as particularidades das famílias do

município de Miracema e como elas estão inseridas nesse contexto. Portanto, para desvelar essa realidade, faz-se necessário uma breve contextualização histórica do Estado do Tocantins e do município de Miracema do Tocantins. Diante de uma breve análise da realidade tocantinense, destaca-se que o Estado do Tocantins criado pela nova Constituição Federal de 1988, está localizado a sudeste da Região Norte e tendo como limites os Estados: do Maranhão à nordeste, do Piauí à leste, da Bahia à sudeste, de Goiás à sul, do Mato Grosso à sudoeste e do Para à noroeste. O Tocantins ocupa uma área de 278.420,7 km<sup>2</sup>, com população de 1.383.453 habitantes, sendo que 163.588 indivíduos e famílias vivem em extrema pobreza, de acordo com o censo (IBGE, 2010), ou seja, 11,82% da população do Estado vivem nessa situação. O censo 2010 também revela que, dos domicílios tocantinenses, 12,18% vivem com renda mensal per capita com até um quarto de salário mínimo. O Tocantins possui 97.727 (24,53%) dos domicílios com renda entre R\$127,50 e R\$ 255,00 mensais. E ainda, 15,56% das residências têm renda mensal per capital de R\$ 510 a R\$ 1.020. Na faixa de R\$1.020 a R\$1.530 estão 4,94% dos domicílios e, com rendimento per capita de R\$1.530 a R\$ 2.550, há 3,79%. Por último, 3,18% das residências sobrevivem com renda per capita mensal maior que R\$ 2.250 (IBGE 2010).

O Estado do Tocantins é formado atualmente por 139 municípios, Miracema é um desses municípios com população de 19.934 habitantes, sendo que a população em situação de vulnerabilidade social já soma aproximadamente 9.842 pessoas, atingindo 50% da população miracemense (IBGE, 2014). Esse dado revela uma realidade em que essas famílias encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais.

Segundo Sané (2003) enquanto a pobreza for vista como um déficit quantitativo e natural a ser sanada, a vontade política de erradicá-la não será mobilizada. A pobreza somente será superada quando for vislumbrada como uma violação dos direitos humanos, proclamados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e inerentes a pessoa humana, sendo que a pobreza consiste em violação sistemática de todos eles. No entanto, a vulnerabilidade expressa nessas famílias pelas condições precárias de moradia, baixa renda familiar, somadas à baixa escolaridade e precária inserção no mercado formal de trabalho entre outros, são fatores que dificultam ou impedem a mobilidade social das famílias e violam seus direitos fundamentais.

Além disso, Miracema atualmente possui 1.635 (Um mil seiscentos e trinta e cinco) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que cadastrada no CadÚnico são 3.700 famílias (IBGE, 2014). Tais índices sugerem claramente a necessidade de se estudar e conhecer mais de perto a realidade social das famílias em situação de vulnerabilidade

socioeconômica no Tocantins, o que é de suma importância para a proposição de políticas públicas para combater este cenário.

Ao analisar-se os vinte e cinco anos de criação do Estado do Tocantins, que apesar de nascer no cenário da redemocratização do Brasil, identifica-se que o mesmo não traz consigo e não tem apresentado uma tradição progressista na forma de implantar as políticas sociais, em especial a Política de Assistência Social. Política essa, que já tem na sua própria natureza os equívocos da vinculação mecânica com uma identidade de política pobre para a população pobre e que a muito vem se caracterizando, afirmada e reafirmada como política executada por via da caridade e benesse. (RAFAEL, 2009).

Infere ainda que é pensando nos equívocos e acertos desse curto período de redemocratização e de criação do Tocantins e no acúmulo de barbáries desencadeadas pelo interesse perverso do grande capital, revestido e revitalizado a partir da segunda metade da década de 1970 pelo aprofundamento do neoliberalismo no Brasil (final da década de 1980), que se estabelece a história e a presente realidade da Política de Assistência Social e sua implementação nos municípios do Tocantins. Concerne ainda ressaltar que, o caminho é longo e árduo para que esta política se configure como garantidora de direitos no atual cenário tocantinense, entretanto, estudos acadêmicos, como o presente trabalho, visam romper com as armadilhas das relações históricas de negação e violação aos direitos sociais.

Para obtenção dos dados referentes ao cotidiano e as vivências dos sujeitos, realizou-se alguns questionamentos, como se o benefício trouxera melhora na sua qualidade de vida. Ao serem indagados sobre os impactos do PBF, os entrevistados em sua totalidade responderam afirmativamente que quase *não houve mudanças em relação ao período de suas vidas em que não recebiam o benefício*. Segundo as famílias, houve uma pequena melhora na renda, uma vez que antes não havia outra alternativa de renda. Embora o recurso recebido não seja uma renda capaz de retirá-los da situação da pobreza, permiti-os a terem acesso a alguns itens necessários a sua subsistência. Realidade expressa nos relatos abaixo:

[...] Há mudou sabe, porque pelo menos não é muito, mas ajuda no material escolar dos meus filhos, também nas coisas de casa, alimentação, porque a gente faz uns biquinhos pra fora, sabe lava uma roupa, faz faxina quando aparece, aí complementa as outras coisa de casa como pagar água, luz. (FAMILIA A<sup>13</sup>).

[...] é bem-vindo quando falta alguma merenda, compro material do colégio, roupa em loja, pois antes só de bico passava mais dificuldade de que [...] pois aqui não consegue serviço não [...] é muito difícil (FAMILIA B).

[...] não é todo dia que a gente tem ali um dinheiro no bolso, então a gente recebe ali todo mês aí guarda um pouquinho pra ir se virando (FAMILIA, C).

---

<sup>13</sup> Como forma de garantir o anonimato e o sigilo das identidades das famílias, optou-se pela nomenclatura Família A, B, C, D e E.

[...] Tem dia que a gente não tem sabe, aí esse dinheiro chega, a gente compra comida, pois antes vivia com a graça de Deus mesmo e um bico aqui outro ali. (FAMILIA E).

No momento atual, de acordo como Silva (2010) os programas de transferência de renda constituem-se como estratégia principal da Política de Assistência Social e do sistema brasileiro de proteção social como possibilidade de enfrentamento ao desemprego e a pobreza.

Verifica-se nos relatos dos entrevistados o contexto de pobreza absoluta em que se encontram todas essas famílias. Segundo Zimmermann esse fenômeno é apreendido como sendo:

[...] ausência ou insuficiência de renda para a satisfação de mínimos sociais necessários à sobrevivência física. Dessa forma, são classificados como pobres todos os indivíduos cujo baixo padrão de renda impossibilita o acesso às necessidades básicas de manutenção e sobrevivência física. [...] essa concepção, apesar de conferir objetividade à noção de pobreza, subestima outros aspectos relevantes à manutenção e reprodução da vida por não considerar variáveis não econômicas, relacionando pobreza estritamente à renda. (ZIMMERMANN, 2012, p. 04).

Este conceito difere-se de pobreza extrema que de acordo com Costa (2008, p. 03) “refere-se à condição em que as famílias não conseguem nem ao menos ter acesso a meios básicos de subsistência”. Nessa perspectiva então, o grande desafio das ações de enfrentamento a essa realidade que aflige a população de Miracema que vivenciam as múltiplas expressões de pobreza é materializar as premissas contidas nas legislações já existentes para a superação da situação de vulnerabilidade socioeconômica em ações efetivas que invistam, além da transferência de renda, em ações humanizadas e não reforçadoras de estigmas e estereótipos que culpabilizam e responsabilizam o indivíduo pela situação que se encontra. Ressaltando, que a materialização do Programa Bolsa Família não deve ser voltada somente a transferência de renda, mas sim ponderada de forma conjunta com as políticas públicas e demais serviços. Pois, como afirma Cacciamali:

[...] em curto prazo, o PBF busca ampliar o atendimento escolar as crianças e estender os cuidados primários de saúde as famílias pobres, enquanto que em longo prazo visa romper o ciclo da pobreza entre gerações por meio da incorporação de capital humano<sup>14</sup> e conseqüente maior e melhor oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Ressalva-se que, em um primeiro momento, a transferência monetária direta pode diminuir os índices de pobreza e de desigualdade de renda; no entanto, a eficácia das condicionalidades para romper a transmissão da pobreza entre

<sup>14</sup> Segundo Becker (1962), capital humano é qualquer atividade que implique num custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro, podendo ser analisada dentro da estrutura da teoria do investimento. Noutros termos, no caso do Programa Bolsa Família seria o investimento na educação e saúde através das condicionalidades impostas as famílias, com vistas a impactos futuros sobre a redução da pobreza. Na perspectiva dos idealizadores do programa, seria a solução para romper com o ciclo da pobreza que assola a população, porém o impacto em longo prazo será influenciado pela oferta de serviços de qualidade.

gerações, exige a expansão quantitativa e qualitativa dos Sistemas de Saúde, de Educação e de Trabalho, ainda muito precários. (CACCIAMALI, 2010, p. 35-36).

É notório que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos, visto que a transferência de renda permite a muitas famílias melhorias no acesso a bens de consumo, sendo que não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias, sendo incapazes de superar alguns dilemas relacionados à falta do acesso e usufruto aos direitos sociais como saúde e educação de qualidade entre outros que afligem a população.

A maioria dos entrevistados indicou que a alimentação da família melhorou muito após a entrada no Programa. Apesar do aumento no consumo de alimentos, uma parcela significativa dos beneficiários em nível nacional (21%, representando 2,3 milhões de famílias) encontra-se em situação de insegurança alimentar grave (fome entre adultos e/ou crianças da família); outros 34% (ou 3,8 milhões de famílias) estão em situação de insegurança alimentar moderada (restrição na quantidade de alimentos na família). No que se refere à insegurança alimentar leve (onde não há falta de alimentos, mas preocupação em relação ao consumo no futuro), 28% (ou 3,1 milhões de famílias) estão em situação de segurança alimentar e nutricional (IBASE, 2008).

Conforme esses dados, mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos, a partir do recebimento do benefício, realidade evidenciada nos relatos, à situação de insegurança alimentar ainda é alta entre as famílias. Visto que o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, situação relacionada a um contexto amplo de pobreza. Segundo Silva:

Apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política. (SILVA, 2007, p. 1430).

De acordo com a família B, sinaliza-se em sua fala que o PBF trouxe algumas mudanças na vida familiar, pois auxiliou na aquisição de comidas, roupas remédios. A família A reforça essa apreensão do benefício no seio familiar, ao ser questionada se houve mudanças após o recebimento de tal benefício: “[...] sim porque ele ajuda bastante, é bem-vindo quando falta alguma merenda, compro material do colégio, roupa em loja, pois antes vivíamos só de

*bico, passando mais dificuldade [...] pois aqui não consegue serviço não [...] é muito difícil” (FAMÍLIA A).*

Referindo-se ao valor do benefício do Programa Bolsa Família, a família B afirma que “[...] é pouco mais serve, é uma boa ajuda, não é pra sempre, eu sei, mas é bom [...]”. Diante da assertiva, identifica-se a categoria do *não reconhecimento do direito social*, sendo isso um dos fatores que colaboram para a fragilização dessas famílias, que não se reconhecem como sujeito de direito, mas alvo da ajuda do Estado. Corroboram com essa percepção a família C ao asseverar que o PBF “é bom porque é uma ajuda. É melhor ter do que não ter. Eu dou graças a Deus. Pra mim não é pouco não, pra mim está ótimo”.

É observável nestas assertivas que o benefício é visto como uma ajuda e não como direito real adquirido a ser efetivado. Essa perspectiva assistencialista dos direitos, não é novidade, esses fatores perpassam pela origem da assistência que fora primeiramente apreendida como uma forma de ajudar o próximo a partir da filantropia e da benemerência, realizada através de organismos atrelados a Igreja Católica e a sociedade civil. A não compreensão dos sujeitos pesquisados do direito social, dificulta o rompimento com a perspectiva da ajuda e conseqüentemente o seu reconhecimento como sujeito de direitos. Ressalta-se que o PBF no município de Miracema materializa-se apenas por meio da transferência de renda que atua na melhoria das necessidades imediatas e cotidianas das famílias, conforme a fala acima da família A. O município não oferece empregos, favorecendo a inserção desse público-alvo em trabalhos precarizados com baixa remuneração, sinaliza-se ainda, a fragilidade dos dispositivos municipais na geração de trabalho e renda à população, devendo estes estar articulados com o Programa Bolsa Família, contribuindo para a inclusão social e econômica dessas famílias.

Por meio das falas das famílias entrevistadas é perceptível que o PBF vem auxiliando para uma melhoria da qualidade de vida destes sujeitos, ainda que minimamente sem atender a todas as necessidades básicas que possibilitam o gozo de uma vida digna. A categoria qualidade de vida é apreendida de acordo com Minayo como sendo:

[...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (MINAYO, 2000, p. 08).

Nesse sentido, o entendimento de qualidade de vida seria a satisfação das necessidades humanas básicas das famílias pesquisadas, numa perspectiva de totalidade levando em consideração questões econômicas, políticas, sociais e culturais, através da compreensão do contexto social e familiar destes sujeitos. Portanto, o programa bolsa família no Município de Miracema enquanto programa focalizado no combate à pobreza e condicionado a determinadas exigências não supri as necessidades básicas dessas famílias.

Desta forma, para que a provisão social prevista na *Lei* seja coerente com as necessidades básicas ela tem que deixar de ser mínima ou menor para ser básica e essencial. Paradoxalmente, ao que está definido na LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004) não tem como objetivo o atendimento das necessidades básicas das famílias e sim a provisão dos mínimos sociais. Para tanto o PBF que visa a autonomia das famílias, deve priorizar o atendimento das necessidades básicas conforme previsto na lei, entretanto, o que se observara nos relatos, ele atende a satisfação de necessidades mínimas da população de Miracema através do acesso a alguns itens necessários a sua subsistência, situação que impossibilita uma condição de vida digna.

Todos os sujeitos entrevistados, quando questionados sobre o significado do Programa Bolsa Família no seu cotidiano, possuem uma visão que o benefício é uma ajuda que recebem todo mês do governo, que é utilizada para suprir partes das despesas da casa, pois antes as mesmas não tinham nenhuma renda para essa finalidade, recorrendo à informalidade. Assim, existe desconhecimento por parte dos usuários sobre a Assistência Social como direito. Essa visão assistencialista dos direitos perpassa pela origem da assistência social, que surge dentro de um contexto vinculado a Igreja, que tem como características centrais a caridade e filantropia, facilitando as práticas clientelistas e assistencialistas, reduzindo assim o alcance e a efetividade das políticas sociais, uma vez que os beneficiários não se reconhecem como sujeitos de direitos. As famílias A e B relataram o seguinte:

[...] Muito bom é um programa que ajuda muito a gente sabe, serve para comprar as coisas que falta, é um dinheiro que antes a gente não tinha então tem que agradecer a Deus (FAMILIA A).

[...] Sim é um dinheirinho bom, a gente compra o que está precisando para as crianças, pão, roupas de vez em quando, porque não é todo dia que a gente tem dinheiro no bolso, então, a gente recebe todo mês, guarda-se um pouco pra ir se virando (FAMILIA B).

As falas apresentadas evidenciam a situação de vulnerabilidade socioeconômica vivenciada pelas famílias, expressa nas situações que eles vivenciam cotidianamente, como escassez de renda, o desemprego evidenciado em todas as famílias entrevistadas, a baixa

escolarização, situação que pode ser associada à oferta de serviços socioassistenciais precários no município.

Diante dos dados obtidos através das entrevistas verificou-se que as famílias passam cotidianamente por grandes dificuldades, apesar de terem casa própria são em condições precárias. Os sujeitos pesquisados possui pouca escolaridade, sem experiência profissional, situação esta que reflete diretamente em seu nível de renda, excluindo-os do mercado de trabalho que no município já é precário e que os leva a se submeterem a trabalhos autônomos, sem qualquer perspectiva e garantia de direitos. Esta é uma realidade posta em todas as famílias entrevistadas, ficando evidente na fala da família E *“não é dizer que espera só pelo programa bolsa família não, a gente vai para um lado, corre daqui e dali e vai se virando [...]”*.

Conforme Pereira (2005), o Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e, elevados níveis de pobreza que exclui parte das famílias do acesso a condições dignas de vida. Sendo que, a atuação da política de assistência social na atenção a família, diz respeito ao fortalecimento da sua função protetiva e provisão de bem-estar dos indivíduos. Assim, a família passa a ser considerada por esta política social como uma instância de proteção social de seus membros. Contudo, a autora ressalta como ela pode ser lugar de proteção dos seus membros, sendo que vem sendo assolada pela falta de acesso e usufruto aos seus direitos fundamentais, vivenciando cotidianamente situações de vulnerabilidade?

Esta discussão traz o pensamento de Silva, Yazbek e Givanni (2008, p. 32) onde observa que: “nosso Sistema de Proteção Social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção social de amplo contingente da população brasileira, sem lugar no mercado de trabalho ou sujeita a ocupar postos de trabalhos precários.” A transferência de renda permite a muitas famílias beneficiárias melhorias em alguns aspectos como alimentação, moradia, aquisição de bens de consumo, entre outros. Realidade evidenciada no relato da família D, *“[...] esse dinheiro é muito importante, a gente compra comida e inclui no que tá mais precisando para dentro de casa, paga um talão de água, luz e vai se virando”*. Porém, apenas a transferência de renda não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias. Essa melhoria não é suficiente, pois o sujeito tem outras necessidades, cultura, lazer esporte, que segundo Marx (2010, p. 57) *“se originam do estômago ou da fantasia e que se manifestam no exterior de uma determinada sociedade de consumo”*

Nessas falas observa-se que houve o atendimento de necessidades básicas imediatas, aspecto que não representa a criação de condições necessárias e capazes de contribuir para a emancipação dessas famílias. Nesse sentido, Silva, Yasbek e Giovanni afirmam que:

Os programas de transferência de renda, quando não articulados a uma política macroeconômica de crescimento sustentável e de redistribuição de renda, podem significar melhorias imediatas das condições de vida, de famílias que vivem em extrema pobreza, o que já é importante, mas não supera a pobreza, ultrapassando, somente em caráter marginal, a denominada linha de pobreza. (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2008, p. 208-209).

O Programa Bolsa Família (PBF) tem uma proposta ampla de beneficiar famílias em situação de pobreza tendo o objetivo de efetivar direitos e cidadania (SILVA, 2010). É um programa que articula dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, com condicionalidades a serem seguidas. Os objetivos básicos do PBF, em relação aos seus beneficiários, fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) são:

- I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV - combater a pobreza; e
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004, p. 02).

Cabe ressaltar que frente ao cenário de vulnerabilidade que se encontra a população de Miracema elencado neste trabalho, salienta-se a controvérsia entre os objetivos enunciados do programa e a realidade do município de Miracema. A análise crítico-reflexiva das ações desenvolvidas no âmbito da assistência social no município sinaliza alguns desafios a serem enfrentados. A política de assistência social deve superar as práticas históricas de clientelismo e assistencialismo de modo a alcançar efetivamente à população essa política como um direito social. Reconhece-se o significado que o Programa possui para as famílias em Miracema, na fala da família C:

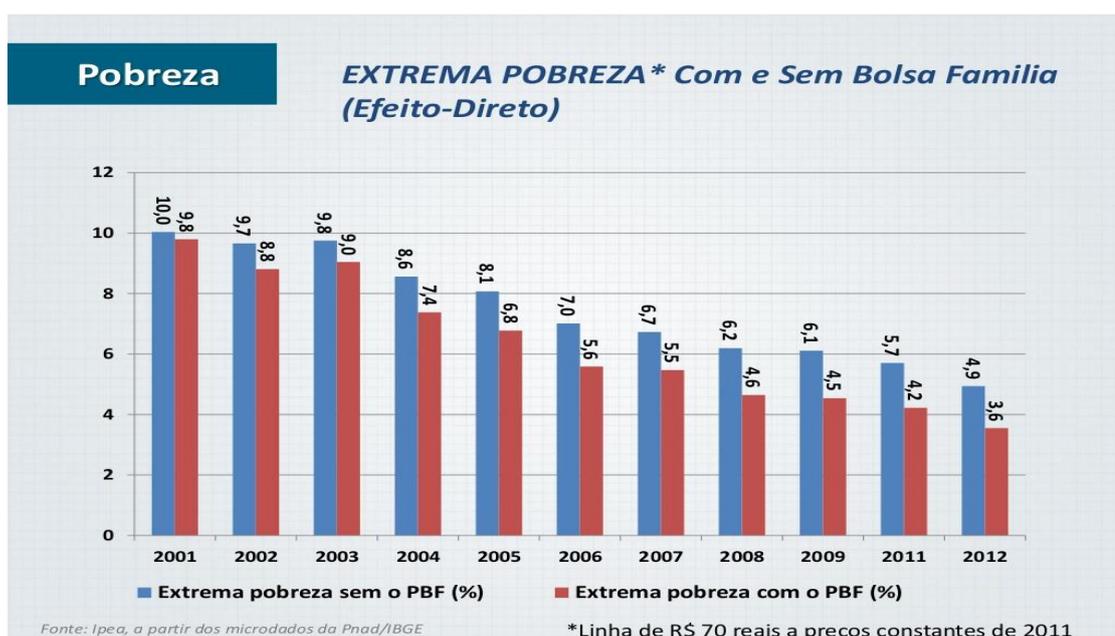
O bolsa família é uma ajuda a mais, tá bom demais, porque se não tivesse o bolsa família era um pouco mais difícil, eu já recebi esse mês, aí já comprei as coisa que tava mais precisando, já paguei o talão de água e umas coisas pros meninos, mas já to pensando como vou me ajeitar pra comprar os material da escola das crianças. (FAMÍLIA C).

Observa-se nessa fala, que a situação de pobreza coloca essas famílias em condição de extrema vulnerabilidade social. Porém, diante dessa realidade de pobreza e a inexistência de Políticas Sociais que realmente efetive os direitos sociais, o Programa Bolsa Família se torna a única possibilidade, mesmo que insuficiente de acesso a uma renda, sendo de extrema importância para a realidade de Miracema.

A mera transferência monetária tem se mostrado incapaz de romper com a vulnerabilidade que assola a população, configurando, portanto, como um mecanismo que alivia as necessidades imediatas, porém não as supera. Desta forma, mesmo reconhecendo a importância do programa para essas famílias no atendimento das necessidades imediatas, a ausência de políticas públicas no município de Miracema direcionadas a essa população, como a oferta de serviços públicos de qualidade, compromete a promoção da cidadania entre as famílias beneficiadas.

Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), estima que o Bolsa Família tenha reduzido a pobreza extrema brasileira em 28% no ano de 2012. De acordo com o levantamento, o percentual de miseráveis, que era de 3,6%, subiria para 4,9%, caso o Bolsa Família não existisse. A estimativa utiliza a linha oficial de pobreza extrema, que classifica como miserável quem sobrevive com renda per capita de até R\$ 70 por mês. O cálculo foi feito com base na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012).

Gráfico 5 - Extrema Pobreza com e sem Bolsa Família



Fonte: (IPEA, 2012).

Diante dos dados do gráfico 5, fica evidente que o PBF através da transferência monetária melhora a situação de vida dessas famílias, sem, entretanto, superar a situação de pobreza em que se encontram, o que confirma as reflexões desenvolvidas nesse trabalho. Esses programas, quando não efetivados de forma conjunta com as políticas públicas e demais serviços, que venham a responder por ações que propiciem a inserção social e a emancipação das famílias em situação de pobreza podem significar melhorias imediatas, mas não as superam.

Com relação às condicionalidades impostas, observou-se que as famílias antes do PBF já as cumpriam, levando as crianças para atendimento de saúde, escolar, etc., entretanto, os entrevistados revelam o caráter fiscalizatório e com viés de punição por parte do CRAS do município, como segue nas falas a seguir

Pesar os meninos, ter o cartão em dia, pois se não tiver isso tudo ‘eles passam a faca’ corta mesmo, toda vez que vai cadastrar tem que levar declaração de colégio, cartão e transferência se os meninos mudaram de colégio é muita coisa.

(FAMILIA C).

[...] tem que pesar os meninos, não deixar faltar na escola e não deixar de cadastrar todo ano (FAMILIA A).

Não pode faltar na escola, sempre vacinar os filhos, pesar e, eu acho assim, também que pegar o dinheiro e gastar com coisa que não deve, saber administrar, é pouco, mas tem que saber o que faz (FAMILIA D).

Importante, salientar que o PBF surge com a Lei 10.386 em 2004, com uma proposta ampla para beneficiar famílias em situação de pobreza, tendo o objetivo de efetivar direitos e cidadania (SILVA, 2010). É um programa que articula dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, com condicionalidades a serem seguidas. De acordo com os idealizadores do PBF, estas são consideradas contrapartidas sociais que devem ser cumpridas “pelo núcleo familiar, visando certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar sua autonomia e a inclusão social sustentável”. (SILVA, 2007, p.1430). São, então, destacadas as seguintes condicionalidades

a) Na área da educação, frequência mínima de 85% da carga horária mensal de crianças ou adolescentes de seis a quinze anos de idade que componham as famílias beneficiárias, matriculadas em estabelecimento de ensino;

b) Na área da saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e ou crianças menores de sete anos, constituída principalmente por exame de rotina, pré-natal, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças. (SILVA, 2007, p. 1430).

Ademais a pesquisa evidenciou que na implantação do Programa Bolsa Família em Miracema, vem sendo adotada uma abordagem punitiva para com as famílias beneficiárias, perspectiva que vai à contramão a ampliação de direitos sociais, uma vez que a centralidade das ações encontra-se na fiscalização do cumprimento das condicionalidades e não na oferta de ações que visem o fortalecimento desses sujeitos. Os dados analisados demonstram que houve um impacto na vida dessas famílias através da transferência monetária proporcionada pelo programa. No entanto, a focalização das ações no combate à pobreza, sem articulação com outras políticas e programas estruturantes, limita a intervenção da assistência social e, objetivos como emancipação e autonomia das famílias do Programa Bolsa Família no Município de Miracema do Tocantins, se torna inviável dentro do contexto político e econômico que marca a política de Assistência Social.

Verifica-se, a partir desta pesquisa, que mesmo diante a falta de educação e saúde com qualidade no município não é um fator determinante para o descumprimento das condicionalidades, visto que, todas as famílias entrevistadas cumprem com regularidade as condicionalidades imposta pelo programa federal. Porém pode ser considerado um elemento que influencia para a fiscalização e punição das famílias, confirmação explicitada no seguinte relato: *“Se não pesar, vacinar ir pra escola eles corta mesmo” (FAMILIA A)*.

No que diz respeito às redes de apoio utilizadas pelas famílias, constatou-se que, majoritariamente, faz-se uso do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF), as escolas e o CRAS. Contudo, constataram-se, reclamações em relação à atuação de alguns serviços, em especial, das políticas de educação e saúde. Evidencia-se que muitos serviços ainda, no município de Miracema, não estão suficientemente qualificados para prestarem atendimentos junto a esta demanda, isso é evidenciado no relato abaixo:

Eu sei que tem que agradecer a Deus, mas a saúde tinha que mudar, devia cadastrar as famílias que recebe o bolsa família para fazer tratamento de saúde quando precisar, porque no Posto além de agendar tem que esperar. Na escola é assim, tem que mudar também, tem sala que não tem um ventilador, igual minha filha passa o dia todo na escola, é muito ruim, as telhas estão quebradas, muita sujeira de pombo acho que não deveria ter aquilo não, onde as crianças almoçam, a escola dela não acho boa não, é tempo integral (FAMILIA E).

Em síntese infere-se que o Programa Bolsa Família, mesmo apresentando limitações com relação à precariedade dos programas complementares, não sendo visto como um direito adquirido, tem influenciado positivamente na realidade dos beneficiários do Setor Novo

Horizonte I e II do município de Miracema que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, por representar o principal meio de subsistência.

A partir da análise desses dados que evidenciam, de forma muito significativa, o cenário que a pobreza vem assumindo no município de Miracema, revelando uma realidade em que famílias inteiras cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais, fica evidente que o Programa Bolsa Família não é suficiente para garantir a autonomia dos seus beneficiários. De fato, não se espera que apenas por meio da distribuição de renda todas as necessidades dessas famílias sejam atendidas, apesar da transferência de renda permitir a muitas famílias melhorias em alguns aspectos necessários a sua subsistência. No entanto, a transferência de renda não basta para a realização de uma mudança nessa realidade. Apesar da proposta ampla do programa, o PBF se mostra longe da efetividade das ações, impossibilitando que realmente os direitos sociais desses sujeitos sejam materializados.

## CAPÍTULO VI

### 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido neste Trabalho Final de Graduação acerca da execução do Programa Bolsa Família junto as famílias beneficiárias residentes no Setor Novo Horizonte I e II no município de Miracema buscou incitar uma reflexão crítica frente a atuação da Política de Assistência Social no enfrentamento a pobreza. A análise da percepção desses sujeitos, do contexto social e local em que estão inseridos os beneficiários do referido programa federal, sob a luz das categorias marxiana – historicidade, contradição e totalidade -, possibilitou uma apreensão crítica da realidade que envolve essas famílias. Infere-se que há, de fato, desafios na esfera municipal para a consolidação e a implantação de ações, serviços, programas e projetos tais como: publicização e efetividade das ações, acesso aos usuários e rompimento com o assistencialismo e a perspectiva de ajuda que anulam a percepção do PBF como um direito social.

Romper esse paradigma e construir uma política de direito se torna um grande desafio, uma vez que é tarefa árdua concretizar direitos de cidadania no bojo de uma sociedade capitalista liberal contrária a esses direitos e a sua concretização. Além disso, outro desafio centra-se em dissolver modelos e práticas ainda existentes na sociedade, que insistem em operar uma assistência social de caráter compensatório e provisório, tanto por parte de profissionais e mesmo dos usuários, que não percebem a assistência social na perspectiva do direito e nem se reconhecem como sujeitos de direitos.

Considerando-se que o Brasil é um país que histórica e culturalmente reproduziu uma assistência social à margem de outras políticas (sociais e econômicas) para minimizar os impactos da questão social se torna um desafio para os profissionais, gestores e sociedade promover ações de enfrentamento a situação de vulnerabilidade que assola os sujeitos pesquisados uma vez que a política de assistência social sempre esteve submetida às necessidades da política econômica, a serviço dos interesses das elites e do processo de produção capitalista.

Nessa direção, o grande desafio das ações de enfrentamento a essa realidade que aflige a população de Miracema é materializar as premissas contidas nas legislações já existentes para a superação da situação de vulnerabilidade socioeconômica em ações efetivas que invistam, além da transferência de renda, em ações humanizadas e não reforçadoras de

estigmas e estereótipos não culpabilizando e responsabilizando o indivíduo pela situação que se encontra.

O esforço em apreender essa realidade concentrou-se no sentido de contribuir para o aprofundamento científico sobre as estratégias de formulação e articulação entre o Estado e a Sociedade na atenção às famílias de Miracema que vivenciam as múltiplas expressões de pobreza. A contextualização de estratégias proposta nesse estudo, visou colaborar para desvendamento e revisão das formas de implantação da Política de Assistência Social atualmente desenvolvidas no município para o enfrentamento e superação das condições de privação e exclusão social que permeia o cotidiano dos sujeitos pesquisados.

A análise crítico-reflexiva, acerca da execução do PBF, refere que as ações sejam de caráter intersetorial na qual o acompanhamento das famílias seja feito de forma articulada por equipes das áreas de assistência social, educação, saúde e outras áreas que, no município, respondam por ações que propiciem a inserção social e a emancipação das famílias em situação de pobreza. A materialização do Programa Bolsa Família não deve ser voltada somente a transferência de renda, mas sim ponderada de forma conjunta com as políticas públicas e demais serviços.

Apreendeu-se por meio da análise dos dados que houve um impacto significativo na vida dessas famílias, muitas vezes sinalizado pelos entrevistados como “*um alívio*”, ainda que imediato da pobreza, através da transferência de renda, que se tornou hoje o eixo mais visível e mensurável do Programa Bolsa Família, contudo, salienta-se que os entrevistados não referiram outro impacto além do já mencionado. Constatou-se que o programa tem papel fundamental na vida das famílias, pois o benefício recebido possibilitou acesso, ou melhora da renda antes inexistente. Por outro lado, a de se reconhecer que a focalização das ações do PBF no combate à pobreza, sem mediações com outras políticas e programas gera o enfraquecimento da Política de Assistência e a não consolidação da cidadania, tornando assim impossível para essas famílias superar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Nesse contexto, é oportuno salientar que por meio das problematizações elencadas neste trabalho, fora possível apreender que os usuários do PBF, entendem que o benefício é uma “ajuda” não sendo visto como direito adquirido. Assim, existe desconhecimento por parte dos usuários sobre a Assistência Social como direito, o que facilita a prática clientelista e assistencialista, reduzindo assim o alcance e a efetividade das políticas sociais, uma vez que os beneficiários não se reconhecem como sujeitos de direitos. O que dificulta desvincular a

política de assistência social da perspectiva da ajuda obstaculizando a percepção enquanto sujeitos de direitos.

Porém o significado que o programa representa para essas famílias deve ser considerado, mas isso não significa que o PBF seja capaz de ir além da manutenção de certo nível da pobreza. Para que os beneficiários tenham a possibilidade de se desvincularem do programa necessita-se criar e manter programas e ações estruturantes de desenvolvimento de políticas de Geração de Trabalho e Renda no município que configurem como porta de saída do programa.

Por outro lado, também fica claro que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos. Mesmo recebendo o benefício, muitas famílias são incapazes de superar algumas situações relacionadas à falta do acesso aos direitos como: saúde, moradia, trabalho, entre outros que afligem a população de Miracema. De fato, não se espera que apenas por meio da distribuição de renda todas as capacidades sejam desenvolvidas e necessidades humanas sejam atendidas. A transferência de renda permite a muitas famílias melhorias no atendimento de suas necessidades básicas. Porém, apenas a transferência de renda não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias que dela necessitam.

E notório que a proteção social das famílias não acontece efetivamente no município de Miracema, conformando-se em *práticas fragmentadas e sem mediações com outras políticas sociais*. As ações, nesse sentido, não garantem a integralidade do atendimento tornando-se pontuais apenas nos aspectos de controle das condicionalidades impostas pelo PBF. Diante desse cenário, fora possível também apreender que atualmente em Miracema (mas não somente neste município) que a Política de Assistência Social ainda desenvolve ações de cunho *caritativo e filantrópico*, expressando uma *cultura pautada nos padrões de apadrinhamento e benemerência estatal*.

Conclui-se, portanto, que a proteção social de indivíduos e famílias não acontece como esta preconizada pela PNAS, entretanto ressalta-se que programas dessa natureza mesmo que reduzam a pobreza, local e individualmente, não eliminam a desigualdade. Salienta-se que existem muitos obstáculos que são estruturais, ou seja, estão acima da gestão do município, tais como: modo de produção (contraditório, pois ao mesmo tempo em que gera riqueza traz em seu bojo a desigualdade, exploração e opressão), a sociedade capitalista (com valores individualistas e de consumo que acirra o abismo entre as classes sociais), a banalização e descartabilidade da vida humana, dentre diversos outros fatores que espoliam os sujeitos a uma vida digna.

Esta pesquisa assume fundamental importância para o Serviço Social no que se refere aos estudos sobre as múltiplas expressões da questão social evidenciadas no cotidiano das famílias pesquisadas viabilizando aos profissionais uma ação mais eficaz nos seus processos interventivos, uma vez que concede ao assistente social a possibilidade de conhecer e desvelar essa realidade para após delinear uma linha de ação. É de igual relevância para as instituições com programas voltados ao amparo da família em Miracema, a exemplo do CRAS, podendo se constituir em um instrumento para fundamentar estratégias de políticas públicas e formulação de ações de intervenção social.

Mas, considera-se que este trabalho tem seu mérito. Diante das vastas problematizações existentes acerca do Programa Federal Bolsa família, assim, acredita-se que este trabalho cumpriu seu objetivo de trazer à tona as contradições, tensões e conflitos que perpassam a políticas de assistência social desde dos seus primórdios, onde a mesma tenta se sobre sair no bojo de uma ordem capitalista contrária a concretização de direitos

Não foi fácil chegar até aqui, mas terminamos este trabalho com a certeza de que muitas questões surgirão, assim como muitas questões ficaram sem respostas. Talvez seja esta constatação o motivo que nos leva a sensação de que agora é que estamos preparados para começá-lo. Encerro uma longa jornada, mas vou além, começarei outra, rumo a Pós-Graduação.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; FALLER, Maria Amalia Vitalle. **Família: Redes, Laços e Polícias Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ÁLVARES, Luciana de Castro. O Serviço Social e o trabalho com famílias. In: **Serviço Social & Realidade**. v.17, nº 2 Franca, 2008. p. 09-26

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós –neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8º ed. Campinas-SP: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ANTUNES, Ricard. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. In: **Serv. Soc. Soc.**. São Paulo, nº 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, nº 107, p. 405-419, jul./set. 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO. Maria Amélia. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 5ª ed. rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 15, n. 45, p. 142-146, ago. 1994.

BECKER, Gary S. Investment in human capital: a theoretic analysis. In: **Journal of Political Economy**, v. 70, n° 5, p. 9-49, Oct. 1962.

BEHRING, E.R. Boschetti. **Política Social: Fundamentos e história**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BILAC, Doria Elisabete. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo. EDUC/Cortez, 2000.

BOSCHETTI, Ivonete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivonete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. UnB. 2003. Disponível em < [http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505783001251746904\\_ivanete\\_boschetti\\_unida\\_de\\_i.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505783001251746904_ivanete_boschetti_unida_de_i.pdf) > Acessado em 10 de agosto de 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. In: **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre. v. 7 n° 2 p. 305-315. jul/dez. 2008.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº3.071, de 01 de Janeiro de 1916.

BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 424

BRASIL . **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004** que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. 2004.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei nº12.852, de 05 de agosto de 2013.

BRASIL. **Lei 8.742 /1993** que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, 1993.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos (Res. CNS196/96 e outras)**. Série Cadernos Técnicos. Brasília, MS-CNS-CONEP, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS n. 196, de 10 de outubro de 1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 1996

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Brasília, 2010. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti> > Acessado em junho de 2014.

BRASIL. **Norma Operacional Básica da assistência social (NOB/SUAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Versão Oficial. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, 2009. AUTOR Resolução Nº 109, de 11/11/2009 – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ORGANIZADOR É O MDS

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida. In: **Projeto Brasil 2003-2010: Trajetórias e desafios**. - Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Trajetória e Desafios, p.36-37

CAMARDELO, Ana Maria. Estado, Educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: **Serviço Social e Sociedade n. 46**, ano xv dezembro e 1994. p. 138-160

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. Lesmetamorphoses de laquestion sociale. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A; SILVA, Roberto Da. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.

COSTA, Fernando Doz. Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. In: **Sur. Rev. int. direitos humano**. vol.5, nº 9. São Paulo, Dec./2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> > Acesso em 10 de setembro de 2014.

COULANGES, Fustel. **A cidade Antiga**. São Paulo: EDAMERIS, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

DEMO, Pedro. Rupturas urgentes em educação. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 861-872, out./dez. 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a11.pdf> > Acessado em 15 de maio de 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4ª. ed. São Paulo: RT, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. /Friedrich Engels; tradução de Leandro konder. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Alternativas Metodológicas em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 81. São Paulo: Cortez, agosto de 1986.

FRAGA, Kologeski Cristina. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 101. São Paulo: Cortez, jan./mar.2010.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Política social, famílias e gênero – temas em discussão**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.2, p. 111-126, jul./dez. 2012

GAGNETEN, Maria Mercedes. **Hacia una Metodologia de Sistematizacion de la Practica**. Buenos Aires: HVMANITAS, 1987.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985)**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas**. In: **Cadernos de pesquisa**. nº 91. São Paulo. Nov.1994. p. 7-22

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. -2ª ed. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1979.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Documento síntese – junho 2008. Disponível em < [http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf) > Acessado em 10 de agosto de 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Resultados gerais da amostra**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> > Acesso em julho de 2014.

IBGE. **Estados**. Censo de 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to> > Acessado em 10 de julho de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010. Resultados do Universo**: Brasília: IBGE, 2012. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to> > Acessado em 12 de setembro de 2014. Acessado em 10 de maio de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. **Resultados do Universo**. Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to> > Acesso em: 20 de outubro de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Censo 2014. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em 02 de setembro de 2014.

IBGE. **Taxa de fecundidade total – 2000 a 2014. Projeção da população do Brasil**. Disponível em < <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total-2014> > Acessado em 20 de agosto de 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipea estima que o bolsa família reduziu miséria em 28% em 2012**. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/brasil/ipea-estima-que-bolsa-familia-reduziu-miseria-em-28-em-2012> > Acessado em 10 de julho de 2014.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da Proteção social no Brasil** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: UNESCO, 2009.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?**. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre). v. 11, nº 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug; FERRARI, Mário (orgs.). **Família brasileira, a base de tudo**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia neves e Alderico Toribio. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal – Lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro – GB: Editora Civilização Brasileira S. A, 1991.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 15-46

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lucia. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da reflexão sobre o tema. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n° 43. São Paulo: Cortez, 1993. p. 136-141.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. 1. ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I/ tradução de Reginaldo Santanna. -27ª ed.-Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

MATTEI, Lauro. **Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina**. UFSC, 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n°1, 2000, p. 7-18.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de (org.). **Famílias e famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lúmen, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social & Sociedade**, n° 55. São Paulo: Cortez, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M.A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2. ed. 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. In: **Revista Textos & Contextos**, n° 3, ano III, dez. 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. 2000. Disponível em < file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Texto%20(2).pdf > Acesso em 18 setembro de 2014.

MONNERAT, Giselle Lavinias. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. In: **Ciênc. saúde coletiva**. vol.12, nº 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da Assistência Social na seguridade Social brasileira nos anos 2000**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **A Nova Fábrica de Consenso. A Reestruturação Produtiva e as novas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

NICOMEDES, Sebastião. Os direitos socioassistenciais sob a ótica dos usuários. In: **BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de textos: VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2007. Disponível em < <http://unepe.org.br/wp-content/uploads/2014/05/pdf/16.pdf> > Acessado em 15 de agosto de 2014.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005. p. 120

PEREIRA, Potyara Aparecida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como Política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Aparecida Pereira. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Aparecida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais: CEFESS-ABEPSS**, 2009.

PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Ciênc. saúde coletiva**, vol. 10, nº 2. Rio de Janeiro, Apr. /June, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.br/> > Acessado em 10 de maio de 2014.

PNAD. **Evolução Recente da Informalidade no Brasil: uma Análise segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho Agosto de 2012**. Disponível em < [portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId...](http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId...) > Acessado em 15 de agosto de 2014.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POSTER, M. **Teoria crítica da família.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAFAEL, Josiley Carrijo. **A Política de Assistência Social no estado do Tocantins: aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais** 2009. Disponível em < [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/12\\_seguridade/a-politica-de-assistencia-social-no-estado-do-tocantins.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/12_seguridade/a-politica-de-assistencia-social-no-estado-do-tocantins.pdf) > Acessado em 10 de junho de 2014.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº 107, jul./set. 2011. p. 420-437

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth iara bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia a atualidade). In: **Psicol. USP**, vol. 13, nº 2. São Paulo, 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br> acesso > Acessado em 25 de julho de 2014.

SANÉ, Pierre. Pobreza. A próxima fronteira na luta pelos Direitos humanos. In: NOLETO, Marlova Jovchelovitch; Werthein, Joger (orgs.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social.** Brasília: UNESCO, 2003. Anais do Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil- Brasília, 8-9 de maio de 2003. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/> > Acessado em 10 de maio de 2014.

SARACENO, C. **Sociologia da Família.** Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SARTI, Cynthia. Famílias Enredadas. IN: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez: 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impacto.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. In: **Ciênc. saúde coletiva**, vol. 12 nº 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo de. **A política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: UFSC. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. In: **Última década**. nº 20. Chile, 2004, p. 47-69. Disponível em < <http://www.espm.br/ConhecaAESPM/CAEPM/nucleodeestudosdajuventude> > Acessado em 15 de agosto de 2014.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudança. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na política de assistência**: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina. EDUFPI, 2013. p. 218

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Rev. Pol. Públ. São Luis**, v. 13, nº 2, p. 255-264 jul./dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIERIA, Monique Soares. **Abuso sexual intrafamiliar**: o cotidiano da violência nas famílias atendidas pela assistência social no município de São Borja. Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistema de proteção social brasileiro**: modelos, dilemas e desafios, 2010. Disponível em < [www.mds.gov.br/...social/.../Maria%20Carmelita%20Yazbek%20-%20Pr...](http://www.mds.gov.br/...social/.../Maria%20Carmelita%20Yazbek%20-%20Pr...) > Acessado em 20 de maio de 2014.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. Definição e mensuração da pobreza: algumas considerações sobre o debate recente. In: **Congresso Internacional interdisciplinar em**

**sociais e humanidades Niterói RJ:** ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em < <http://www.aninter.com.br> > Acessado em 20 de julho de 2014.

<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL.....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>131</b>

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

#### 1 Perfil do entrevistado:

- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Residente em área urbana ou rural
- Município de origem
- Possui algum tipo de deficiência

#### 2 Perfil Socioeconômico da Família

- Composição Familiar
- Responsável pelo sustento da Família:
  - Idade
  - Escolaridade
  - Grau de parentesco
  - Renda familiar mensal
- Condições da moradia (própria, alugada, possui asfaltamento, piso, forração, divisória entre os cômodos, coleta de lixo, banheiro, etc.)
- Há quanto tempo recebe o benefício

#### 3 Organização dos Prontuários

Os prontuários analisados contemplaram o roteiro de análise documental?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

Informações não encontradas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Onde estavam arquivados os prontuários (respeito ao sigilo das informações)?

---

---

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

##### 1º BLOCO: PERFIL DO ENTREVISTADO

Idade: Estado civil: Sexo:  
Município de origem Cor/Raça  
Grau de escolaridade:  
Qual sua Religião?  
Qual sua orientação sexual?

##### 2º BLOCO: PERFIL SOCIOECONÔMICO

Qual a renda familiar?  
Qual a sua situação profissional atual?  
A sua casa é?  
Possui quantos cômodos?  
Atualmente possui algum membro da família desempregado?  
Quem é o chefe da família?

##### 3º BLOCO: INSERÇÃO DO PBF NA FAMÍLIA

Como se deu sua vinculação/entrada no Programa Bolsa Família?  
Há quanto tempo recebe o benefício?  
A família recebe ou recebia algum tipo de benefício antes de entrar para o Programa Bolsa Família?  
Você acha que o Programa Bolsa Família mudou sua vida e de sua família? Se sim quais foram às transformações?

Você conhece o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS? Você participou ou participa de algum programa social ou atividade comunitária a partir do Programa Bolsa Família e através da CRAS?

Além do PBF você utiliza outros serviços do CRAS? Você tem conhecimento que existem outros serviços?

De que forma é realizado o acompanhamento do CRAS? Como você avalia esse acompanhamento?

Você sabe quais obrigações que sua família precisa cumprir para continuar recebendo o benefício?

O que você acha das exigências do programa em relação à frequência das crianças na escola, a as questões vinculadas a saúde (pesar, vacinar)?

Para receber o benefício você tem que manter as crianças na escola. Você tem alguma dificuldade para cumprir essa exigência?

Você faz acompanhamento do (s) seu (s) filho (s) na escola?

Como era o acompanhamento escolar dos seus filhos antes do Programa Bolsa Família?

Em relação à saúde; leva seu (s) filho (s) para vacinar e pesar? Encontra dificuldades para cumprir essa condicionalidade?

Você tem alguma dificuldade em estar cumprindo com as condicionalidades do Programa?

Quais seriam as dificuldades?

Como você avalia o PBF?

Quais sugestões você aponta para a melhoria do PBF?

Qual o significado do Programa Bolsa Família no seu cotidiano?

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Estou convidando você a participar da pesquisa, intitulada “Política de Assistência Social e Família”, realizada pela graduanda em Serviço Social Lauriane Brito Rocha e orientada pela Prof<sup>a</sup>. Msc. Monique Soares Vieira. Esta pesquisa tem como objetivo "Analisar as implicações da Política de Assistência Social em relação aos usuários do Programa Bolsa Família no município de Miracema do Tocantins". Nesse sentido, pretende analisar como vem sendo a execução do Programa Bolsa Família (PBF), junto às famílias beneficiárias residentes no setor Novo Horizonte I e II no ano de 2014. Assim, a pesquisa visa conhecer o perfil socioeconômico dessas famílias e apreender qual percepção das mesmas acerca das ações realizadas pelo Programa, identificando os impactos do PBF em suas vidas.

As entrevistas serão realizadas a partir da aplicação de formulário contendo questões abertas. A entrevista acontecerá com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no Setor Novo Horizonte I e II, através de visita domiciliar, reservando-se um local em que as entrevistas aconteçam de forma sigilosa, sem a interferência de terceiros. Será retirada quaisquer informações identificatórias do sujeito pesquisado.

As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora, será gravada, e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado (a) a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Dentro dessas condições, estou ciente de que, mesmo não recebendo nenhum benefício direto ou imediato deste estudo, minha participação será de extrema para a presente pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, autorizando, assim, o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data.

Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem que isso acarrete em prejuízos.

Os dados coletados poderão ser utilizados para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que foram esclarecidas minhas dúvidas. Caso venham a surgir novos questionamentos sobre o estudo, posso contatar a graduanda Lauriane Brito Rocha no telefone (63) 84246105. Para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante deste estudo ou, se penso que fui prejudicado (a) pela minha participação, posso contatar a Prof<sup>a</sup> Me. Monique Soares Vieira (orientadora) pelo telefone (63) 9987-4177 ou (63) 3366-8605.

Miracema do Tocantins – TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Entrevistado (a)

---

Pesquisadora Graduanda